



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 084.2.55.O**

**DATA: 15/04/16**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 18h59min**

**TÉRMINO: 23h50min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 84ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Noturna, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de abril de 2016.**

**Presidência dos Srs.:**

**Eduardo Cunha, Presidente.**

**Carlos Manato, Claudio Cajado, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.**

**ÀS 18 HORAS E 59 MINUTOS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



## **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 487 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. CARLOS MANATO**, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 084.2.55.O  
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 4176

---

#### IV - ORDEM DO DIA

**PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE Nº 1,  
DE 2015**

**(SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL  
REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

*Continuação da discussão, em turno único, do Parecer da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação e pela consequente autorização para a instauração, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade (Relator: Deputado Jovair Arantes.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passa-se à continuação da discussão da matéria.

Chamo o PSD para fazer a sua participação na discussão. Estão inscritos os Srs. Deputados Heuler Cruvinel, Delegado Éder Mauro, Goulart, João Rodrigues e Marcos Montes.

Concedo o tempo de 60 minutos para o PSD.

**O SR. HEULER CRUVINEL** (Bloco/PSD-GO. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, brasileiros e brasileiras que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa, o Brasil passa por um momento histórico com a votação do *impeachment* da Presidente da República. As atenções do País se voltam para a Câmara dos Deputados. Há expectativa entre os brasileiros em relação ao *impeachment* da Presidente. A esperança de viver dias melhores renasce nos brasileiros.

Represento, aqui na Câmara Federal, o meu Estado de Goiás, que me deu, pela segunda vez, a oportunidade de representar aquela grandiosa gente. Represento aqui a minha cidade natal, Rio Verde, aquela gente ordeira e trabalhadora, e quase 90% da população da região sudoeste é a favor do *impeachment* da Presidente da República, pois não aguenta mais as mentiras e a corrupção que se alastraram por todo o nosso País.

Ocupo o espaço do meu partido, o PSD, cujo Líder, Deputado Rogério Rosso, parabeno pelo seu desempenho na Comissão Especial do Impeachment. E reverencio toda a nossa bancada: o Deputado Goulart, o Deputado Marcos Montes, o Deputado Sandro Alex, o Deputado Delegado Éder Mauro e o Deputado João Rodrigues, que estão aqui presentes.



Eu venho me pronunciar sobre a posição da nossa bancada aqui na Câmara dos Deputados. Foram ouvidos todos os Deputados da bancada e a grande maioria declarou-se a favor do *impeachment*. Isso fez com que o encaminhamento do partido fosse favorável ao *impeachment*. Logicamente, respeitamos qualquer posição contrária a esse encaminhamento, pois o PSD é um partido democrático. Não houve qualquer interferência, inclusive do Presidente do Partido, Gilberto Kassab, que liberou a bancada desde o primeiro momento, sempre de forma muito sensata e inteligente, como é de praxe. O partido agora trabalha para que esse processo transcorra de forma organizada e para que o melhor aconteça para o Brasil. E, logicamente, na minha opinião, o melhor para o Brasil é o *impeachment* da Presidente Dilma.

O PSD, portanto, apoiará o *impeachment* e a governabilidade do futuro Presidente, pois o País precisa sair desta situação caótica em que se encontra.

Quero deixar claro que a posição do partido, acima de tudo, não é em desfavor de Dilma e em prol de Temer, mas, sim, a favor do Brasil.

Eu ocupo hoje esta tribuna movido por um sentimento de mudanças, que está fincado neste País, com grande responsabilidade. Poucas vezes vivemos dias tão difíceis e crises tão agudas neste País. Ao gravíssimo desastre econômico em curso somam-se a dramática crise ética e moral e o impasse político que, literalmente, paralisa o Brasil já há algum tempo.

O Brasil, senhoras e senhores, caros colegas Parlamentares, afunda-se em gravíssimas dificuldades, prisioneiro das circunstâncias de um Governo incapaz de tomar decisões, de um Governo agora já sem qualquer credibilidade e sem inspirar a



mínima confiança. Mergulhado na era dos escândalos, o governismo agoniza e abre mão de enxergar o Brasil verdadeiro.

O Brasil governado pelo PT é o Brasil que não defende o direito de propriedade; o Brasil do incentivo às invasões de terra; o Brasil da desvalorização do setor produtivo; o Brasil da epidemia de dengue, do zika vírus que afeta milhares de brasileiros; o Brasil das contas desequilibradas, do aumento explosivo da dívida pública, dos anos perdidos e do futuro comprometido, pois o Brasil sofrerá com o déficit primário até 2019, segundo o FMI. O que não falta hoje ao nosso País são equívocos, erros e omissões que se sucedem.

Estou absolutamente convencido de que a Sra. Presidente da República cometeu crime de responsabilidade nas chamadas pedaladas fiscais. As pedaladas fiscais configuram crime grave por esconderem o déficit fiscal e transformarem despesa em superávit primário, pois a União contraiu empréstimos com instituições que ela mesma controla — como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES —, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas pedaladas movimentaram, em benefício nefasto, mais de R\$ 40 bilhões.

Quero aqui registrar e reiterar de público nosso mais profundo apoio à Operação Lava-Jato, em suas 27 fases, aos promotores, aos policiais federais, aos magistrados, que estão permitindo o reencontro do Brasil com uma nova era, a era da moralidade em nosso País.

O Governo, a realidade é esta, infelizmente, parece não ter ideia da gravidade das nossas dificuldades. A sua proposta de ajuste para o enorme desequilíbrio orçamentário que vivemos hoje, pasmem, aprofunda o déficit, ao invés de combatê-lo cabalmente. As reformas previdenciária, econômica e política, tão necessárias ao





País, não são postas na mesa e já são rechaçadas pelo próprio partido da Presidente da República. O Governo não demonstra a mínima coesão nos temas mais relevantes à Nação.

Diante de tudo isso, há um consenso hoje no País: falta a este Governo o essencial, credibilidade e capacidade para ressuscitar a confiança de todos no Brasil. É unânime a constatação da total incapacidade da Presidente em apresentar saídas para a crise que se agrava a cada dia, econômica, ética e social, em que o País foi mergulhado pelas últimas gestões do Partido dos Trabalhadores. Mas as saídas existem e estão previstas em nossa Constituição.

Portanto, caberá a nós, ao Congresso Nacional, ouvindo o clamor das ruas, manifestar-se de forma absolutamente clara a respeito do *impeachment* da Presidente da República, se esse for o sentimento majoritário. E peço vênias para dizer-lhes, caros colegas Deputados, que tenho certeza de que o entendimento desta Casa será favorável ao *impeachment*.

Não obstante, nobres pares, tenho o inequívoco sentimento de que após o resultado deste processo, culminando com o afastamento da Presidente da República, o Brasil iniciará uma nova etapa na sua história, em um caminho difícil, talvez, mas, com toda certeza, um caminho melhor do que aquele que seguimos nos tempos de governo da Presidente Dilma.

O isolamento, como eu disse aqui, é o pior dos caminhos para qualquer governo avançar, seja um governo federal, seja um governo municipal, como o da minha querida cidade Rio Verde.



Em Rio Verde, minha cidade, encerra-se hoje a Tecnoshow, uma das maiores feiras do agronegócio do nosso País. Não por acaso Rio Verde, por diversos anos, lidera o PIB agropecuário em nosso País.

Destaco, ainda, que esse setor praticamente carrega o Brasil nas costas. Em tempos de crise, é o único setor que consegue impulsionar a esfacelada economia nacional. Não por acaso entidades de suma importância, das quais tenho a honra de participar, como a Confederação Nacional da Agricultura e a Frente Parlamentar da Agricultura — e quero aqui cumprimentar pelos trabalhos o colega Deputado Marcos Montes —, já se manifestaram a favor do *impeachment*.

Perante esse estado lamentável a que o Brasil foi levado, o que o Governo oferece aos brasileiros? Nada além das velhas e sorrateiras teses; nada além do discurso manipulador e de sua permanente atitude de tentar dividir o País.

Não fomos nós, Sra. Presidente da República, que dividimos o Brasil. Não fomos nós que tomamos as decisões que nos levaram à recessão por que passa o nosso País. O que dividiu o País desde o começo foi a campanha da mentira, do ódio, das ofensas e das calúnias utilizadas como armas eleitorais, que se transformam agora em novas tentativas de elevar ao grau máximo o tradicional “nós e eles”, sempre enfatizado aqui por vários governistas.

E me dirigindo, respeitosamente, aos governistas que democraticamente defendem a Presidente da República, reafirmo que, ao olharem para as oposições no Congresso Nacional, não contabilizem apenas o número de votos que representamos. Enxerguem através de cada gesto, de cada voto, a voz estridente de mais de 70% de brasileiros que não aceitam mais ver o País capturado por um partido e por um projeto de poder.



Nunca antes na história deste País se viu tanta corrupção no Governo: mensalão, petrolão, enfim, vários esquemas e escândalos de desvio de recursos públicos para o bolso de políticos governistas.

Mas quero dizer, olhando para este Plenário, que existe uma medida para acabar com a corrupção no Brasil: vamos tirar o Governo Dilma, esse desgoverno que aí se encontra.

Portanto, a cada brasileiro e a cada brasileira que irão às ruas, que colocarão as cores da nossa bandeira, que enfrentarão as calúnias e constrangimentos de um exército pago nas redes sociais, que, com alegria e esperança, defendem a mudança, a ética e a união dos brasileiros, a cada um de vocês eu digo, em meu nome e em nome dos meus companheiros de partido, que estaremos presentes. Vamos em frente, juntos sempre, por um Brasil melhor.

Aos meus nobres pares, colegas Parlamentares, peço a sensibilidade devida na hora de subir a esta tribuna e declarar o seu voto, pois, quando subirmos a esta tribuna, estaremos decidindo o nosso futuro, o futuro de nossos filhos, o futuro da nossa Nação.

Que Deus nos abençoe neste momento tão especial, tão histórico do nosso País! Que nós possamos votar por um Brasil cada vez melhor, por um Brasil cada vez mais digno!

Pelo futuro dos nossos filhos, pelo fim da corrupção, pelo meu Estado, por minha cidade natal, Rio Verde, votarei, no próximo domingo, “sim” ao *impeachment*.  
(Palmas.)

**O SR. DELEGADO ÉDER MAURO** (Bloco/PSD-PA. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo brasileiro, em especial o povo do meu Estado



do Pará, gostaria de parabenizar os Líderes do PSD pela forma democrática como respeitaram a opinião de cada Deputado. Com certeza, a maioria esmagadora do partido vai votar “sim”, pelo *impeachment* da Presidente.

Vamos votar “sim” para que nós possamos acabar com este câncer que é o Governo — ou o desgoverno — do PT, que destrói este País. O Brasil nos assiste. Cada homem e mulher, jovem e adulto, estará neste fim de semana conferindo o que vai dizer cada um de nós, para saber o que vamos decidir em relação ao Governo ou ao desgoverno do PT, que destruiu o País.

O *impeachment* já não estará sendo julgado somente pelas pedaladas fiscais e pelos créditos suplementares sem autorização do Congresso, o que já ficou ampla e claramente provado e tipificado no art. 85 da Constituição Federal e na Lei 10.079, de 1950, a lei que trata dos crimes de responsabilidade. Pelo povo, ele vai muito mais além. Tem um contexto muito maior pelas roubalheiras e pela corrupção implantadas desenfreadamente nos últimos 13 anos, que vão do mensalão ao petrolão, dos Correios aos fundos de pensão, do CARF a muitos outros, fatos investigados pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, pelo Tribunal de Contas e pela Justiça.

O PT quebrou o Brasil. Nos últimos 13 anos, o PT trouxe consequências devastadoras. A PETROBRAS, maior empresa estatal deste País, orgulho nacional que pertencia ao povo brasileiro, foi tomada pelo Partido dos Trabalhadores, que a sugou e a destruiu, roubando valores, inclusive valores astronômicos, senhoras e senhores. Com empreiteiras, simplesmente conseguiu fazer falcatruas para tirar do povo brasileiro todos os seus valores, enriquecendo bandidos e financiando ilegalmente muitas pessoas. Hoje, jogada ao chão sem crédito, a PETROBRAS



agoniza. Só nos 2 últimos anos, foram 56 bilhões de reais de prejuízo, e não está computado aqui o dinheiro da corrupção.

O PT levou milhares de pequenas e médias empresas a falir, a fechar suas portas. Em consequência disso, de outubro do ano passado para cá, mais de 10 milhões de trabalhadores perderam os seus empregos, e nós não estamos falando aqui dos que já estavam desempregados.

Hoje, também em consequência disso, milhares de pessoas estão jogadas nos corredores dos hospitais sem atendimento, como acontece na minha cidade, Belém do Pará, pois a saúde está um caos. Aqui, todos sabem disso, pois a situação não é diferente em nenhuma cidade do País. Isso tudo é muito triste, porque hoje, neste exato momento, muitos milhares de pais de família estão desesperados por não ter o que dar de comer aos seus filhos.

O PT, investigado, julga-se poderoso e acima da lei. Inverteram valores ao tentarem denegrir a imagem do Juiz Sérgio Moro, símbolo da esperança de justiça no combate à corrupção neste País. Tentaram humilhar o Procurador-Geral, dizendo que o cargo que ocupa é devido a eles. Desafiaram a Corte Suprema deste País, como ficou claramente provado para cada brasileiro, por meio do grampo telefônico mostrado pela imprensa, na fala do mentor e chefe da maior quadrilha deste País, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Como se não bastasse, através de um Ministro, ameaçam policiais federais que fazem parte da força-tarefa da Lava-Jato.

O PT do discurso populista da igualdade, cantado em verso e prosa nas tribunas e nas manifestações, deixou o povo mais pobre e miserável, sem perspectiva de crescimento, submetido a este Governo, que destrói famílias, ao implantar o preconceito religioso, o preconceito de gênero, dividindo o povo



---

brasileiro; ao implantar, inclusive, senhoras e senhores, um currículo paralelo para que crianças de 6 anos aprendessem sexo nas escolas.

Não poderia ser diferente, não se poderia esperar nada além disso. Nesta Casa, uma Deputada de Brasília e um Deputado do Rio de Janeiro têm um projeto para que crianças troquem de sexo. Então, não poderia ser diferente, esses Deputados fazem parte deste Governo.

Além do mais, eles implantam ensinamento para que as nossas crianças nas escolas aprendam modelos diferenciados de família daquele que Deus nos deixou.

Algumas propostas deles fazem com que traficantes se tornem empresários neste País. Ou seja, chefes do grande tráfico, de organizações criminosas, serão empresários das drogas e as bocas de fumo terão que assinar as carteiras.

O PT da igualdade, que não divide, só somou e multiplicou para eles, hoje os bilionários do País — e o povo, pobre e miserável.

Isso tudo, sim, é que podemos dizer que é um golpe na Nação brasileira.

O povo não se deixará enganar novamente e estará nas ruas. Conclamo o povo a vir para as ruas e ficar vigilante dos passos de cada um de nós, colocados aqui por eles, e dar a resposta nas urnas àqueles que traíram a Nação brasileira.

No domingo, não daremos um voto por nós. Nós votaremos pelos nossos filhos, pelos nossos netos e por todas as gerações que virão, que vão depender da nossa escolha para que possamos ter um Brasil melhor, onde nossos filhos possam ir às escolas aprender não só os conhecimentos, mas também valores corretos de vida, possam resgatar o patriotismo que nos foi arrancado; onde se possa dar estrutura aos mestres, professores, com salários dignos — os professores são, junto com a família, os direcionadores de nossos filhos —; onde o brasileiro possa



procurar um hospital e ser atendido com dignidade; onde um pai e uma mãe possam ir à feira e ter condições de comprar, pelo menos, o básico para alimentar sua família.

Que a juventude deste País tenha a esperança e a oportunidade de ver os seus sonhos virarem realidade! Não é um sonho. Esse é o Brasil que cada um de nós decidirá, por nós e por eles.

Obrigado.

**O SR. GOULART** (Bloco/PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste pela *TV Câmara*, o dia de hoje é uma data histórica para o Brasil. Nós estamos aqui para representar a vontade do povo brasileiro, sobretudo dos eleitores que depositaram sua confiança em nosso trabalho. Não somos mais do que a expressão de suas vontades na defesa dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Cumprimento, Sr. Presidente, o Líder da bancada, que foi Presidente da Comissão Especial da admissibilidade do *impeachment*, o Deputado Rogério Rosso, que fez um brilhante trabalho ao lado do Relator Jovair Arantes e de todos os membros da Comissão.

Quero cumprimentar todos os Deputados da minha bancada do PSD.

Quero cumprimentar o querido Deputado Herculano Passos, que faz um grande trabalho em Itu, ao lado da sua esposa, Rita Passos. Agradeço a presença aqui da filha do Deputado Herculano e da Sra. Rita. Ela está nos visitando.

Agradeço aos Deputados da bancada pelo brilhante trabalho e pela posição política importante que tivemos juntos.



Minha voz não é só minha. Falo em nome dos que represento: os meus conterrâneos de Vargem Bonita; os meus eleitores do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo; as entidades que, junto comigo, realizam um trabalho a favor do bem comum na periferia da Zona Sul de São Paulo.

Cumprimento a SOBEI, a AESUL, a SAI a SAJAMA, a OAB, as associações esportivas da Zona Sul, a Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo, o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente Paulista. Cumprimento também as Lojas Fé e Equilíbrio; a Associação Comercial de Santo Amaro; o CIESP Sul; os lotéricos de todo o Brasil; a Federação dos Aposentados; os Rotarys Clubs da cidade de São Paulo, em nome do meu querido clube, Rotary Club Cidade Dutra, que desenvolve um trabalho social diferenciado de todos na cidade e no Brasil.

Cumprimento também o Deputado Estadual Jorge Caruso.

Falo em nome da minha família, da minha esposa, Márcia, do meu filho Fábio e do meu filho Rodrigo Goulart, que é a garantia da renovação e da continuidade do nosso trabalho.

O meu trabalho como Parlamentar é ser a voz das bases, das pessoas, dos bairros e das cidades que represento: a cidade de Santo André, o sudoeste do Estado de São Paulo, as cidades Avaré, Itapetininga, Itapeva e região, os Bairros de Santo Amaro, Jabaquara, Cidade Ademar, Pedreira, Capela do Socorro, Grajaú, Jardim Primavera, São José, Parelheiros, Marsilac e Colônia. Eu sou uma extensão de suas opiniões e desejos.

O povo está nas ruas pedindo mudanças, isso não pode ser ignorado. O que ouço nas ruas de São Paulo e, sobretudo, na Zona Sul da cidade, é a vontade de mudança.





Estamos diante da possibilidade de iniciar uma nova fase de desenvolvimento para o nosso País. Hoje, encerramos um ciclo falido e manchado pela corrupção e incompetência de um Governo que não priorizou o povo, de uma gestão eivada de vícios que colocaram a Nação brasileira em ruínas. Daremos início a um novo tempo para os brasileiros.

A imprensa brasileira, Sr. Presidente, publicou, nos últimos anos, artigos sobre a contabilidade criativa do Governo Federal, atingindo o ápice nos casos das chamadas pedaladas fiscais e dos créditos suplementares — decretos não numerados.

No segundo semestre de 2015, a totalidade dos Ministros do TCU aprovou parecer pela rejeição das contas da Presidente da República referentes a 2014, tendo essa decisão forte influência das irregularidades apuradas pelas questões das pedaladas e dos créditos suplementares não autorizados. Essas operações tinham como objetivo expandir despesas públicas, via financiamento, por fontes não autorizadas — ou seja, por bancos públicos —, no Orçamento da União, como recursos próprios da Caixa Econômica Federal e, assim, fraudar dados fiscais, como resultado primário da dívida da União.

Ressalto que a operação das pedaladas exigiu o envolvimento da alta cúpula de diversos órgãos, como Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento Social, além da Caixa, do Banco do Brasil e do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Uma operação dessa magnitude, envolvendo bilhões de reais e diversos órgãos poderosos da República, exige uma coordenação superior.



Quem, senão o Palácio do Planalto, reúne condições para alinhar tantos entes poderosos em uma operação claramente ilegal?

Assim, o Governo atentou contra o art. 4º da Lei Orçamentária, à medida que abriu seis créditos de suplementação de despesa, quando deveria reduzir ainda mais as despesas. Afrontou também o art. 10, item 2, da Lei 1.079, de 1950, o qual afirma que é crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária “*exceder ou transportar, sem autorização legal, verbas do orçamento*”.

Um dos mais graves problemas enfrentados hoje pelo Brasil é o descontrolado crescimento da dívida pública. O Poder Executivo, ao fraudar as contas públicas e fugir, de maneira proposital, da obrigação legal de perseguir a meta, contribuiu para que a situação fiscal do País se agravasse. Com certeza, essa falta de compromisso foi um fator determinante para que nossa economia perdesse o grau de investimento e tivesse corroída sua credibilidade ante os agentes econômicos internos e externos.

Além disso, o País vive situação caótica do ponto de vista econômico e social. Só no último ano, mais de 4 mil empresas encerraram suas atividades. A inoperância e a falta de credibilidade do Governo Federal levam o povo às ruas e a clamar por mudanças. A afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso de dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, uma conquista do povo brasileiro, são ações imperdoáveis.

Para se ter ideia da indignação popular, Sr. Presidente, há mais de 1 mês, 1,5 milhão de pessoas se reuniram na Avenida Paulista, em São Paulo, para protestar e pedir o *impeachment* da Sra. Presidente Dilma Rousseff. Aquela foi a maior concentração de seres humanos para um protesto em nosso País. Ela não se



---

compara nem com a mobilização de 1984, quando todos nós nos reunimos, protestamos e pedimos as Diretas Já.

São fortes os indícios e gravíssimas as irregularidades. Ninguém aguenta mais tanta corrupção, tanto desmando, tanto egoísmo em transformar o Estado em um braço de um projeto de poder.

Muitos acusam que quem quer derrubar a Presidente defende o fim dos programas sociais, do Bolsa Família, do PROUNI, do FIES. Mas é justamente o contrário: a crise que o atual Governo criou é que ameaça a continuidade dos programas. E eles não vão terminar.

É importante dizer que só o Seguro-Defeso, que foi uma vergonha, estava pagando, Deputado Floriano Pesaro, mais de 1 milhão de senhores e senhoras que nunca colocaram uma minhoca num anzol, que nunca foram à beira do rio pescar um lambari.

A irresponsabilidade fiscal é um crime que afeta sobretudo os mais pobres, diminui a capacidade de investimento do Estado, impede o crescimento econômico, rouba empregos e mergulha as famílias em situações insustentáveis.

São Paulo e o Brasil não suportam mais essa crise que se arrasta há meses. É tempo de dar um basta a essa situação, apontar novos caminhos, estabelecer um projeto de união nacional para recuperar o caminho da estabilidade e do desenvolvimento.

O Governo atual não tem mais condições de continuar no comando do País. Isso é fato. A Presidente só sabe cobrar juros. É lamentável o que ocorre com os Estados e alguns Municípios do Brasil, que já pagaram mais de cinco vezes o valor



que deveriam ter pago pelos empréstimos. E estão querendo cobrar mais impostos. O Supremo Tribunal Federal está questionando à União a quantidade de impostos.

Não bastasse isso, a corrupção perpassa por todas as esferas do Governo, nos diferentes níveis hierárquicos. Nós estamos falando de empregos, de renda, de uma crise política que bate à porta de cada família, trazendo como consequência desesperança, descrença, aflição e falta de oportunidades.

Não podemos fechar os olhos ao clamor de uma Nação. Estou ao lado dos brasileiros de São Paulo que acreditam neste País. E tenho convicção de que, com trabalho e dedicação, vamos vencer e dar a volta por cima.

Srs. Deputados, diante de adversidade tão grande, não há outra opção: mudança, para enfrentar com coragem os problemas que o próprio Governo criou; mudança, para colocar o País nos trilhos do crescimento econômico; mudança, para combater o desemprego e o retrocesso nas políticas sociais; mudança, para respeitar a vontade soberana do povo paulista e brasileiro; mudança, para valorizar a democracia e recuperar a dignidade da política; mudança, em nome da esperança; mudança, pelo futuro de São Paulo e do Brasil; enfim, mudança! E mudança é dizer “sim” ao *impeachment*.

Esta é a nossa posição, a posição de nossos eleitores. E a recomendação da bancada do PSD é “sim” ao *impeachment*!

Agora, ao final do meu pronunciamento, Sr. Presidente, quero agradecer aos meus queridos irmãos do Grande Oriente do Brasil; da Loja Fé, Equilíbrio e Justiça; da Loja Fé, Equilíbrio e União; da Loja Fé, Equilíbrio e Trabalho; da Loja Fé, Equilíbrio e Amor; da Loja Fé, Equilíbrio e Evolução; e da Loja Fé, Equilíbrio e Esperança.



Quero agradecer aos meus queridos irmãos da SOBEI, da AESUL, da Associação Comercial de Santo Amaro, do CIESP Sul, dos Rotarys Clubs; aos lotéricos de todo o Brasil; aos meus amigos da APAMAGIS, na pessoa do seu Presidente; e também aos da Associação Paulista do Ministério Público, na pessoa do Dr. Felipe.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, este é um momento muito importante. Agradeço ao Grande Arquiteto do Universo por eu ser Deputado neste momento. Já vivemos grandes momentos: a votação das Diretas Já, a cassação do Presidente Collor. E agora teremos a oportunidade de trazer de volta a dignidade ao Brasil votando no domingo o *impeachment*. Nós do PSD estaremos ao lado de todos os Srs. Deputados para transformar o Brasil e devolver a dignidade e a esperança ao povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. JOÃO RODRIGUES** (Bloco/PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os brasileiros, eu quero cumprimentar todos os catarinenses, de uma forma muito especial, a minha cidade de Chapecó, onde tive a honra de ter sido Prefeito por duas vezes, e a cidade de Pinhalzinho, onde fui Prefeito também.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, já que estamos às vésperas de tomar uma das decisões mais importantes da história da República deste País, para me dirigir aos Srs. Deputados do PT, do PCdoB, do PSOL e àqueles que estão aguardando o melhor preço para tomar sua decisão quanto ao processo de *impeachment* no próximo domingo. Por que dizer isso? Porque dentro desses



quadros nós temos bons homens, nós temos bons Parlamentares. É importante que cada um reflita sobre o presente, sobre o passado e sobre o futuro deste País.

Meus caros companheiros do PSD, meu Líder Rogério Rosso, querido amigo Deputado Fábio Faria, a quem eu agradeço a deferência de me abrir o espaço que era, por direito, seu — V.Exa. teve a elegância de nos permitir estar aqui e usar a palavra —, pode-se dizer que o BNDES foi comandado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi o grande arquiteto de todo esse esquema de corrupção que destruiu a economia do Brasil.

Bem disse ele, Srs. Deputados, Deputado Herculano Passos, quando era Presidente, prestes a entregar o mandato: *“Serei o vendedor deste País para o mundo”*. Ele estava profetizando que, tão logo entregasse o mandato, sairia pelo País dando palestras e, na verdade, entregando o dinheiro do povo brasileiro em esquemas, levando amigos empreiteiros para realizar obras pelo mundo.

Meus amigos, eu vejo que, no Porto de Mariel, em Cuba, foram gastos 682 milhões de dólares do BNDES; na hidrelétrica San Francisco, no Equador, 243 milhões de dólares do BNDES; na hidrelétrica de Manduriacu, no Equador, 90 milhões de dólares do BNDES; no metrô da Cidade do Panamá, 1 bilhão de dólares.

Nós estamos falando de alguns bilhões. É evidente que isso quebra o BNDES, tira dinheiro de circulação da economia do País. Hoje as empresas brasileiras estão encerrando as suas atividades e desempregando milhões de brasileiros pela incompetência de um criminoso que governou este País por determinado período.

Eu quero dizer ao PT; ao PSOL, que é um puxadinho do PT; ao PCdoB, a toda essa gangue, que não se trata de golpe. Golpe foi o que vocês fizeram com o



povo brasileiro. As pedaladas são crime de responsabilidade. Golpe é vender um sonho e entregar um pesadelo. Golpe é aplaudir criminoso dentro do Palácio do Planalto e incentivar a invasão de propriedades por este País para destruir o setor produtivo. Quando eu vejo o PT, o PSOL, o PCdoB batendo palmas para criminoso, penso que não podemos esperar nada de bom para o futuro da Nação brasileira.

Eu vejo que este grupo que governa o País tem como cor preferencial, única e exclusivamente, o vermelho, junto com a foice e o martelo, enquanto nos demais predomina o verde e o amarelo.

Quero dar um recado ao PT. Eu sou do PSD e quero cumprimentar todos os meus colegas de partido. O nosso partido consta como base de governo. Em muitos momentos a maioria dos nossos Deputados contribuiu para o Governo e para o País. Mas não viemos aqui votar o *impeachment* em troca de cargo. Se fosse para estar agarrado na teta do Governo, estaríamos do lado de lá.

Vejo a imprensa maciçamente presente aqui. Gostaria de dizer algo para o PT, para o ex-Presidente Lula, que está me assistindo agora num dos hotéis mais caros de Brasília. O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, aquele garoto que nasceu em Garanhuns, lá no Sertão do Estado de Pernambuco, muito pobre, foi para São Paulo. Tornou-se metalúrgico ainda muito jovem. Depois de sindicalista, nunca mais trabalhou na vida, a não ser conduzir sindicato de São Paulo. Tornou-se Presidente do País. Ele traiu as suas origens! Traiu a sua história! Com certeza, deve estar nos assistindo, pedindo perdão a Deus, arrependido de tudo o que fez, com 30 milhões na conta por palestras milionárias. Já é considerado o palestrante mais caro do mundo.



Por que votar o *impeachment*? Bilhões, Deputado Pedro Uczai, foram para fora do País. Em relação à Ferrovia do Frango, mentiram para o povo de Chapecó e de Santa Catarina! Enquanto isso, financiam metrô fora do Brasil, financiam porto em Cuba. A BR-282, rodovia em nosso Estado, tem que sofrer pedágio de 14 reais para carro e 50 reais para caminhão, enquanto financiam bilhões para cobrar propina.

O partido fala mal de empresário, mas é amigo de empreiteiro canalha, de empreiteiro bandido, que usurpa, furta, rouba os impostos do povo brasileiro. Mas, quando se trata de distribuir algo para os companheiros, essa turma bate palma!

Brasileiros e brasileiras, hoje há as movimentações em Brasília. De um lado, nós queremos conclamar todos os Parlamentares, pelos seus filhos, pelos seus familiares, pelos seus eleitores, pela Nação brasileira. Aqui não se trata de partido. Estão aqui o PSDB, o Democratas, o PP, 70% do PR, o PSD, o PTB — praticamente 80% dos partidos! Não há uma bandeira partidária. Há a bandeira do Brasil! Inclusive o colega Deputado Caio Narcio a carrega em seus ombros. Empreste-me a bandeira.

Como são belas as cores deste País! Vejam o contraste, senhoras e senhores! (*Mostra a Bandeira Nacional.*) Esta é a cor do povo brasileiro. Esta é a cor que bate no coração de qualquer homem com vergonha na cara. Esta é a cor que nos orgulha e que devemos carregar na nossa alma. (*Palmas.*)

Só vale ser homem público quando se tem dignidade e respeito para com o seu povo.

Domingo nós vamos começar a votar aqui, Sr. Presidente. O PT, o PCdoB e o PSOL já estão decididos desde o começo. São posições que respeitamos, porque





são definidas. O PDT fechou a questão: muitos Parlamentares votarão pelo *impeachment*. Mas há outros que trocam de lado a cada meia hora. O Brasil não vai perdoá-los. O homem que tem preço, que se vende por cargo, que se vende por dinheiro é bandido, e bandido tem que ser banido da vida pública! (*Palmas.*)

O Brasil vai punir os canalhas. Eu quero ver aqueles que aqui não virão. Muitos canalhas se venderão, Deputados, e não comparecerão. Absolutamente, o único atestado que será aceito haverá de ser o de óbito do Parlamentar. Qualquer atestado apresentado, por mais que o Presidente mande averiguar, quem vai julgar será o eleitor do nosso País.

Finalizando minha manifestação, quero mais uma vez repetir: revejam suas posições, avaliem suas posições, porque domingo nós vamos decidir o futuro do País.

Vejo o PT, a todo instante, dizer: “*Não vai ter golpe*”. No Governo Collor, Deputado Pedro Uczai, por causa de uma Elba vocês cassaram um Presidente. E depois roubaram o País, assaltaram os cofres públicos, cobraram propina. Vocês mancharam o País e estão destruindo o futuro do povo brasileiro. E mais: já pensando na derrota, organizaram com o MST invasões. O MST está concentrado hoje em várias regiões do Brasil, em portas de fazendas, trancando rodovias, queimando pneus.

Deputado Moroni Torgan, um grupo criminoso diz, em solidariedade à Presidente Dilma: “*Vamos tocar fogo no Brasil!*” Parece-me que eles estão armando um golpe, promovendo atos de vandalismo, aguardando que o Exército vá à rua para colocar ordem no País.



Vocês estão esculhambando, provocando, para, quando um pulso firme organizar a Nação, dizerem: *“Houve golpe”*. Não se enganem. Não haverá golpe. Haverá *impeachment*.

Goulart

Domingo, o Presidente Eduardo Cunha dirá: *“Como vota o Deputado Evandro Roman?”* E o Deputado dirá: *“Sim”*. *“Como vota o Deputado Caio Narcio?”* *“Sim.”* *“Como vota o Deputado Goulart?”* *“Sim.”* *“Como vota o Deputado Moroni Torgan?”* Domingo será *“sim”*, *“sim”*, *“sim”*, *“sim”*, *“sim”*. *“Sim”* pelo Brasil, *“sim”* pelo povo brasileiro, *“sim”* pelas pessoas de bem, *“sim”* para quem tem vergonha na cara, tem honra, tem peito e coragem para não se trocar nem se vender.

Sou extremamente feliz e agradecido à minha esposa, Fabiane, e às minhas filhas, Carolina e Maria Paula, a quem afirmo: o seu pai jamais trairá o seu povo, jamais trairá sua gente. E é orgulhoso dos companheiros de partido que tem, liderado por este grande homem chamado Rogério Rosso. Liderado também por um grande homem chamado Gilberto Kassab, que, num determinado momento, nos deu a liberdade de expressar o nosso sentimento.

Aqui está uma alma e um coração aberto. Só votará pela manutenção deste Governo que aí está quem não tem responsabilidade com o povo brasileiro, com quem trabalha, com quem paga impostos e com quem produz.

Viva a Nação brasileira e os brasileiros de bem!

Domingo daremos a verdadeira resposta que o povo e V.Exas. merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. MARCOS MONTES** (Bloco/PSD-MG. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, o Deputado João Rodrigues, em seu pronunciamento, fala com o



---

coração, olha no fundo do coração de todos os brasileiros, principalmente na consciência de cada Deputada e Deputado que aqui está.

Este momento faz parte de uma história que, provavelmente, não gostaríamos de estar participando. Eu estou na vida pública há algum tempo, já vi muita coisa nessa vida pública, vi justiças e injustiças, mas não gostaria de estar aqui neste momento. Eu não gostaria de ter que explicar para a Nação brasileira o papel do Parlamentar.

É um momento difícil, mas os momentos difíceis nós temos que enfrentá-los. Eu sempre digo aos meus amigos e à minha família que nós devemos pedir a Deus que nos dê força ao encontrarmos dificuldades, mas que não nos tire as dificuldades pela frente. E no decorrer desses dias, assim como hoje, nós estamos vivendo, provavelmente, um dos momentos mais difíceis por que passamos na nossa vida pública.

Hoje estou falando por uma concessão especial do meu partido, o PSD, e quero agradecer a todos os integrantes do meu partido mais esta oportunidade. Falando na Comissão Especial do Impeachment, também por uma generosidade do meu Líder Deputado Rogério Rosso, eu afirmei que aquele dia seria o primeiro passo do início de uma caminhada. Hoje nós daremos um passo, amanhã nós daremos outro passo e no domingo nós concretizaremos essa caminhada.

O meu partido é um partido novo, um partido de ideias novas. Estamos reunindo Parlamentares dos mais diferentes partidos e encontramos o carinho e o respeito de todos.

Tivemos a oportunidade, Deputado Sandro Alex, e V.Exa. não a teve, de conviver com Líderes como Guilherme Campos, o nosso primeiro Líder, um grande



homem, que doou o coração e o sangue pelo partido e pelo Brasil, e nós sabemos o que isso lhe custou.

Posteriormente, tivemos outro excepcional Líder, Eduardo Sciarra, homem do seu Estado do Paraná, Deputado Evandro, que deve estar lá nos escutando, trabalhando para que aquele Estado possa também enfrentar as dificuldades e vencê-las, dificuldades essas que foram promovidas por um Governo Federal ineficiente que fez com que Estados e Municípios estivessem na situação em que se encontram hoje.

E tivemos Moreira Mendes, de Rondônia, um grande amigo de todos nós que também buscou alternativas para crescermos.

Chegamos hoje, felizmente, à Liderança do Deputado Rogério Rosso, homem sereno, calmo, tranquilo, que demonstrou, à frente da Presidência da Comissão Especial do Impeachment, que o partido tem elementos de gabarito e categoria.

E eu disse naquele dia, meu Líder Rogério, que V.Exa. está preparado para qualquer missão que lhe for confiada nesta Casa ou fora dela, na vida pública. Nós confiamos em V.Exa., que conduziu os trabalhos de maneira elegante, respeitando a todos, independentemente de partidos.

E sobre o relatório do Deputado Jovair, eu quero dar uma explicação a toda a Nação brasileira. Aqui encontramos os mais variados discursos, os mais variados posicionamentos e nós temos que respeitá-los. Mas eu não posso aceitar a defesa feita pelo ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, atual Advogado-Geral da União, que não poderia estar aqui defendendo a Presidente, porque o cargo dele é de defesa do Estado e não da pessoa da Presidente.



Mas nós o conhecemos bem, Deputado Mandetta, há muitos e muitos anos. Como Presidente da Frente Parlamentar, que ainda sou, quantas visitas e reuniões nós fizemos ao José Eduardo Cardozo, então Ministro da Justiça? Quantos problemas nós levamos a ele? Queríamos sair daquelas reuniões com a esperança de mudar este País, mas nós não conseguíamos, porque ele realmente não dava objetividade às nossas conversas e às nossas ações.

Por isso essa desordem que se instalou no Brasil, Deputada Tereza Cristina, com invasões de terra, sem respeito à propriedade, dando a todos nós da produção um sentimento de insegurança muito grande.

Temos que analisar o relatório. E quero explicar à Nação brasileira que esse relatório tem dois aspectos. Um deles é o aspecto jurídico, e temos que nos debruçar sobre ele. Há crime de responsabilidade, sim, Deputado Herculano Passos. V.Exa. foi Prefeito, assim como eu. Se o Prefeito de sua cidade, dos rincões de Pernambuco, de São Paulo ou da minha Minas Gerais cometeu os mesmos crimes de responsabilidade, ele foi punido. Muitos deles foram cassados por crimes menores do que esse.

O tratamento não pode ser diferenciado. E nós sabemos como esses Prefeitos estão vivendo, muitos deles enfrentando situações dramáticas com suas famílias pela punição que a Justiça, às vezes, com justiça o fez.

A Presidente, que deveria ser o exemplo maior para todos nós, comete um crime, e o Sr. Ministro da Justiça ou o senhor responsável pela Advocacia-Geral da União vem aqui nos dizer que o crime dela é pequeno. Não há crime pequeno. Há crime.



Vencido o momento jurídico do relatório, surge o aspecto político. Esta Casa é política e tem que fazer a análise política do que está acontecendo. A análise política que nós fazemos não passa só por este Governo, mas passa por dois Governos: o Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidente Dilma Rousseff. E em nossa análise política nós fazemos a análise econômica e a ética.

Quanto à análise econômica, o Presidente Lula viveu momentos excepcionais, com uma economia favorável, mas mesmo assim fez um Governo voltado para aqueles dias, voltado de forma demagógica, aprendida com países como Venezuela, Bolívia e outros. Teve popularidade alta, claro, porque governou para muitos, num pequeno momento, não pensando num Governo do futuro.

Posteriormente, quanto à análise econômica do Governo da Presidente Dilma, ela trouxe todos os problemas do Governo Lula do ponto de vista econômico. Enfrentou ventos desfavoráveis, não administrou como nós queríamos e foi, sem dúvida alguma, um Governo ineficiente.

Mas a análise não só fica na política, a análise não só fica na área econômica; ela passa pela análise ética. Esta, sim, é grave em nosso País. E começou lá atrás, quando Lula criou a turma do Lula.

Mais uma vez, quero dizer ao PT que eu não o ataco. Eu ataco os elementos do PT que fizeram parte do Governo Lula. Ali se criou a turma; ali se criou uma organização criminosa que assaltou os cofres públicos.

Claro que naquele momento passaram despercebidamente, porque os ventos econômicos se tornavam favoráveis. Nós não víamos os rombos; nós não víamos os desfalques; nós não víamos os desvios.



Mas isso entrou no Governo da Presidente Dilma, e ela não teve capacidade de se desvencilhar da turma do Lula. Isso contaminou e feriu mortalmente o seu Governo. Além da sua ineficiência de gestão, ela herdou ou trouxe com ela essa turma que fez no Governo do Lula esse estrago no País todo. E foi trazido para o Governo Dilma um dos maiores escândalos que o mundo já viu.

É claro que houve — muitos do PT e de outros partidos diziam isso — corrupção em outros governos. Houve, sim, mas não na dimensão em que foi institucionalizada neste País, tornando-nos os campeões mundiais da corrupção.

A nossa análise final é para aqueles Deputados indecisos: pensem com o coração; reflitam; olhem suas famílias; olhem lá atrás; olhem suas origens. Muitos de V.Exas. não tinham nada no passado, mas conseguiram se eleger Deputados e têm uma vida construída com dignidade. Por favor, façam uma reflexão, não se deixem enganar pelos contos de fadas que estão lhes oferecendo. Não se deixem levar, porque o arrependimento será muito grande.

Eu quero recordar a fala de outro dia do Deputado Átila Lins, que estava aqui há pouco, sobre o seu voto contra o *impeachment* do Presidente Collor. Ontem S.Exa. nos disse que recebeu mensagem de uma eleitora sua dizendo que estava muito feliz com sua posição de hoje, mas lamentava que o pai dela não pudesse dizer o mesmo, porque já havia falecido. S.Exa., naquela época, o contrariou.

Não contrariem o povo brasileiro, porque V.Exas. serão cobrados no futuro.

Hoje, em nome do meu partido, em nome de Minas Gerais, em nome de Uberaba, minha cidade querida, e de Sacramento, minha terra natal, em nome de todos os que ainda acreditam num caminho, vamos unir forças; vamos dar as mãos,



independentemente dos nossos partidos; vamos criar alternativas de segurança para o nosso povo.

Eu tenho absoluta certeza de que, se hoje formos para casa e nos debruçarmos sobre os nossos travesseiros, às vezes ao lado das nossas famílias — alguns não estão mais ao seu lado, mas pensem neles —, voltaremos às nossas origens de vida para podermos fazer uma reflexão e lhes dizer, olhando nos olhos de cada um, da minha esposa, da minha mãe, de 90 anos, que está vendo televisão, claro, orgulhosa do seu filho, que podem ter certeza de que nós políticos ainda vamos resgatar a nossa dignidade.

Este Governo ultrajou a dignidade da sociedade. Nós só podemos recuperar nossa dignidade se batermos no peito e dissermos: eu sou político! O político é o instrumento para construir o bem que foi desvirtuado.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu peço a cada um de que pense.

Acho que eu falei tudo o que queria. Peço agora a Deus que nos guie, que nos ajude e que faça com que tomemos um caminho justo para o Brasil, mais claro e mais limpo para os nossos filhos.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, por favor, quero falar pela Liderança do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Está escrito aqui que V.Exa. vai falar. V.Exa. é o quarto inscrito.

Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** - Sr. Presidente, enquanto ele não fala, eu quero um esclarecimento.





**O SR. GLAUBER BRAGA** - Vamos seguir a ordem completa dos Líderes, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - A ordem está sendo seguida.

Vou conceder a palavra ao Deputado Rodrigo de Castro e depois eu a concedo a V.Exa. Neste momento, estamos com radicalismo. Não há prorrogação de qualquer tempo. É critério único, não há outro jeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra, pela Liderança do PSDB, o Deputado Marco Tebaldi.

**O SR. MARCO TEBALDI** (PSDB-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me sinto extremamente honrado em compor este Parlamento neste momento histórico.

Quero contribuir com o debate, apresentando minha visão sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, bem como seus motivos legítimos e suas consequências.

A eleição de 2014 não pode se sobrepor à vontade da maioria dos brasileiros depois das urnas. Muitos são os eleitores arrependidos que clamam pela saída do Governo da Presidente da República e do seu partido. Se a eleição democrática da Presidente Dilma Rousseff é argumento para não haver *impeachment*, devemos lembrar que Fernando Collor de Mello também foi eleito, processado e deposto, inclusive com o apoio do Partido dos Trabalhadores.

O poder emana do povo e é exercido pelos seus representantes, como estabelece o parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal.

A partir de hoje, a Nação testemunhará a Constituição Federal ser respeitada em sua essência democrática: a Câmara dos Deputados, instituição que representa o povo, em plena sintonia com a opinião deste mesmo povo, votará a vontade do povo.

Por isso, o *impeachment*, hoje, tem um peso democrático.

As eleições de 2014 foram moldadas pela mentira, pelo estelionato eleitoral, pela difamação e, como a Operação Lava-Jato vem revelando, pelas propinas que alimentaram o caixa dois da campanha petista.



O *impeachment* que votaremos no domingo é a resposta limpa e democrática contra o verdadeiro golpe que a Presidente Dilma e seus aliados desferiram contra a Nação. E ainda alegam que não há crimes para justificar o afastamento da Presidente.

Ora, senhoras e senhores, crimes é o que não falta a este Governo! A cada hora que passa, 282 brasileiros perdem seus empregos e até o fim do ano serão 12 milhões de desempregados no País.

Isso é crime!

A inflação em alta e o PIB em baixa, contrariando o discurso eleitoral da Presidente, também são crimes!

Os escândalos da PETROBRAS; a negociação desastrada da refinaria de Pasadena; o mensalão; a farra nos fundos de pensão, que trouxe prejuízo de mais de 30 bilhões ao País; a reforma agrária do INCRA, que entrega terras a ricos, a políticos e — pasmem! — a mais de 37 mil falecidos; a crise na economia; o falido sistema de saúde, em que as pessoas estão morrendo nos hospitais por descaso; a insegurança, que gera conflitos entre bandidos e policiais, ceifando vidas, como a do menino Matheus, que foi morto no Rio de Janeiro, na última semana, por uma bala perdida, tudo isso, senhoras e senhores, é crime!

O processo de *impeachment* não julgará apenas as pedaladas fiscais e os decretos presidenciais, mas também a quebra de confiança do povo neste Governo.

Por isso, certamente, o veredicto final implicará a pena tão esperada: o fim deste Governo.

Quero parabenizar os partidos de oposição e os cem Deputados da Oposição que ficaram firmes até este momento histórico.



Por estes tantos motivos e por mais tantos outros, meu voto e o voto do meu partido serão pela admissibilidade do *impeachment*.

Pela minha querida Joinville, pela bela Santa Catarina, por um Brasil melhor, pelo meu neto Pedro, que nasceu no domingo: *impeachment* já!

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ninguém fica satisfeito com a discussão do afastamento da Presidente da República, mas confesso que estou feliz e aliviado em presenciar o início do fim da era PT.

Temos uma Presidente que fez sua campanha baseada em mentiras, que enganou a população brasileira, que, logo ao ser eleita, se afastou de todas as suas promessas e caminhou na direção contrária. Temos um partido que abandonou suas raízes, seus simpatizantes, um partido que traiu o seu povo.

Temos um ex-Presidente que, em vez de ter lugar digno na história, fez questão de estar do lado do mal. Ele, que um dia acusou esta Casa de ter 300 desonestos, é, na verdade, o picareta-mor de uma gangue de delinquentes que saqueou o País. (*Palmas.*)

Hoje nós temos a oportunidade de fazer história em nosso País. Hoje nós temos a oportunidade de mudar nossas vidas.

O *impeachment* é a saída? Não sabemos. Mas, com certeza, é uma luz no fim do túnel. O *impeachment* é a possibilidade de construirmos um país com o qual sempre sonhamos. Todos podem sonhar. Os políticos também podem sonhar.

Hoje nós precisamos construir um país que dê mais educação às nossas crianças e aos nossos jovens, com qualidade, qualificação e perspectiva de emprego. Precisamos construir um país que dê uma saúde que crie oportunidade a



todos de atendimento digno no Sistema Único de Saúde. Nós temos que ter infraestrutura em nossas cidades. É preciso que homens e mulheres não passem tempo importante de suas vidas presos em congestionamentos sem fim, apinhados em ônibus sem conforto.

É isto que queremos: saneamento básico, atenção para todos, proteção ao meio ambiente. E somente com o afastamento da Presidente Dilma, somente com o fim da era PT é que poderemos construir este horizonte.

É por isso que conclamo todos os brasileiros neste momento.

É por isso que conclamo o Congresso Nacional, meus colegas Parlamentares, minhas colegas Parlamentares.

Vamos juntos nesta caminhada! Vamos com coragem, com firmeza, até domingo!

Nós temos que dar uma satisfação à população brasileira.

Nós temos agora uma grande responsabilidade. É nesta hora que temos que mostrar toda a nossa grandeza. É nesta hora que temos que nos curvar à vontade da população brasileira.

O grito dos brasileiros e das brasileiras, neste momento, é “Fora, Dilma!”. Não é o grito da pelegada que, paga com o dinheiro dos contribuintes, lota os hotéis da Capital e vem aqui com camisa vermelha e boné do MST, da CUT e da UNE.

O povo verdadeiro é aquele que vai estar de verde e amarelo, e não de vermelho, no domingo, nas ruas.

Em uma coisa — em apenas uma coisa — Dilma, Lula e PT têm razão: realmente não teremos golpe! Nós teremos o *impeachment*, teremos o afastamento da Presidente da República.



Fora, Dilma!

Fora, PT!

Viva o Brasil! (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Moroni Torgan, que falará pela Liderança da Minoria.

**O SR. MORONI TORGAN** (DEM-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos passando por um momento histórico. Já passei por um momento como este em outra ocasião, em que houve o *impeachment* de outro Presidente. Posso dizer, com todas as letras, que depois do *impeachment* o País melhorou muito, melhorou muito, e a democracia saiu fortalecida.

Falo aqui em nome dos cearenses, dos cearenses que foram traídos quando disseram que lá seria construída uma refinaria de petróleo, mas não foi. Agora voltaram a prometé-la.

Falo aqui em nome dos cearenses que passam no Sertão todo o tipo de necessidade por falta d'água! Nosso maior açude no Ceará está com apenas 10% de água, no entanto a tão prometida transposição do Rio São Francisco se arrasta há décadas. A transposição se arrasta há décadas, e nada acontece!

Falo em nome dos cearenses e dos fortalezenses, que veem as obras do metrô paradas. Mas o metrô em Caracas, bancado com dinheiro brasileiro, este está funcionando a pleno vapor!

Falo em nome deles!

Falo em nome da minha família. Se eu agisse de outra forma, não poderia olhar para minha esposa, Rosa, e para meus filhos, Mosiah e Jared.

Quero dizer que esses brasileiros que mais precisam — no Ceará especialmente temos muitos mais que precisam — é que foram traídos por promessas eleitoreiras não cumpridas, por promessas de que a conta de energia



não ia subir, e subiu quase o dobro. Eles é que foram traídos por promessas de que os preços dos alimentos ficariam estáveis, mas subiram 50%; por promessas de que o preço dos combustíveis não iria subir, mas subiu mais de 50%.

Nós vimos muitas promessas de que não haveria desemprego, mas há 10 milhões de desempregados, pessoas que sofrem! Apenas quem está desempregado sabe o sofrimento de uma família em que alguém perdeu o emprego; de uma família que teve de baixar a quantidade de comida comprada porque já vive da ajuda de parentes e amigos; de uma família que teve de procurar outra escola para seus filhos porque não pode mais pagar a educação.

Afinal, caiu o padrão de consumo das famílias.

Esse Governo conseguiu fazer a classe média ficar pobre, e a classe pobre já está em estado de miséria. É isso que está acontecendo a partir das ações desse Governo.

Alguns perguntam o que é preciso fazer. É preciso mudar. Ou se muda, ou vamos continuar no fundo do poço, nesta recessão terrível, recessão que não é culpa dos outros, não!

Querem colocar a culpa da recessão brasileira na recessão mundial. A recessão mundial aconteceu em 2008 e 2009, e nós estamos em 2016. A América do Norte está surfando numa economia muito boa, a Europa já saiu de todo o caos em que estava, mas o Brasil se enterrou cada vez mais. Por quê? Porque, no ano de 2014, foi dito para o povo que as contas do País estavam superavitárias e, infelizmente, o que nós vimos é que tudo isso era mentira.

No ano de 2015, cometeu-se mais fraude fiscal para encobrir as mentiras de 2014.





Sobre essa fraude fiscal, muitos perguntam: *“Que crime de responsabilidade?”*.

Ora, enganar o povo a título apenas de ter o poder, sabendo que ia exercer o poder de maneira podre, deixando os que mais precisam sem aquilo de que mais necessitam, isso é que não podia acontecer.

Foram condenados, sim! Foram condenados pelo TCU, o maior tribunal de contas do País. Não foi uma condenação qualquer. O resultado foi 9 a 0. As contas da Presidente Dilma foram, por unanimidade, reprovadas. Por unanimidade!

Há quem pergunte: *“Onde está o problema?”*. O TCU, à unanimidade, não aprovou as contas da Presidente Dilma, por causa das falcatruas fiscais. Será que é preciso mais? Pois há mais. O relatório do Banco Central confirma o que o TCU disse.

Sr. Presidente, há mais coisas ainda. Não fosse só isso — só isso já seria o suficiente —, onde está o dolo? O dolo está em esconder contas podres, para poder ser eleito pelo poder — só pelo poder! — porque não estão preocupados com os mais necessitados.

Uns anos atrás, eu me lembro, compravam-se, no início desses governos, 10 pãezinhos com 1 real. Vá comprar um pãozinho hoje na padaria! Se não for 1 real, é perto de 1 real. Mil por cento foi o aumento do pão — mil por cento, numa fase em que a inflação foi de, no máximo, 150%!

Portanto, não se trata de mudar o poder. Trata-se de dar credibilidade ao Governo brasileiro e de deixar os brasileiros, mais uma vez, orgulhosos do seu Governo, orgulhosos da sua Pátria! Trata-se de deixar os brasileiros que viajam para o exterior dizer: *“No Brasil, nós temos gente séria, gente competente, que ama os*



*mais pobres, que trabalha pelos mais pobres, que trabalha pelo povo e que não fica se juntando ao poder só pelo poder, mas por amor ao nosso povo, por amor às famílias, por amor à liberdade”.*

É por isso que nós vamos votar o *impeachment*.

Vamos votar o *impeachment* para defender a nossa Pátria, para defender a liberdade, para defender a vida do nosso povo!

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Izar, que falará pela Liderança do PP.

**O SR. RICARDO IZAR** (Bloco/PP-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós vivemos um momento ímpar. É hora de dizer “não” à corrupção. Saúde, transporte, habitação, educação, não! Hoje o maior problema do Brasil é a corrupção. Onde há Erário há alguém para surrupiar. Quem rouba do Erário é muito mais do que um homicida: é um genocida, porque faz o mal por atacado.

É isso que está em jogo agora. Não é apenas o relatório das pedaladas fiscais. Ninguém vai tirar das nossas cabeças, da nossa memória, o caso do mensalão. Ninguém vai tirar das nossas cabeças o caso do petróleo. Ninguém vai tirar das nossas cabeças as gravações entre Dilma e Lula. Ninguém vai tirar da minha cabeça que a Presidenta Dilma cometeu, sim, crime de lesa-pátria.

O que fizeram com o nosso País?!

Nós podemos mostrar que ainda há gente de bem na nossa política. Amanhã vamos ver um “muro” na frente do Congresso Nacional, com dois lados: o lado verde-amarelo, que será representado por cidadãos de bem, por pessoas que vão para as ruas, voluntariamente, pedir o fim da corrupção, por mais dignidade e mais moralidade; e o outro lado, o lado vermelho, composto por militantes sindicalistas pelegos, que vivem do suor dos trabalhadores, que vivem da contribuição sindical obrigatória.

É por isso que eu, Deputado Ricardo Izar, digo “sim” ao fim da contribuição sindical obrigatória! Digo “sim” ao novo Brasil! Digo “sim” ao *impeachment!*

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.

**O SR. FAUSTO PINATO** (Bloco/PP-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil não aguenta mais tamanha roubalheira. É notícia atrás de notícia.

É a segunda vez que na história da nossa democracia passaremos por um momento como este. O *impeachment* está previsto na Constituição Federal e foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal. Então, não é golpe! É um instrumento constitucional, legal, de competência desta Casa.

Precisamos fazer a trincheira da liberdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para voltarmos a ter esperança. A falta de coerência e de comando deste Governo, descartado de tamanha credibilidade, nos faz perder a esperança.

Vamos dar o golpe na corrupção e fazer imperar a justiça a todos os brasileiros.

Chegou a hora de mostrar ao País quem são os bons e os maus políticos.

Voto “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Não voto por divergência partidária, política ou ideológica. Não voto por vingança ou por outro sentimento. Voto pela profunda convicção no futuro do nosso País.

Quero viver num país onde meus filhos e meus netos se orgulhem de viver nele e dizer que são brasileiros, sim, e que vivem num país de oportunidades!

Sr. Presidente, eu tenho uma filha de 7 anos que me liga toda noite e diz: “*Papai, vote no impeachment da Dilma!*”.

É este o sonho da futura geração!



Faço votos de que o próximo Presidente tenha sucesso na difícil missão de unir o Brasil para sair da crise.

Acredito que todas as forças vivas desta Nação se unirão nesta missão patriótica de resgatar o Brasil.

Acabou a impunidade em nosso País.

Pelo Brasil, pela região noroeste do Estado de São Paulo, por Fernandópolis, minha cidade natal, eu voto “sim” ao *impeachment*, com toda a convicção!

Faltam heróis em nosso País! Mas podemos mudar isso, Sras. e Srs. Deputados, no próximo domingo, pois temos um herói lá fora que se chama Sérgio Moro. Nós podemos nos juntar a ele. Temos que ter, no mínimo, 342 Parlamentares dentro deste Congresso, para fazermos a esperança reinar novamente.

Queria parabenizar o meu Partido Progressista, que hoje fez uma reunião histórica, fechando questão ao “sim”, em que as divergências e a situação política atual fizeram com que os Líderes do meu partido constituíssem esta resolução. O novo Partido Progressista irá punir aqueles que mudarem a regra do nosso partido.

Queria também dizer que acredito no novo modelo político que vem se desenhando em nosso País.

A vitória no domingo será a vitória do povo brasileiro e do novo Brasil.

Gostaria de registrar que muitos da Oposição e da Situação ficam aqui falando: “*Nós temos voto para cassar. Nós temos votos para ganhar.*” Mas eu queria dizer o seguinte: o voto é pessoal e legítimo.

Nós temos que dar o voto de confiança aos nossos eleitores.



Esta é a Casa do Povo, e a maioria do povo brasileiro pede o *impeachment* deste Governo desastrado, Governo sem credibilidade, que não consegue sequer nomear um Ministro.

Chegou a hora de voltar a esperança!

Juntos, podemos, sim, construir uma nova aliança, uma nova agenda propositiva neste País!

Juntos, com o novo Presidente, podemos fazer a diferença e fazer o País crescer!

Queria agradecer ao Presidente Nacional do PP, Ciro Nogueira; aos Deputados Guilherme Mussi e Ricardo Izar; ao novo Partido Progressista, que nasceu nesta Casa, fazendo a união e fechando questão.

Meu muito obrigado. Juntos, vamos ganhar no domingo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus nos abençoe e nos dê toda a sabedoria!

*(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)*

*(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)*

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - O orador pode continuar. Eu vou prorrogar o tempo. Sou obrigado a fazê-lo.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Deputados, Deputadas, nós estamos vendo este clima de reversão do resultado no plenário. Isso tem uma relação direta com o que está vindo das ruas. As ruas não aceitam esse acordão que está sendo formatado para levar a cúpula do PMDB Nacional ao comando de todos os Poderes da República.

O Vice-Presidente disse que o Brasil teria que passar por sacrifícios a partir da sua Presidência e apresentou os sacrifícios no programa *Uma Ponte para o Futuro*, documento apresentado pelo PMDB Nacional. Nesse documento, mais especificamente na sua página 9, ele diz que vai acabar com as vinculações constitucionais para a saúde e para a educação. Para quê? Para que haja mais espaço para o pagamento de juros da dívida pública aos banqueiros.

Na página 10, ele diz que vai acabar com a política de valorização do salário mínimo.

Não para por aí, não! Nesse documento que o PMDB lançou, na página 18, ele diz que vai passar o petróleo brasileiro do regime atual de partilha para concessão, a propriedade do petróleo brasileiro para as operadoras internacionais, entregando o petróleo brasileiro a preço de banana. Em outra página, diz que as convenções coletivas vão prevalecer sobre as normas legais. É o fim da Consolidação das Leis do Trabalho.

Amigos e amigas que estão em casa neste momento assistindo a esta sessão, nós do PSOL somos oposição programática ao Governo Federal, mas não é levando a cúpula do PMDB para o comando de todos os Poderes da República que



vamos resolver os problemas de corrupção no Brasil. Não, é o contrário: levar essa cúpula do PMDB Nacional para todos os Poderes da República o que faz é ampliar as dificuldades, as mazelas do Brasil, de forma acelerada.

Não ao acordão que faz de Eduardo Cunha Vice-Presidente da República e de Michel Temer Presidente da República!

Não ao acordão! Não ao acordão! Não ao acordão!

*(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)*

*(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)*





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar pela Liderança do Solidariedade, concedo a palavra ao Deputado Benjamin Maranhão.

**O SR. BENJAMIN MARANHÃO** (SD-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo o nervosismo tomar conta da bancada do PT, que quer fazer uma grande confusão na opinião pública.

O PT e seus assemelhados confundem a democracia com eleição, porque eles dizem que a Presidente foi eleita. Foi eleita de verdade, como Fernando Collor também foi eleito, e com uma margem de votos muito maior do que a Dilma Rousseff teve. A diferença dos votos que ela recebeu foi de apenas 1,6%. Boa metade do povo brasileiro rejeitou esse modelo administrativo.

Mas o pior disso é que essa vitória foi construída em cima de uma mentira, foi construída em cima de compromissos de não elevar a inflação; de não tirar empregos; de não elevar a conta de energia elétrica, pelo contrário, de baixá-la; de combater a corrupção. E o que aconteceu foi exatamente o contrário: o Governo se aprofundou cada vez mais na maior crise ética e econômica que a República brasileira já viu — acima de tudo, houve os escândalos de corrupção.

Eu me impressiono quando vejo na outra tribuna partidos que se dizem de esquerda ideológica defender a roubalheira da PETROBRAS, porque defender este Governo Dilma Rousseff é isso. Eu me impressiono com aqueles que querem enganar a opinião pública, quando atacam a Justiça, quando atacam a Operação Lava-Jato, quando atacam o Juiz Sérgio Moro, dizendo que estão defendendo a democracia. Esses que estão falando isso defendem a democracia cubana, a democracia bolivariana na Venezuela, onde não existe imprensa livre, onde o Judiciário é manipulado, onde não há o Estado Democrático de Direito.



Nós vamos votar pelo *impeachment*, Sr. Presidente. Nós vamos conseguir uma maioria que se consolida a cada dia, porque nossos Deputados não irão de forma nenhuma contra a opinião pública majoritária: são 70%! Acima de tudo nós iremos fazer um julgamento fundamentado nos crimes de responsabilidade da Presidente da República, que estão previstos na Constituição, no art. 85, que diz claramente que quem atenta contra a Carta, especialmente contra a Lei Orçamentária, comete crime de responsabilidade.

A Presidente Dilma Rousseff editou mais de 100 bilhões de reais em créditos não autorizados pelo Congresso Nacional. Ela recriou as antigas operações de antecipação de receita orçamentária, os empréstimos aos bancos públicos, que foram banidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela é responsável também por atos tanto como Presidente da República, como Ministra-Chefe da Casa Civil e como Ministra de Minas e Energia e Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS. Ela causou o escândalo de Pasadena. Inclusive foi comprovado que houve a utilização de recursos da PETROBRAS em sua campanha presidencial, recursos que foram desviados do povo brasileiro.

Então, pela coragem do Solidariedade, nós vamos continuar na luta diuturnamente. Nós vamos conseguir que haja a consolidação desse placar para que tenhamos não 342, mas 360, 390, 400 votos, fazendo com que o povo brasileiro faça impor a sua vontade e não o troca-troca de cargos e até de dinheiro. Já há denúncia de oferta a Deputados de mais de 1 milhão de reais para que se ausente no dia da votação.

É preciso que o eleitor cobre uma posição firme e clara do seu Deputado em relação ao seu voto. É isso que nós iremos fazer, enquanto...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, para falar pela Liderança do PMDB, ao Deputado Sergio Souza.

**O SR. SERGIO SOUZA** (Bloco/PMDB-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em especial povo do meu Estado, o Paraná, em nome de minha família, da minha esposa, Élide, e do meu filho, João Victor, não poderia deixar de vir hoje à tribuna do Parlamento brasileiro. Esta é a Casa onde o povo tem que se sentir representado. O povo brasileiro está descontente com a política, desacredita dos políticos. Talvez este seja o último momento, a última chance que nós, representantes do povo, temos para dar uma resposta a contento à nossa população.

Por isso, venho aqui dizer que o Brasil, que chegou a ser a sexta economia do mundo, caiu para a sétima posição e passa por dificuldades profundas, quando o desemprego já chega às portas das famílias brasileiras. Esse desemprego tem como razão o descontrole principalmente econômico, alinhado à corrupção.

Quanto à corrupção, devo dizer que, na qualidade de Relator de uma CPI, esta semana entregamos o relatório que apontou algo como trezentos indiciamentos e em torno de 7 bilhões de reais em desvio nos fundos de pensão. Não conseguimos investigar tudo, mas chegamos a um número estarrecedor.

Chegamos, Sr. Presidente, à conclusão de que a vontade do povo brasileiro é voltar a trabalhar. Se o povo não trabalha, não tem dinheiro para comprar; o comércio não consegue vender; a fábrica não pode fabricar; e a economia fica cada vez pior.

Sras. e Srs. Deputados, entendemos que nós Parlamentares temos a responsabilidade de definir o rumo deste País. E o rumo deste País só passa por



---

uma renovação, por um novo governo, que tenha moralidade para resgatar a confiança do povo brasileiro.

Meu caro amigo Deputado Osmar Serraglio, V.Exa. me lembrava há pouco que o *impeachment* já está consolidado. Dentro das estatísticas sérias já está consolidado, porque é a vontade do povo brasileiro. E a vontade do povo brasileiro se espelha neste Parlamento. É assim que deve ser.

Nós temos o poder de legislar, de fiscalizar e também de julgar. Chegou o momento de nós julgarmos, e temos que julgar com a nossa consciência, com a nossa razão, com o nosso coração, de acordo com a vontade da população. E a nossa população quer o *impeachment*, quer emprego e renda. Como advogado, entendo que temos motivos mais do que suficientes para admitir o processo de *impeachment*. Caberá ao Senado o mérito, e não a esta Casa, a quem cabe o juízo de admissibilidade.

Como paranaense que sou, respeito a vontade do meu povo e voto pelo *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Daniel Vilela.

**O SR. DANIEL VILELA** (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Cunha, Sras. e Srs. Deputados, conforme dito por muitos que aqui me antecederam, com certeza este é um momento marcante na história política do nosso País, talvez o maior, nesta Legislatura, para todos nós. Estamos tendo a oportunidade de vivenciá-lo, aqui em Brasília. Não é um momento que eu particularmente gostaria de viver e tenho certeza de que o Brasil também não gostaria. Mas, infelizmente, isso é necessário.

O Brasil hoje passa por uma retração econômica e social muito grande, que faz com que esta Casa tenha a responsabilidade de tomar uma decisão em relação à mudança deste Governo.

Quero aqui reconhecer os avanços ocorridos especialmente no Governo do Presidente Lula, no meu Estado de Goiás e no Brasil de uma forma geral. Foi um Governo que desenvolveu o nosso País, que deu acesso a muitas pessoas. Portanto, aqui fica o nosso reconhecimento nesse sentido.

Ouçó aqui, também, muitos discursos em relação ao mérito do *impeachment*. Porém, quero me ater àquilo que é pertinente a esta Casa, que é a admissibilidade desse processo.

O Direito Processual é muito claro — e o relatório do Deputado Jovair Arantes também foi claro nesse sentido —, havendo minimamente indícios de uma discussão, de um julgamento, há que se aprovar essa admissibilidade nesta Casa.



Posteriormente, o Senado irá fazer um julgamento de mérito. Havendo questionamentos de afronta à nossa Constituição Federal, com certeza o Supremo Tribunal Federal será a Casa autorizada a se manifestar nesse sentido.

Portanto, eu acredito que esta Casa deverá, no próximo domingo, se manifestar pela admissibilidade deste processo de *impeachment*. Infelizmente, não nos resta, neste momento, outra alternativa para que possamos novamente recuperar a pujança econômica do Brasil, as conquistas sociais, grande parte delas, inclusive, evidenciada no Governo do Presidente Lula e também no da Presidente Dilma.

Eu gostaria de finalizar estas palavras manifestando a nossa concordância com a admissibilidade deste processo de *impeachment* na Casa.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Lucio Mosquini.

**O SR. LUCIO MOSQUINI** (Bloco/PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso País, por conta desta crise nacional, em que as instituições estão quase que se digladiando, vive momento difícil.

A falta de credibilidade da política tem-nos afetado todos os dias, e nós, aqui, na Câmara dos Deputados, somos procuradores do povo. Ninguém aqui chegou com o seu único voto; todos os Parlamentares aqui chegaram porque o eleitor creditou o voto na urna.

Eu, como representante do povo de Rondônia, não posso me omitir neste momento. Tenho que reconhecer que o Governo do Partido dos Trabalhadores



conseguiu, sim, grandes avanços sociais, mas esses avanços sociais foram se perdendo ao longo dos anos.

Neste momento, em que o País vive uma verdadeira crise, o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados tem que ser protagonista, talvez da salvação do nosso País, da melhoria das condições de vida das pessoas, para que nós possamos ter um futuro melhor, um dia melhor, principalmente para aqueles menos favorecidos. Esses avanços sociais podem e vão continuar, mas, neste momento, nós, como Parlamentares, temos que assumir a responsabilidade.

Em função da procuração que eu tenho dos meus eleitores, vou votar a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma.

Não faço isso, Presidente, com alegria. Nenhum Parlamentar pode ter alegria neste momento. Nosso País está passando por um momento difícil. Mas, mesmo sem alegria, vou honrar os votos que o povo rondoniense me concedeu. Vou obedecer à voz das ruas, à voz rouca que clama por uma posição deste Parlamento.

Está chegando a hora. É no domingo próximo que cada Parlamentar vai demonstrar, perante os seus eleitores, para que veio. Eu vim para representar o povo de Rondônia e vou honrar o Estado votando a favor do *impeachment* da Presidenta Dilma.

O nosso País precisa de um novo momento e eu acredito que esse momento virá com a Presidência do nosso Vice-Presidente Michel Temer, que não pediu para ser Presidente. Trata-se de uma prerrogativa constitucional. Está escrito na Constituição que, na falta do Presidente, assume o Vice-Presidente.

Eu torço para que o Presidente Michel Temer, constitucionalista que é, faça um bom governo, faça um governo de entendimento, busque o diálogo com esta



Casa, busque interagir, para que o nosso povo, o nosso País tenha oportunidade de dias melhores.

Esta é a minha fala.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Eu vou convidar o PSB para fazer a sua discussão.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** - Presidente, vamos seguir com a fala dos Líderes.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Nós havíamos combinado de dar um *break*, para fazer um segundo turno.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Esgota as falas dos Líderes!

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, os Líderes têm preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Como?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - As Lideranças têm preferência. V.Exa. conhece o Regimento.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Estou inscrita há horas, Presidente.

**O SR. FABIO GARCIA** - Presidente, permita intercalar!

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - V.Exa. sabe que as Lideranças têm preferência.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Que eles têm preferência eu sei. Todo mundo sabe disso. Ninguém aqui vai discutir. Foi feita aqui uma colocação. Nós temos que dar oportunidade à discussão propriamente dita. Nós vamos ter que levar isso aqui direto, as 24 horas diretas, por causa da ocupação. Que pelo menos consigamos cumprir o objetivo de ter as três intercalando. Se não houver três em cada sessão, nem amanhã à meia-noite vai acabar essa parte.

É necessário que haja um mínimo de compreensão. Nós estamos aqui com o objetivo de discutir esse processo, e os partidos querem ter os direitos. Estão aqui



preparados esperando para isso. Então, uma intercalada, colocando seis Líderes e mais seis Líderes. No intervalo, nós atendemos a todos. Isso é um pouco de...

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Mas os Líderes representam bancadas, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Os Líderes representam as bancadas, e as bancadas estão falando. Então, foi esse o combinado, uma intercalada. Eu pediria que respeitasse, porque o PSB está aqui há 2 horas esperando.

**O SR. JHONATAN DE JESUS** - O PRB concorda, Sr. Presidente.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Mas assim V.Exa. não garante que os Líderes falem na sessão, Presidente. V.Exa. não garante que os Líderes falem na sessão. Esse é o problema.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Convido o PSB para usar o seu tempo de 60 minutos para discussão. Deputado Tadeu Alencar, Deputado Flavinho, Deputado Heráclito Fortes, Deputado Danilo Forte, Deputado Fabio Garcia, o tempo é o rodízio de 60 minutos.

**O SR. TADEU ALENCAR** (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, fazer um tributo ao Estado que represento, Pernambuco, pela sua tradição de insurgência, uma tradição libertária, que sempre legou grandes exemplos da vida pública brasileira. Minhas saudações ao meu Estado de Pernambuco.

Nós estamos aqui discutindo uma questão da maior relevância, que é a possibilidade do afastamento de um Presidente da República. Na democracia, a culminância da investidura popular democrática, feita pelas urnas, só pode ser contrastada por uma força de mesma intensidade e em sentido contrário, que é o afastamento por *impeachment* presidencial.

Não podemos vulgarizar esse instituto, não podemos aviltar aquilo que contrasta com a culminância da democracia. Por isso, remédio para governo incompetente, para governo ruim, evidentemente, não é um processo de *impeachment*.

Todavia, presentes os pressupostos políticos e jurídicos do *impeachment*, não há que se cogitar de não se cumprir a Constituição. Nós vivemos um momento de muita crise no Brasil, com uma gestão econômica temerária, que ceifou milhões de empregos no ano de 2015 — foram mais de 1 milhão e meio de desempregados em 2015 —; 9 milhões de pessoas, quase 10% da população brasileira economicamente ativa, estão desempregadas no País.



Este foi um governo que permitiu a volta da inflação. Já pelo segundo ano vivemos tempos recessivos. Todas as conquistas dos últimos anos, que prestigiaram os mais pobres, estão sendo colocadas em risco por uma gestão que falhou em tudo, nas políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, nas políticas sociais. Todos os indicadores pioraram.

O Presidente Fernando Henrique entregou ao Presidente Lula um país melhor do que recebeu. O Presidente Lula entregou à Presidente Dilma um país melhor do que recebeu, mas a Presidente Dilma vai entregar um país muito pior do que recebeu.

Todos os indicadores econômicos e sociais revelam a crise profunda que atravessa o Brasil. Pela primeira vez nos últimos 15 anos, a curva da desigualdade começa novamente a subir. Este Governo falhou na gestão da economia, na gestão das políticas públicas, falhou também no diálogo com a sociedade, ignorando ali as jornadas de junho de 2013, que clamavam por ética na política, por governos efetivos que pudessem responder aos desafios e às complexidades de um Brasil tão desigual, que é a oitava economia do mundo, mas que ainda apresenta, principalmente nas regiões mais pobres do País, os piores indicadores sociais.

É este País que está sendo governado por uma Presidente que, reeleita, não conseguiu comemorar a sua reeleição; que já em dezembro de 2014, depois de fazer uma campanha buscando a mistificação, o ilusionismo, vendendo um país que não existia, dizia desconhecer uma realidade econômica que hoje priva os brasileiros de um país que tenha tranquilidade. Passamos o ano de 2015 parados, como parados ainda estamos.



Por isso, meus amigos, além dessas falhas, Deputadas e Deputados, V.Exas. sabem que o Governo falhou na interlocução com a sociedade, deixando de prestigiar a vitalidade daquele momento, em junho de 2013, deixando completamente nas gavetas uma agenda de reformas — reforma política, reforma tributária, reforma urbana — que poderiam prestigiar os problemas metropolitanos do mundo rural.

O certo é que o Governo da Presidente Dilma colocou seriamente em risco as conquistas de inclusão social bancadas pelo Governo do Presidente Lula.

Além disso, no diálogo com esta Casa, com o Parlamento, falhou também o Governo. No ano passado, nós vimos aqui a agenda do Poder Executivo com uma base política completamente fragmentada: ora não aprovava a pauta encaminhada para o Congresso Nacional, ora a aprovava de maneira extremamente vexatória para um Governo que tinha sido reeleito pela força do povo brasileiro.

São esses fatos que fazem com que a Presidente, tendo falhado em tudo na sua gestão, não seja um Governo que dê ânimo, que dê esperança à sociedade. E é por isso que ela hoje se encontra sem condição de liderança, sem condição e credibilidade para comandar uma retomada, uma pactuação, que já deveria ter sido feita em janeiro de 2015; que poderia ter sido feita também em dezembro, quando o Supremo Tribunal Federal deu um frescor ao Governo da Presidente. Naquela época, ela poderia ter chamado todos os segmentos sociais, a Oposição, as confederações de trabalhadores rurais, as confederações patronais, a CNBB, a OAB, a inteligência deste País, para construir uma saída dessa crise profunda. Não o fez, tenta fazê-lo agora, mas é tarde, pois à sua porta já bate a desconfiança do povo.



Por isso, as causas políticas para o afastamento presidencial estão presentes à sociedade. Ela é uma Presidente que hoje, não tendo a confiança do povo, não sendo líder, não tendo a credibilidade de comandar essa retomada, preenche exatamente os pressupostos políticos que, evidentemente, não são suficientes para a caracterização do crime de responsabilidade.

Há que se ter também a causa jurídica. E essas causas jurídicas, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, também estão presentes. Falam em pedalada fiscal como se fosse uma coisa de menor importância. A responsabilidade fiscal foi uma conquista da democracia brasileira e afirma a gestão pública consequente, responsável, que age com transparência, que traduz para a sociedade, principalmente para o Congresso Nacional, a realidade objetiva das suas contas. Ela não atribui, de forma bilionária, aos agentes públicos financeiros uma responsabilidade que seria do Tesouro Nacional — o pior dos efeitos das pedaladas fiscais —, como se mascarasse uma doença que não recebeu o remédio adequado. E essa doença, mascarada que foi, foi se agudizando, foi se deteriorando, e hoje se encontra em estado de septicemia. É assim que se encontra o estado caótico da economia brasileira.

Esse mascaramento também fez com que um dinheiro que não existia — 50 bilhões de reais —, de forma artificiosa, tenha sido mantido no caixa do Governo quando deveria ter sido usado para pagar os compromissos com os agentes financeiros, com os bancos públicos. E esse dinheiro turbinou, de forma artificial, as políticas públicas, que são relevantes, que precisam ser consideradas e executadas, mas com dinheiro existente, com responsabilidade fiscal.



Não podemos consagrar a irresponsabilidade fiscal. Isso lembra muito Governos da República Velha que sacrificavam exatamente as futuras gestões, contratando gente, fazendo com que o orçamento do opositor, que ganhou as eleições, não pudesse governar exatamente por essa irresponsabilidade.

Tenho absoluta convicção, como tem o meu partido, de que as pedaladas fiscais não são um defeito de somenos importância, mas uma grave infração promovida pelo Governo de S.Exa., a Presidente da República.

E associado a isso, já que se mistificou a campanha de 2014, democracia pressupõe eleições limpas, eleições em que não há abuso de poder político e abuso de poder econômico. Isso foi permitido exatamente por essas chamadas pedaladas fiscais. Não se trata apenas de um desajuste de caixa que se alega ter sido praticado em outros Governos, tal como o cheque especial que rapidamente é coberto pelo Tesouro Nacional, o que aconteceu no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de rolagens bilionárias que permitiram, de forma artificial, à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional inibir, com clareza, uma situação caótica das contas públicas deste Governo. Não se pode passar por esse processo sem responder por isso.

Mais uma vez, aviltando e usurpando as competências do Congresso Nacional, o Executivo edita decretos de suplementação orçamentária que, rigorosamente, confrontavam a meta fiscal estabelecida pelo Parlamento.

E não venham dizer que poderiam ter feito isso sem autorização legislativa, que não poderia haver conduta diversa, porque bastaria o Executivo ter encaminhado a esta Casa medidas provisórias e projetos de lei que a questão estaria resolvida. Mas ele optou por esconder tudo do Congresso, que tem o dever



de fiscalizar as contas públicas, violando frontalmente, manifestamente, deliberadamente, dolosamente a Constituição da República e as atribuições do Congresso Nacional.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, foram sendo revelados muitos escândalos de corrupção na Operação Lava-Jato — que, ainda que contenha os seus excessos, vem afirmando a autoridade das instituições brasileiras —, que quebraram a maior empresa brasileira, a PETROBRAS.

Não podemos olhar para isso com desdém ou fazer de conta que isso nunca existiu ou dizer que o processo de impedimento é golpe. Não há golpe quando funcionam claramente e livremente as instituições brasileiras, o Poder Judiciário, o Congresso, o Ministério Público, a Polícia Federal, a sociedade livre, a imprensa livre — uma imprensa chamada, hoje, de golpista, que até outro dia vivia uma lua de mel com o Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Então, meus amigos, isso, claramente, estabelece a necessidade, preenchidos os pressupostos políticos e jurídicos, de esta Casa reconhecer que está presente o crime de responsabilidade. E a consequência natural para quem ofende a Constituição, para quem viola os deveres da moralidade pública, é imputar-lhe o defeito da desonestidade pessoal — à Presidente da República, pessoalmente, isso ainda não se aplica. Mas isso não é suficiente para afastar o crime de responsabilidade.

Por último, eu quero dizer a V.Exas. que este não é um momento de celebração. O PSB não comemora o afastamento de um Presidente da República, porque isso é sempre uma situação da maior gravidade; porque isso mostra que o nosso País está doente. Mas temos a sensação de que vamos cumprir o nosso





dever, de que precisamos reconstruir a ação política consequente, abrir as janelas e oxigenar as esperanças!

Invoco aqui as palavras firmes do meu Líder Eduardo Campos: “*Não vamos desistir do Brasil!*” (Palmas.)

*O Sr. Eduardo Cunha, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. FLAVINHO** (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Sras. e Srs. Deputados, somando-me às palavras do meu querido amigo Deputado Tadeu, a grande fala hoje em dia dentro desta Câmara é exatamente dizer que o *impeachment* é golpe.

Mas eu me lembrava de que, em 2014, a então Presidente, mas candidata à reeleição, Dilma Rousseff, já dizia que era golpe o que era dito sobre a PETROBRAS. Com todos os escândalos estourando, pessoas sendo presas, ela dizia que o que estava sendo feito com a PETROBRAS era um golpe, não era uma realidade imoral ou financeira, roubos e rombos. Não, era um golpe. Então, infelizmente, isso é típico desse partido que pretende permanecer no poder, perpetuar-se no poder, através de mentiras.

Ainda dando suporte ao meu querido amigo Deputado Tadeu — aliás, nem necessitaria fazê-lo, porque é um grande advogado e jurista —, diante disso, de que tem sido dito que o *impeachment* é um golpe, a Constituição nos respalda, o STF nos respalda.

Inclusive eu quero dizer aos nobres Deputados do PT, do PSOL, do PCdoB e àqueles que estão dizendo que estão indecisos — aliás, existe uma dúvida, se é



indecisão ou, quem sabe, se esperam por um valor um pouquinho maior para tomar a sua decisão; não quero fazer aqui juízo, mas é o que dizem os próprios jornais e a mídia — que a Constituição nos respalda.

Se dizem que é um golpe, vão ter que dizer que o STF é golpista, e não nós, porque o rito que nós estamos cumprindo aqui está rigorosamente de acordo com aquilo que manda a Constituição e que o STF estabeleceu.

Baseados, inclusive, no próprio processo apresentado a esta Casa pelos juristas Miguel Reale, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, pautados exatamente na Constituição Federal, é o nosso papel, como fiscalizadores, dar andamento a esse processo. Quem vai julgar não somos nós. Nós não somos julgadores. Eu ouvi um Deputado dizendo isso aqui. É claro que eu, pessoalmente, posso fazer o meu julgamento, mas como legislador, não. Eu fiscalizo e aponto os devaneios e desmandos desse Governo. É o que nós estamos fazendo aqui.

Quem vai julgar é o Senado, cuja sessão será presidida pelo Presidente do STF. Ou seja, senhoras e senhores, não há golpe. Há, sim, um rito constitucional.

A Constituição — embasando então o que foi dito aqui — dispõe sobre a responsabilidade da Presidente da República e estabelece que são crimes de responsabilidade os atos da Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a segurança interna do País.

E nós estamos vendo a irresponsabilidade desta Presidente, do seu partido e do ex-Presidente Lula ao incitar o ódio, ao incitar movimentos sociais e outros puxadinhos desse Governo a irem para as ruas com facão na mão. Hoje a Polícia Militar aqui no Distrito Federal apreendeu vários facões que estavam em posse desses movimentos que se dizem sociais.



Ainda dispõe que é crime de responsabilidade da Presidente da República atentar contra a segurança interna do País, a probidade da administração — e aí está a base do processo enviado a esta Casa; é constitucional, não há golpe nenhum — e a Lei Orçamentária.

Ou seja, essa falácia eu acredito que já deveria ter passado, e deveria haver argumentos, sem se levantar a voz. Muita gente veio para cá ou para o lado de lá, seja da Oposição, seja da Situação, com gritos histéricos. Mas nós temos que aumentar o argumento. Nesta Casa, temos que ter um pouquinho mais de decência como Parlamentares e discutir os processos dentro da legalidade, da moralidade e da ética, que são exigidas de nós, homens e mulheres públicos.

O que nós fazemos aqui se reflete na rua. Os tapas que acontecem na rua são por culpa desta Casa, de Parlamentares irresponsáveis, de ex-Presidente irresponsável e, muitas vezes, de uma Presidente irresponsável que não mede as palavras e os seus atos.

Sr. Presidente, um tempo atrás, eu disse que era um equívoco do PT dizer que a CNBB apoia o partido e é contra o golpe. Bom, eu tinha dito que era um equívoco. E eu disse a esses senhores que, se continuassem no equívoco, eu seria obrigado a dar o nome correto: é uma mentira.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não se pronunciou a favor do PT, até porque seria totalmente irresponsável se o fizesse. Os bispos, os cardeais do Brasil são responsáveis com a nossa Nação e com o nosso povo.

Outra confusão que se faz dentro desta Casa: não confundam Comissão Justiça e Paz com Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. É uma confusão que se quer fazer, usando-se disso para dizer que a CNBB apoia o PT. É uma mentira.



Saiu ontem uma nota da CNBB, muito equilibrada, como sempre. A nota é muito clara e diz assim:

*“Neste momento, mais uma vez, o Brasil se defronta com uma conjuntura desafiadora. Vêm à tona escândalos de corrupção sem precedentes na história do país. É verdade que escândalos dessa natureza não tiveram início agora; entretanto, o que se revela no quadro atual tem conotações próprias e impacto devastador. São cifras que fogem à compreensão da maioria da população. Empresários, políticos, agentes públicos estão envolvidos num esquema que, além de imoral e criminoso, cobra seu preço.”*

E, aí, vem uma palavra do Papa Francisco: *“Quem paga a corrupção dos ricos são sempre os pobres”*. São os mártires da corrupção.

E hoje, de manhã, o jurista Miguel Reale Júnior disse, desta tribuna: *“Tem crime, sim. E quem está pagando o preço é a população mais pobre do País”*.

Então, meus amigos, minhas amigas, Sras. e Srs. Deputados, tenhamos um pouco mais de razoabilidade nas nossas colocações. Vamos pensar de fato no Brasil.

Vejam bem, eu não acredito — e digo com toda a sinceridade como Parlamentar que sou — que a melhor solução para o Brasil seja o *impeachment*, primeiro. Eu não acredito que a melhor solução para o Brasil seja o Governo do Sr. Michel Temer. Eu não acredito que seja o melhor para o Brasil. Mas, se é o que nós temos para este momento, para tirar o País desse buraco, desse fosso de



corrupção, de imoralidade, de crise econômica e política, nós temos que apostar nisso.

Primeiro resolvemos a crise política pelo *impeachment* — é o dispositivo constitucional. Depois nós trabalhamos para resolver a crise econômica. E, nas eleições, sim, nós vamos resolver a crise moral, porque o povo brasileiro não é palhaço, o povo brasileiro não é otário e o povo brasileiro vai saber, nas próximas eleições, a começar pelas municipais, que nós vamos passar este País a limpo, que aqueles que estão esculhambando a nossa Nação estão com os dias contados.

Aí não importa partido, se é PT, é PSB, é PCdoB, é PSDB. Não importa o partido, o povo vai querer gente decente, gente que se preocupe de fato com a Nação, que se preocupe com os pobres, porque aqui às vezes se vive num mundo paralelo, numa redoma. Não sabemos o que está se passando lá fora.

E eu tenho uma má notícia para o Presidente Lula — ex-Presidente Lula, perdão. Aliás, eu nem gosto de tratá-lo como ex-Presidente. É o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, que fez um pronunciamento hoje pela manhã na Internet. No final, ele teve a petulância... Aliás, antes ele tinha dito que nós éramos covardes. Eu conheço bem minha bancada, são homens e mulheres de fibra. Não posso dizer de todos aqui, mas falo da minha bancada, que eu conheço e com a qual eu lido pessoalmente. Disse a ele nesta tribuna que eu não sou covarde. Se ele é covarde de se esconder em um hotel e de ficar fazendo às escuras o que ele faz, eu não sou covarde aqui. E, no final da fala de hoje, o ex-Presidente Lula dizia assim: “*Por isso,*” — depois de uma série de besteiras que disse — “*peço a todos que confiem na minha palavra e mantenham a defesa da democracia. Vamos derrotar o impeachment e encerrar de vez essa crise*”.



Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, tenho uma péssima notícia para o senhor: o *impeachment*, no domingo, passará nesta Casa. (*Palmas.*) E nós vamos provar que, nesta Casa, há pessoas que têm dignidade. Vamos mostrar, sim, que, aqui dentro, queremos o melhor para o nosso País, diferentemente do senhor, diferentemente do seu partido, que, com um projeto de poder totalitário e que trás para o nosso País, de maioria cristã, uma ideologia embolorada, comunista, marxista, que quer transformar a naturalidade de homem e mulher por meio de suas políticas públicas, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Direitos Humanos, destruindo a moral do nosso País, querendo mudar a normativa de família em nosso País.

Sras. e Srs. Deputados, coloquem a mão na consciência e pensem no estrago que já fizeram e que, se Deus assim permitir, não continuarão fazendo em nosso País. No que depender desta Casa — e eu sei que esta Casa tem homens e mulheres honrados —, nós vamos, neste domingo, mostrar que a vontade do povo se expressa aqui.

Os senhores avocam os 54 milhões de votos que tiveram nas eleições. Se juntarem os Parlamentares daqui, serão mais de 100 milhões de votos. Se juntarem os Senadores, vamos para 110, 120 milhões de votos. Nós representamos, sim, a população brasileira. Então, não venham jogar sobre nós a pecha de golpe. Golpe foi o que os senhores fizeram com o nosso País.

E para encerrar eu digo o seguinte: não serei eu que julgarei os senhores, não serei eu que julgarei os seus atos. Em primeiro lugar, quem julgará os senhores e os seus atos será Deus, o justo juiz; em segundo lugar, o povo nas próximas eleições — esperem e verão o que acontecerá; em terceiro lugar, a história. Será,



sim, registrado nos anais da história para toda a eternidade o mal que os senhores causaram a este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a minha primeira homenagem quero fazer a Ulysses Guimarães, tão responsável pelo momento que nós vivemos hoje e injustamente citado pelo Sr. José Eduardo Cardozo pela manhã. Falou-se de Ulysses de maneira injusta e incompleta. Ulysses Guimarães foi quem, em determinado momento da história, comandou o impeachment de Fernando Collor. O Sr. Cardozo não poderia ter dito o que disse, como advogado de respeito que pretende ser. Ulysses Guimarães comandou a campanha Diretas Já. Ulysses Guimarães comandou o Colégio Eleitoral. E o partido do Ministro, o PT, expulsou os três Deputados que votaram, naquela época, pela única janela que a democracia tinha, que era aquela eleição. O PT expulsou Bete Mendes, expulsou Aírton Soares e expulsou José Eudes.

O PT faltou com o País na promulgação da Constituição Cidadã. Não votou aqui na promulgação, negou-se a assiná-la. E Ulysses, experiente, sabendo que eles se arrependeriam daquela falha grave, deu-lhes uma chance de assiná-la numa mesa, no Salão Negro, uma semana depois.

Então, meu caro Cardozo, o bom advogado tem que ter uma boa causa. O bom advogado, sem uma boa causa, não tem argumento. Eu lamento que V.Exa., na função importante que exerce, venha a este plenário, que, por sinal, já ocupou, fazer um discurso para confundir a opinião pública.



É por isso que eu me dirijo, neste momento, aos que estão em casa nos ouvindo.

Se esse *impeachment* está aqui hoje no seu processo inicial, nós o devemos à voz rouca das ruas. Esta Casa não tem sequer autoridade para comandar um processo de *impeachment*, mas nós somos a ressonância do Brasil. Quem está pedindo o *impeachment*, meus caros colegas, são os brasileiros, do Oiapoque ao Chuí, arrependidos do voto mal dado, comprometido no submundo da corrupção.

Aliás, o Sr. Lula, no episódio Collor, disse, num programa de Serginho Groisman, que fenômeno eleitoral não era passaporte para a impunidade e, portanto, a cassação era justa e oportuna.

Mas eu quero fazer uma sugestão a quem está em casa nos ouvindo. Vejam bem: pesquisem e vão encontrar pronunciamentos feitos nos dias que antecederam a cassação de Collor. Pesquisem pronunciamentos feitos nas tentativas frustradas de *impeachment* de Fernando Henrique. Os atores são os mesmos que hoje dizem que o *impeachment* é golpe, do partido das meias verdades, do partido da falta de coerência.

Vejam só: dizem que o Vice-Presidente Michel Temer não tem votos. Ora, se não tem votos, por que a necessidade da aliança do PT com o PMDB, em 2010? Se não tem votos, por que a necessidade de repetir essa aliança, em 2014? Porque foi exatamente a junção de votos do PT com os do PMDB que possibilitou essa eleição.

Michel Temer foi um homem sério, correto. Foi até, para não criar problemas, um Vice-Presidente ausente no primeiro mandato. Foi humilhado pelo coordenador político e Chefe da Casa Civil em algumas ocasiões. Se ele não servia para nada,





por quê, em determinado momento da crise, foi chamado às pressas por Dilma para ser seu coordenador político?

Minha gente, esse povo está desesperado. Esse povo está sem argumento.

Vou dizer uma coisa: nós não tivemos — e sou humilde para reconhecer isto — um papel decisivo nesse *impeachment*. Esse *impeachment* foi todo construído e costurado pela incompetência da base do Governo, comandada pelo PT, que fez ouvido moco.

Quem não se lembra quando Chico Buarque, que agora está sofrendo de amnésia, pediu ao Lula, nos primeiros meses de Governo: “*Crie urgentemente o ministério do vai dar merda*”, para alertar sobre as besteiras que estavam fazendo? Quem não se lembra do apeamento de Heloísa Helena do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Fernando Gabeira do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Palmeira do Governo? Quem não se lembra do apeamento de Marina Silva do Governo? Todos por questão moral! Quem não se lembra de que o PT comandou o processo do mensalão?

Eu pensava que o mensalão seria, na história do Brasil, o maior episódio de corrupção. Pois bem. Quando o Brasil pensava que eles tinham acabado com isso e que a situação tinha servido de lição, no submundo, eles criaram o petrolão, sofisticado, que usou mecanismos internacionais de propina, e estamos com o País mergulhado nessa vergonha.

Quebraram a PETROBRAS! Querem coisa mais vergonhosa do que Pasadena? Estoura agora um escândalo no Panamá, com contas conhecidas como *offshores*. E o Brasil é o campeão no que diz respeito a dinheiro ilegal, arrecadado pelos que comandam o poder, o PT e este Governo até agora.



Meus amigos, é duro, mas o PT jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair de baixo e elas estão caindo, uma por uma, na sua cabeça.

Se alguém mudou, foi o Lula! Ele saiu da periferia de São Paulo para um triplex de luxo, para um sítio, para o conforto da família e com uma adega, uma coleção de vinhos de fazer inveja aos seus companheiros da Lava-Jato que estão presos no Paraná. O que mudou no Brasil foi isso!

Eu vejo uma coisa neste plenário: os defensores dele estão cabisbaixos e envergonhados; não se vê ninguém defendê-lo com ênfase e convicção. Estão apenas cumprindo a tabela, meu caro Danilo.

Aqui vemos uma divisão, que é uma traição a Dilma Rousseff. O PT está dividido: há os que querem despachá-la imediatamente, até atendendo ao apelo dela de ser carta fora do baralho; e os que já estão urdindo, nos corredores, a trama de trazer Lula de volta, em 2018. Querem provocar o caos no Brasil. Mas, para isso, é preciso se livrar da Presidente Dilma. Esse *impeachment* vai haver, mas nós devemos, e muito, à base do Governo. Se alguém está traíndo a Presidente Dilma, é essa base de Governo rachada.

Não venham os senhores com esse discurso midiático de querer colocar a culpa em ninguém. É só fazer um teste, você que está em casa. Quando falam mal da Dilma, é um silêncio profundo; quando falam mal do Lula, neste plenário, a base vem abaixo. É muita hipocrisia. E querem que a Nação brasileira aguente, querem que a Nação se cale. Nós não podemos nos calar.

*Impeachment* é um processo penoso, é duro, mas é o último dentro do sistema democrático de que nós podemos lançar mão para livrar o País deste caos em que ele se encontra.



Quem de nós fez alguma coisa para que o Brasil estivesse neste momento de desgraça e de desesperança em que se encontra?

Quando falta argumento, eles falam no Fernando Henrique, que deixou o Governo há 14 anos. Ora, se havia tanto erro, por que não abriram processos contra Fernando Henrique? Foram coniventes, foram omissos?

Eu vou terminar, caro Deputado Arnaldo Jardim. O PT, quando chegou ao poder, hospedava-se aqui, em Brasília, no Hotel Torre Palace, que está em ruínas; mudou-se para o Blue Tree. Comia num bandejão aqui na 402; criaram, através de um laranja, a Churrascaria Porcão, que fechou. Usavam roupas, aliás, muito benfeitas, da Casa Colombo; trocaram pelo Sr. Ricardo Almeida, que é o único que ainda sobrevive. Mas o PT frustrou a Nação brasileira no que nós queríamos, que era ver este País crescer.

E eu confesso que, nos primeiros momentos em que eu vi o PT com aquele discurso moralista, eu disse: *“Cá para nós, estamos lascados. Eles vão mandar uma eternidade”*. Mas não resistiram. E há um velho ditado que diz: *“A ocasião faz o ladrão”*, e eles não resistiram.

Meus amigos, eu me despeço, agradeço ao meu partido a oportunidade que me deu e lembro um escritor inglês, que disse: *“Não há noite tão longa que por fim não encontre o dia”*.

Finalmente, este é o dia que o Brasil espera. Este é o dia que o Brasil almeja. Este é o dia que o Brasil quer para voltar a ser feliz.

Portanto, meus amigos que estão em casa, não se impressionem com esse terrorismo, com esse disse me disse. O *impeachment* já tem mais de 360 votos. Eles



estão como canoa de pobre, tentando atravessar o rio cheio: fura aqui, fura acolá, o canoeiro tira a camisa e vai tapando os buracos.

Queira Deus — e não desejo mal a ninguém — que eles cheguem sãos e salvos do outro lado do rio, mas deixem o Brasil viver em paz, que é o que toda a Nação quer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. FABIO GARCIA** (PSB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos veem neste momento, eu quero aqui dedicar minhas primeiras palavras para fazer um agradecimento profundo ao bom povo de Mato Grosso, que confiou em mim a oportunidade e a responsabilidade de bem representar o meu Estado, neste momento histórico da nossa Nação.

Quero dizer que eu sei o tamanho da minha responsabilidade ao julgar, neste momento, a admissibilidade para o prosseguimento do processo de impedimento da Presidente da República, mas sei também que cabe a mim respeitar a vontade maior do nosso povo, do povo brasileiro, do povo do Estado do Mato Grosso, claramente, de forma contundente, mas pacífica, manifestada nas ruas de todo o Brasil.

Neste domingo, Sras. e Srs. Deputados, a Câmara dos Deputados será chamada à responsabilidade constitucional de julgar o prosseguimento do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

A decisão da Câmara não se limitará apenas a julgar esse processo de *impeachment*, mas decidirá, sobretudo, qual o futuro que queremos para o nosso



---

País: a mudança ou a continuidade de um projeto político de poder que levou o Brasil à mais grave crise da sua história.

Analisei durante os últimos meses, de forma muito serena e responsável, todos os elementos da denúncia que foi apresentada a esta Casa sobre os crimes de responsabilidade eventualmente cometidos pela Presidente Dilma Rousseff.

Posso dizer que tenho hoje a convicção de que a Presidente cometeu, sim, os crimes de responsabilidade previstos no art. 85 da Constituição Federal, ao atentar contra a Lei Orçamentária brasileira e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A edição de decretos de abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional constitui grave descumprimento da legislação brasileira. Primeiro, porque, ao fazê-lo, a Presidente desrespeitou claramente a Lei Orçamentária brasileira, comprometendo o resultado fiscal do País. E isso ficou claramente demonstrado no Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2015, encaminhado, no final do ano passado, pelo Governo Federal, que tenta reverter os números fiscais do Brasil de um superávit orçamentário previsto, no início do ano, de 70 bilhões de reais, a um déficit de mais de 115 bilhões de reais, formado, claramente, por mais de 95 bilhões de reais em decretos de créditos suplementares, agravando a crise fiscal do nosso País. E, segundo, porque, ao fazê-lo, a Presidente desrespeitou a prerrogativa desta Casa e diminuiu o Congresso Nacional.

Vale lembrar, aqui, que nenhum governante tem o direito ou pode dispor do dinheiro público como lhe convém. É preciso respeitar as leis, para, assim, garantir o bom e o correto uso do dinheiro público.

Também quero me referir aqui às chamadas pedaladas fiscais, empréstimos tomados pelo Governo de forma consistente, durante 14 meses, de 2014 a 2015,



para pagar gastos correntes, maquiando, assim, as finanças do Governo e a situação fiscal do País. Isso é um grave descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ninguém — ninguém! — está acima das leis no Brasil.

Quero aqui também refutar, de forma veemente, a tese de que aqui existe um golpe. Se há crime, não há golpe. Os indícios de crime estão claramente evidenciados nos atos da Presidente, como demonstra o relatório aprovado por ampla maioria na Comissão Especial do *impeachment* desta Casa.

Se não votarmos pela continuidade deste processo, entraremos talvez para a história como aquela legislatura que impediu ou enterrou a continuidade de um processo de investigação sobre um crime de responsabilidade que está claramente evidenciado no relatório aprovado por ampla maioria nesta Casa.

Além do mais, abriríamos no nosso País um enorme precedente de permissão a qualquer governante de descumprir a Lei Orçamentária, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a legislação do Brasil.

Se há golpe, certamente, não é neste processo de *impeachment* que tramita nesta Casa, realizado mediante processo legal previsto na Constituição Federal, garantindo-se a todos a ampla defesa, o direito ao contraditório e cujo trâmite, em suas etapas, por várias vezes, passou pelo crivo da mais alta Corte deste País, o Supremo Tribunal Federal.

Sabemos que este julgamento não é um julgamento meramente jurídico, ele é também político e, por isso, tramita no Congresso Nacional.

Portanto, não podemos deixar de responsabilizar este Governo por ter conduzido este País à maior crise da sua história, de ordem política, moral, ética e, sobretudo, econômica. Não podemos, simplesmente, aceitar um governo que coloca



---

o seu projeto político de poder acima dos interesses maiores do Brasil e dos brasileiros.

Isso ficou claramente evidenciado no processo eleitoral de 2014, quando a então candidata Presidente Dilma Rousseff omitiu e faltou com a verdade com a população brasileira sobre a real situação do País, bem como sobre as suas propostas ao nosso País. Disse que não haveria aumento de impostos; de que não haveria aumento no preço de combustíveis e de energia elétrica; de que a situação fiscal do Brasil estava sob controle; e de que os programas importantes desta Nação, como o FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, seriam preservados.

Além do mais, o Governo se utilizou da máquina pública, dos recursos públicos, do dinheiro do cidadão brasileiro, para maquiar a grave situação econômica e fiscal do Brasil. Somente no setor de energia, foram gastos mais de 50 bilhões de reais do Tesouro Nacional para baixar artificialmente o preço da energia elétrica no Brasil.

Passadas as eleições, a verdade veio à tona e trouxe consigo o sacrifício e o sofrimento de milhões de brasileiros. A conta da energia elétrica subiu mais de 50% em 2015. A gasolina tem hoje o maior preço da história deste País, mesmo com o preço do barril de petróleo sendo o menor dos últimos 10 anos.

A inflação atingiu patamares superiores a 10%, destruindo a renda das famílias brasileiras. O Brasil perdeu o grau de investimento, o selo de bom pagador, afastando investidores e investimentos deste País. O PIB caiu por 2 anos consecutivos, algo que não acontecia desde a década de 20. A incapacidade de gestão deste Governo destruiu a maior empresa estatal deste Brasil e impôs um déficit primário às contas públicas de mais de 100 bilhões de reais, o que



compromete claramente a nossa capacidade de investimento e ainda leva o brasileiro a pagar uma das mais altas cargas tributárias do mundo, sem ter direito a serviços públicos minimamente dignos de educação, saúde e segurança pública.

Se o quadro presente é desolador, o futuro é ainda muito mais preocupante pela ausência de recursos disponíveis para investimento em infraestrutura, educação e ciência e tecnologia.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui os cerca de 10 milhões de brasileiros desempregados no Brasil. Talvez seja esse o maior castigo para a família e também para o País.

Chegamos a este momento com o País em paralisia completa, desesperançoso, desacreditado, afundado em uma crise moral e ética sem precedentes. O atual cenário nos obriga a tomar uma atitude corajosa, responsável, no sentido de interromper este modelo esgotado que está levando o nosso Brasil à falência.

Precisamos urgentemente de um novo governo, de uma mudança que trará de volta a esperança aos brasileiros e resgatará a confiança no futuro do nosso País.

Como homem público, tenho a obrigação de respeitar a vontade do nosso povo.

No domingo, não fugirei à minha responsabilidade. Vou votar “sim” ao prosseguimento da admissibilidade do *impeachment* da Presidente Dilma. Tomei essa decisão em respeito ao povo do Mato Grosso, às centenas de milhares de votos que recebi no meu Estado para bem representar o Mato Grosso.





Uma vez virada esta triste página da história do nosso País, haverá ainda muito a ser feito, e, de minha parte, muita vontade de fazer. Temos que pacificar o Brasil, acabar com a crise política do nosso País, unir a nossa Nação e trabalhar juntos por um futuro melhor para o Brasil e para os brasileiros.

Voto “sim”, assim como o meu partido, majoritariamente, pela retomada da esperança e por um novo caminho ao Brasil.

Nós não vamos desistir do Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSB conseguiu construir neste momento uma vontade majoritária, quase unânime, no sentido de dar ao Brasil o conforto pelo qual nós tanto lutamos.

O Brasil precisa se reencontrar com a sua paz, o Brasil precisa se harmonizar dentro de um projeto capaz de reverter todas as dificuldades que foram geradas por um governo incapaz e ineficiente que trouxe tantos resultados maléficos para o nosso País. Somos um país do tamanho de um continente, um país de uma riqueza extraordinária, cujo povo está pagando um preço muito caro por este mau Governo, sem sombra de dúvida. A política econômica deste Governo gerou crescimento negativo por 2 anos consecutivos e um exército de quase 10 milhões de desempregados.

Este Governo precisa ser banido, este Governo fez a malversação dos recursos públicos. Por isto está sendo criminalizado, exatamente por suas deficiências, por sua irresponsabilidade na gestão da coisa pública.



E é lamentável vermos o Advogado-Geral da União, um professor de Direito Constitucional, vir a este plenário dizer que o Governo não teve oportunidade de defesa. Nunca se deu tanto direito a defesa a um acusado de *impeachment* nesta Casa. No processo de Collor, nem audiências da Comissão Especial houve. E foi exatamente no sentido de garantir o rito planejado, o rito desejado pelo Supremo Tribunal Federal, que nós palmilhamos, palmo a palmo, seguindo momento a momento. Em menos de 1 semana, só o Advogado-Geral da União já falou nesta Casa três vezes a mesma coisa. E em nenhuma das três vezes em que falou conseguiu responder as indagações que foram colocadas, até porque este Governo é réu confesso. É réu confesso porque a própria Caixa Econômica Federal teve que entrar na Justiça Federal contra o Tesouro Nacional para não ter o rombo das suas contas explicitado, para não ter o desencaixe do próprio capital. A Caixa cobriu com o dinheiro do trabalhador, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, exatamente as contas que tinham que ser pagas por um governo que não cumpria com as suas obrigações.

O próprio Banco do Brasil viu o desencaixe do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador. O BNDES financiou inclusive as empresas de construção no mercado internacional, as que estão sendo investigadas pela Operação Lava-Jato, sem a menor preocupação com a transparência das contas públicas. Até mesmo o Banco Central, ainda vinculado ao Governo Federal, no seu relatório da semana passada colocou não só as dificuldades que o Governo teve para cobrir essas contas, mas também o que refletiu esse desencaixe, essa irresponsabilidade. Ocasionalmente desemprego, volta da carestia e sofrimento ao povo brasileiro.



Se hoje o povo brasileiro tem a oportunidade de fazer esse julgamento, se hoje o povo brasileiro vê nesta Casa a responsabilidade dos seus representantes, é exatamente por isso que temos a obrigação de fazer aqui um julgamento transparente, um julgamento que dê o direito à defesa, mas que, ao mesmo tempo, seja um julgamento coerente com a necessidade da mudança. É essa mudança que vai fazer com que o País se reaglutine num novo projeto e a esperança de novo vença o medo, o medo que todos nós temos.

O meu Estado do Ceará, hoje fragilizado na área de segurança pública, tem sofrido com noites de horrores. Três torres de comunicação de empresas de telefonia móvel foram queimadas — um dia, sim; outro, não. E a própria Câmara Municipal de Sobral, um prédio histórico e tombado, foi depredado exatamente pelo PCC — Primeiro Comando da Capital e pelo Comando Vermelho, que estão instalados no nosso Estado.

E vejam qual é o modelo de administração do PT. O Governador do meu Estado é do PT. Em vez de estar no Ceará, buscando dar garantia e segurança ao nosso povo, estava hoje aqui, no plenário desta Casa, tentando cabalar votos para manter um governo ineficiente e incapaz, tentando dar salvaguarda à Presidente Dilma Rousseff. A preocupação não é a de dar segurança ao nosso povo, a preocupação é única e exclusivamente a de manter-se no poder pelo poder, como se isso pudesse mudar a vida das pessoas.

Não. Nós precisamos recuperar na política os espaços que foram perdidos, nós precisamos fazer com que o povo brasileiro tenha a garantia de que o Congresso Nacional o representa. E não vamos aceitar nenhum blefe de ocasião, o



blefe da criação da cultura do “mudou”, do “virou o jogo”, porque não é um jogo de peteca. O jogo é de responsabilidade para com o povo que nos elegeu.

Nós não podemos deixar que os Deputados que já foram chamados de “covardes”, que já foram chamados de “picaretas”, que já foram ignorados por este Governo e em momento algum foram convidados para construir nenhuma política pública neste País tragam para esta Casa a pecha de terem negociado o seu voto, a sua dignidade, num quarto de hotel. Não vamos aceitar as mudanças de última hora, até porque temos um conforto: o conforto daqueles que já se comprometeram, o que nos dá a folga garantida; de que poderemos nos orgulhar, sim, de que o povo brasileiro vai fazer essa mudança.

E é nesta mudança que nós temos a certeza de que temos que construir um governo de unidade nacional, um governo que seja capaz de abrigar um programa para resolver os problemas da economia, um programa para resolver o problema da insegurança e do crescimento da violência que vivemos hoje, um programa que seja capaz de dar à nossa juventude a recuperação daquilo que ela mais quer: a busca de uma oportunidade, de uma vida melhor, para que não seja obrigada a amanhecer na fila do SINE atrás de emprego, diante de portas estarem fechadas, porque a economia é recessiva, porque o crescimento do País é negativo, porque as empresas estão fechando.

As indústrias do País, que já foram responsáveis, 20 anos atrás, por 27% do PIB nacional, pela riqueza do País, hoje respondem por menos de 10%. A juventude precisa da garantia daquilo que foi prometido, reverberado no folclore da campanha nacional: de ter o FIES, o PRONATEC exatamente para essa formação, na busca



---

pela qualificação do emprego. Tudo virou retórica de campanhas eleitorais porque o Governo foi construído na mentira.

Foi essa mentira que enganou o povo do Ceará. Disseram que iam fazer no Ceará uma refinaria que ia triplicar a produção de riquezas do Estado. E a refinaria virou pó. Aliás, não virou pó, virou prejuízo para o povo do Ceará. Lá foram perdidos 657 milhões de reais do Tesouro do Estado, dinheiro que até hoje ninguém sabe aonde foi parar. São tantos os escândalos, são tantos os desvios, são tantas as condutas condenáveis que não há semblante, perspectiva ou horizonte capaz de dizer que este Governo voltará a governar ou que a Presidente será capaz de fazer com que o País se aglutine, ou que será capaz de apresentar ao Congresso Nacional — cuja imagem já tanto denegriu — proposta política concreta capaz de tirar o País do buraco, ou que será capaz de fazer, na economia, qualquer mudança que altere o perfil de crescimento dos juros, do arrocho fiscal, do aumento dos impostos. No País, os cidadãos não conseguem mais garantir a sobrevivência das suas próprias famílias, já não aguentam o avanço da carestia que estamos vivendo.

É exatamente por isso que nós temos que nos aglutinar numa mobilização crescente. Temos até domingo para nos mobilizar, temos até domingo para unificar esta Nação. Que assim como torcemos pela nossa Seleção possamos torcer para virar esta página, possamos nos irmanar no sentimento de posse deste Brasil que é nosso.

E, como dizia o nosso Presidente Eduardo Campos, nós não podemos desistir do Brasil. Este é o momento do chamamento, este é o momento da alegria, este é o momento de cada brasileiro buscar a felicidade, e de, com essa alegria,



darmos o basta àqueles que fazem da apologia do medo, da criação do terror um instrumento de política pública.

Nós nunca vimos na história do Brasil um Presidente da República levar para dentro do Palácio do Planalto a apologia do medo, para causar intranquilidade para causar insegurança, para fortalecer e financiar movimentos sociais que estão queimando pneus nas estradas, que estão criando uma algazarra no País para gerar um clima de insegurança nacional.

Nós não queremos esse Brasil. Nós queremos o Brasil do amor, nós queremos o Brasil da felicidade, nós queremos o Brasil do crescimento que ajudamos a construir. E é esse Brasil que depende de cada homem e de cada mulher de bem, de cada brasileiro que tem na sua cidadania o respeito à nossa Nação, que tem na nossa família a perspectiva de uma construção melhor de dignidade.

É esse povo que precisa ir às ruas, é esse povo que precisa se vestir de verde e amarelo, é esse povo que precisa dizer aos políticos que está de olho, que os está observando, que quer transparência e que não vai aceitar esses acordos feitos em uma camarinha, em um quarto de hotel.

Precisamos respeitar o Brasil. E a esta Casa cabe esta responsabilidade, a este Plenário cabe esta responsabilidade, aos políticos cabe uma oportunidade ainda maior: a de darmos a volta por cima, a de dizermos que a política brasileira precisa ser respeitada, que a política brasileira não pode se acomodar com esses adjetivos perversos, em uma Casa que reúne tanta gente de bem, tanta gente comprometida e tanta gente responsável.



Meus amigos, tenho certeza de que nós caminhamos muito. Muito foi feito, muito foi discutido, muito foi trabalhado, muito foi defendido e muito foi acusado, mas a segunda-feira o Brasil precisa começar de cara nova. O Brasil precisa começar a segunda-feira reencontrando-se. Reencontrando-se com a perspectiva da construção de um futuro. E esse futuro passa, necessariamente, por mudança. Essa mudança talvez seja traumática, essa mudança talvez seja difícil, mas é necessária.

Nós não podemos tergiversar, nós não podemos ficar acovardados, como já fomos chamados. Nós precisamos ter altivez, precisamos ter coerência, precisamos ter responsabilidade para dar ao Brasil, com base no instrumento jurídico legal e constitucional que temos, exatamente a possibilidade de mudar. Esse instrumento, sem sombra de dúvida, é o *impeachment*; esse instrumento, sem sombra de dúvida, é a alternância de poder na democracia. E a alternância de poder na democracia se dá respeitando-se a Constituição.

Respeitar a Constituição é garantir que ela seja cumprida, respeitar a Constituição é fazer com que as leis do País, principalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, sejam cumpridas, para não se levar o País para o buraco, para o fosso, para o abismo.

Se continuarmos a persistir neste Governo, só teremos uma porta aberta: a porta da insolvência econômica, a porta do desastre, a porta da desagregação, a porta da falência. E isso nós não desejamos para o País que amamos, para o País a que tanto queremos bem.

É com esse vigor e com essa vontade que nós do PSB nos associamos à luta do povo brasileiro pelo *impeachment* e pela mudança.

Viva o Brasil! Viva o meu Ceará!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Danilo Forte.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Seguindo rigorosamente o que está previsto no Regimento, nós agora vamos conceder a palavra a seis Líderes, dos seguintes partidos: PHS, PT, PSD, Governo, PR e PSB. Depois, vamos conceder a palavra ao Líder do DEM.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Diego Garcia, para uma Comunicação de Liderança, pelo PHS.

V.Exa. tem 3 minutos.

**O SR. DIEGO GARCIA** (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho de uma cidade do interior do norte pioneiro do Paraná chamada Andirá, com 20 mil habitantes, os quais, com certeza, ouvem o meu pronunciamento neste momento.

Tenho orgulho de dizer que sou paranaense, tenho ainda mais orgulho de dizer que sou do Estado que tem tido reconhecimento em âmbito nacional por conta da Operação Lava-Jato, dos avanços que estão acontecendo por meio dessas investigações, tanto pela Polícia Federal quanto pelo Ministério Público. Tenho orgulho de dizer que represento esse Estado.

E neste momento de decisão nos é dada a oportunidade de virar a página que estava sendo escrita de forma errada e por mãos erradas, de tal maneira que vinha envergonhando o nosso País, envergonhando milhares e milhares de brasileiros por causa de tanta corrupção. E a Operação Lava-Jato foi um dos fatos que chegaram a esta Casa por meio da peça que foi apreciada recentemente por uma Comissão Especial, com denúncias que foram inclusive confirmadas pelo doleiro Alberto Youssef, de que a Presidenta Dilma Rousseff sabia, sim, de todas as propinas, de tudo o que estava acontecendo na nossa querida PETROBRAS.





Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa peça também traz as chamadas “pedaladas fiscais”. As pedaladas fiscais — digo isto para que a nossa população possa entender — são operações de crédito ilegais, não autorizadas, que foram feitas também por este Governo. Não sou eu que estou dizendo isso. O próprio Tribunal de Contas da União afirma isso e traz esses relatos, essas informações para nós.

Cometeu crime? Cometeu crime, sim!

Tenho sido chamado de “golpista” nas redes sociais. Golpe: astúcia por quem procura obter vantagem. Não fui eu que procurei obter vantagem à custa do povo brasileiro, à custa da classe trabalhadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

V.Exa. dispõe do tempo regimental de 8 minutos.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos assiste, nós temos visto um debate nesta Casa bastante importante sobre este processo de *impeachment*, um debate em que as acusações contra a Presidente da República não se substanciaram.

Apesar do extenso relatório do Deputado Jovair Arantes, ficou claro, pela defesa do Advogado-Geral da União, em três oportunidades — duas na Comissão e uma neste plenário —, que essas acusações não têm substância. São acusações vazias, são questões que não têm profundidade, são questões que não revelam crime de responsabilidade nesse processo todo. Portanto, nós só podemos concluir que este é um processo de golpe, é um processo em que se visa desrespeitar a Constituição Federal.

E o que se faz neste plenário é uma verdadeira eleição indireta. O Vice-Presidente da República busca angariar votos para se eleger indiretamente, desrespeitando o voto de 54 milhões de brasileiros e, mais do que isso, interrompendo o processo democrático em nosso País.

Por isso, nós temos aqui a obrigação, o dever de debater e de aprofundar essas questões. Qual é o objetivo dessa movimentação? Qual é o objetivo desse golpe? É o de fazer com que ocorram modificações na estrutura econômica do País e nos direitos sociais do povo brasileiro sem que sejam discutidas e votadas pela população.



Nunca se discutiu e nunca foi aprovada pela população uma reforma previdenciária que coloca a aposentadoria aos 65 anos de idade; nunca se discutiu uma lei de terceirização que joga por terra os direitos trabalhistas; nunca se discutiu o fim do regime de partilha e a entrega das jazidas do pré-sal para multinacionais do petróleo, como querem fazer com o projeto de lei que já vem lá do Senado Federal, o projeto de José Serra. Essas modificações eles querem fazer à revelia do povo brasileiro, à revelia do processo democrático. Nós estamos denunciando isso em todos os cantos do País.

E é por isso que no Brasil existem cada vez mais manifestações contra esse golpe. O povo brasileiro abriu o olho! Não são somente personalidades do mundo da cultura, juristas, intelectuais e advogados que protestam; é a população que vai às ruas, são os movimentos sociais do campo e da cidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, os trabalhadores do movimento sindical, que estão a toda hora nas ruas, e até mesmo as torcidas organizadas dos times de futebol, que não suportam mais esse processo que visa fazer com que a nossa população sofra.

A juventude brasileira está se levantando. A juventude de São Paulo, que ocupou mais de cem escolas no final do ano passado contra a reforma educacional, vai hoje às ruas, vai às manifestações contra o golpe. Com certeza, nós vamos colocar muito mais gente na rua no domingo, para impedir que se consuma esse fato.

Quero concluir dizendo o seguinte: no plenário desta Casa, a correlação de forças está mudando. Aqueles que pensavam que iam ter uma vitória arrasadora



estão começando a ficar preocupados porque, a cada dia, mais e mais Deputados estão mudando de opinião e passando a combater esse golpe.

Eu digo a V.Exas. que nós vamos ser vitoriosos no domingo! Nós vamos impedir que esse golpe se consuma, porque na segunda-feira nós vamos reorganizar o Governo. E contamos com o apoio da maioria dos Deputados desta Casa. Contamos até mesmo com o apoio daqueles que queiram votar aqui pelo *impeachment*, porque o Brasil não pode parar, o povo brasileiro não pode ser sacrificado.

Vamos reorganizar o Brasil, vamos acabar com o desemprego, vamos retomar o desenvolvimento, vamos gerar renda, distribuição de renda e desenvolvimento nacional!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

Passo a palavra para a minha companheira Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, querido povo brasileiro, nós nos dirigimos ao Brasil com profundo amor. Nós nos dirigimos ao Brasil que se mobiliza e sabe que terá uma vitória da democracia no próximo domingo, neste plenário. Nós nos dirigimos ao Brasil com a esperança de que prevaleça aqui a memória de Ulysses Guimarães, a memória de Tancredo Neves, a memória dos democratas, e não a orientação de um Presidente nefasto ao País, à democracia e com postura golpista, como Eduardo Cunha tem.

Nós sabemos que aqueles que compõem este Plenário e que prezam a sua vida política e a sua biografia certamente não estarão alinhados a alguém que chefia as quadrilhas de corrupção, como Eduardo Cunha. Nós sabemos que aqueles que



estão neste plenário estão preocupados com a Nação brasileira, e não poderão estar ao lado de uma perspectiva golpista, de uma perspectiva que tenta promover uma grave injustiça.

Neste plenário, hoje, quando a denúncia falsa mais uma vez ecoou contra a Presidenta Dilma, mais uma vez o ardil de uma injustiça buscou se consolidar. Não há contra a Presidenta Dilma nada que seja razoável. A Presidenta Dilma não pode ser acusada de nenhum crime. Ela não é acusada de nenhum crime, porque não praticou nenhum crime. A sua dedicação ao Brasil, desde a juventude, de uma menina, de uma jovem presa e torturada, que lutou pela democracia, é o mesmo ímpeto de uma mulher com um coração valente. Ela, sim, pode unir o Brasil. Nós com ela podemos unir o Brasil, porque o amálgama da união é o voto que ela tem, e esse voto Michel Temer não tem.

Nós temos respeito pelo PMDB histórico, nós temos respeito por todos os partidos, mas nós sabemos que falta a alguns o voto. Nós sabemos que, sem o voto popular, sem o povo, uma casta que busca o poder afasta-se da comunidade, afasta-se da população.

Pedimos a cada mulher neste plenário. Olho nos olhos das minhas colegas Deputadas Federais, mulheres como eu, e rememoro o brilhante pronunciamento de posse da Presidenta Dilma, quando olhou as meninas brasileiras, a minha filha, as nossas filhas, as meninas de todas as idades, as jovens universitárias ou as crianças, e disse: *“As mulheres podem!”*

O que querem agora comprovar? Querem cassar o mandato de uma mulher digna! Querem cassar o mandato, a razão política e os direitos políticos de uma



---

mulher digna! Assim disse o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, Luis Almagro, hoje em visita ao Brasil.

Enquanto isso, na política — o povo não fecha os olhos! —, há um processo, Deputado Jose Stédile, e somos presididos por alguém que é denunciado no Supremo Tribunal Federal por corrupção. É réu, de acordo com o STF.

Senhores e senhoras, comparem a biografia de Dilma com a biografia de Eduardo Cunha. Comparem o que fizemos no Brasil e a esperança que podemos produzir nos olhos do povo, e o que a oposição golpista fez ao longo dos últimos meses, ao longo dos últimos anos, desde 2014, quando não aceitou o pressuposto básico da democracia, que foi o resultado das urnas e o voto popular.

Saibam, colegas Deputados e Deputadas, que todos nós homens e mulheres somos julgados nesta tribuna, não por um momento, mas para o sempre. O que dizemos e o que fazemos aqui, os nossos atos, tudo repercute em cada dia de nossas vidas, repercute na vida de cada brasileiro e brasileira. Em homenagem a esse povo, viva a democracia! Dilma... *(Palmas.)*

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Raquel Muniz, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSD.

V.Exa. tem o tempo regimental de até 7 minutos.

**A SRA. RAQUEL MUNIZ** (Bloco/PSD-MG. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje me dirijo ao povo brasileiro, mas, especialmente, a minha Minas Gerais, onde a liberdade é sempre mais do que um lema, pois está em nosso sangue.

Os brasileiros estão indignados com a situação do seu País, completamente desiludidos, angustiados com o futuro. E por quê? Porque o Brasil de hoje vive uma crise política e econômica sem precedentes; uma crise que tem deixado um sem-número de pais de família sem emprego, sem olhar nos olhos dos próprios filhos, pela vergonha de não poder colocar na mesa o pão de cada dia. Então, a indignação dos brasileiros é pela falta de emprego, de oportunidade de estudar, que já não possuem mais, e de esperança, que roubaram de nós.

A corrupção que assola o nosso País é a ferrugem que impede o desenvolvimento. Não podemos mais permitir essa situação.

Em Montes Claros, minha cidade natal, o Prefeito Ruy Muniz, senhoras e senhores, criou a Secretaria de Prevenção à Corrupção. E, lá, temos lutado para dar mais qualidade de vida aos montes-clarenses, para garantir dignidade à nossa gente.

Por isso, neste momento, posto-me ao lado do povo, para, juntamente com ele, lutar pelo desenvolvimento deste País. É esse sentimento de brasilidade, de cidadania, que me move, que me traz hoje a esta tribuna para dizer a minha gente, para dizer aos mineiros, aos meus filhos e a minha neta Júlia que não sou mulher de



fugir à luta. Defenderei o Brasil com garra, consciente da responsabilidade de garantir um país digno às futuras gerações, em total sintonia com o meu partido, o PSD, com a expectativa dos meus eleitores e, principalmente, com a minha consciência.

Votarei a favor do *impeachment*, porque quero o Brasil de volta aos trilhos do desenvolvimento. Quero dar aos brasileiros a esperança de novos tempos. Meu voto é contra o golpe, sim, mas contra o golpe das pedaladas e da Lava-Jato.

Portanto, em nome do Brasil, de Minas Gerais, do norte de Minas e de Montes Claros, voto “sim”, pelo *impeachment*.

Que Deus ilumine o Brasil e proteja o nosso povo! (*Muito bem! Palmas.*)

**O SR. INDIO DA COSTA** (Bloco/PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o art. 1º da Constituição da República diz com muita clareza: *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

Assim foi definida a nossa Constituição. E a grandessíssima maioria da população quer ver o PT longe do poder.

Eu queria agora já comemorar os mais de 380 votos que vamos ter no domingo, para tirar o poder do PT.

É hora de absoluta responsabilidade. A peça que inicia o processo de *impeachment* é densa e tem como base o art. 85 da Constituição Federal. Portanto, não existe golpe. O PT repete a sua mentira como um mantra para tentar convencer a população brasileira, da mesma maneira que faz em suas campanhas eleitorais: é mentira em cima de mentira.





Agiram do mesmo modo na união do PT com o PMDB no Rio de Janeiro. Na campanha de 2014, venderam ilusões à população, dizendo que estava tudo muito bem, mas esconderam a realidade. Os servidores públicos estão sem receber os seus salários; os aposentados também estão na fila para receber as suas aposentadorias; as pensionistas, que dependem desse dinheiro para viver, estão na mesma situação; hospitais, escolas, segurança pública, um verdadeiro caos.

Lamentavelmente, tentam repetir a mesma mentira na cidade do Rio de Janeiro. Como há Olimpíadas, escondem tudo. E, com muito *marketing*, com muita publicidade, fazem de conta que está tudo bem no Rio de Janeiro. Mas eu tenho certeza absoluta de que, infelizmente, essa conta virá. São mais de 26 bilhões de reais que a cidade do Rio de Janeiro está devendo, até o ano de 2054 — são quase 40 anos. Durante esse período a cidade vai ter que pagar impostos, para compensar os gastos com as obras das Olimpíadas. Então, não é uma situação simples.

Nós vamos juntos lutar para que essa barbárie do Governo Federal e do Governo do Estado não aconteça também na Prefeitura do Rio de Janeiro.

Neste momento eu concluo, mas, antes de passar ao meu colega, quero dizer o seguinte: não há golpe! Há, sim, uma sociedade desassistida, perdendo emprego, precisando de apoio e querendo ver o PT longe do poder.

É por isso que o meu voto amanhã será a favor do *impeachment*.

**O SR. JAIME MARTINS** (Bloco/PSD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é com alegria que eu venho a esta tribuna. Nós vivemos um momento da maior gravidade em nosso País, momento de forte crise política e econômica, talvez a maior de toda a história, marcada pelo descrédito nas



---

instituições, por denúncias de corrupção e por dificuldades em realizar o ajuste fiscal. Cada um desses fatores influencia os demais e agrava a crise.

O sentimento da sociedade é de que os cofres públicos estão sendo assaltados, e a sociedade chegou ao limite da sua contribuição.

Vivemos, neste momento, duas batalhas, duas guerras: uma é nesta Casa, a batalha do poder, em que poderemos ter alguns vitoriosos; e a outra, a verdadeira batalha, é a batalha das ruas, a batalha da ética e da moral. Nesta batalha, todos estão perdendo: os trabalhadores estão perdendo o emprego; e os empresários estão perdendo seus mercados, as condições de operar seus negócios.

Na batalha das ruas — tenho que anunciar aqui —, eu ficarei com aqueles que me deram sua delegação e me deram este mandato. Ficarei com meus eleitores da querida Divinópolis, da minha terra natal, Nova Serrana, da minha cidade de Formiga, aqueles que me trouxeram para esta Casa por seis vezes.

Votarei com a maioria do meu partido, com a unanimidade dos companheiros do PSD de Minas.

Votaremos “sim” no próximo domingo. Estaremos, juntos, com a população, buscando um novo rumo para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Eu que agradeço, nobre Líder.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra à nobre Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo Governo.

V.Exa. dispõe de até 9 minutos na tribuna.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, de fato, estamos aqui todos fazendo história. O importante é saber que história cada um quer construir.

O mundo inteiro nos olha. O mundo inteiro está de olho no Brasil, num momento como este. E podemos dizer que pessoas de várias cidades do mundo, hoje, se mobilizam contra o golpe no País.

A imprensa mundial também nos observa. E eu destacaria apenas dois jornais insuspeitos: o *The New York Times*, que diz que criminosos tentam afastar uma Presidente honesta, e o *The Independent*, jornal britânico, que diz ser o *impeachment* aqui conduzido por uma imprensa partidária.

Quando um jornal de fora observa isso, não há por que nós não considerarmos que a grande imprensa brasileira, a grande mídia brasileira, faz parte, como todos nós já observamos, deste complô e deste conluio golpista que hoje se estrutura no País.

Destaco, sem nenhum medo, particularmente o Sistema Globo de rádio, televisão e jornal. E digo isso destacando o *The New York Times*, porque, de fato, há muitos criminosos, ou, pelo menos, acusados de crime neste plenário. Eles sobem à tribuna com um discurso ético, como paladinos da moral, a começar pelo Presidente da Câmara, que já não deveria estar sentado nessa cadeira.

Até lamento que ele não esteja aqui, neste momento, ouvindo meu pronunciamento, porque hoje, inclusive, nos jornais, mais um delator diz que o



Deputado Eduardo Cunha recebeu 52 milhões de reais de propina nas obras do Porto Maravilha — mais um delator, o Sr. Ricardo Pernambuco Júnior! E é esse que comanda, hoje, um processo na Câmara dos Deputados para afastar uma Presidente honesta, e repito isso também sem medo de errar!

Vamos olhar o patrimônio da Presidenta Dilma Rousseff! Qual é o seu enriquecimento? De que crime a acusam? Qual é a elevação do seu patrimônio nesses 6 anos de Governo?

Não é justo imaginar que pessoas que estão hoje presentes como réus no Supremo Tribunal Federal, ou são acusados em várias ações penais, queiram retirar do cargo uma mulher que não teve nenhum enriquecimento nesse período, não é responsável por nenhum crime, não é investigada por nenhum crime, não é ré em nenhuma investigação.

É bom dizer que o Sr. Eduardo Cunha, com o traidor, o Sr. Michel Temer — porque é este um traidor da República, da democracia e do povo brasileiro —, em conluio com o PSDB, com o DEM, com o PSB, com o PPS, com vários partidos, abraçaram-se para comandar um golpe institucional, porque este é um golpe institucional! Não é golpe com baioneta, mas é um golpe!

E, do lado de fora, não tenhamos ilusão, há um comando, sim, na elite paulista, certamente articulado com um comando lá fora. Até porque o que está em jogo no Brasil, além da democracia, é qual agenda querem estabelecer para o povo brasileiro, que é exatamente uma agenda de retirada de conquistas, de redução do Estado brasileiro, de quebra da soberania nacional! E essa agenda se contrapõe às pessoas que estão nas ruas, que querem mais direitos, mais liberdade e mais democracia.



Falando nisso, eu posso dizer que, com a divisão da sociedade brasileira, V.Exas. colocam aqui um governo saído, ungido de um processo que V.Exas. não consideram golpe e acham que vai dar paz, equilíbrio e união nacional. Ora, por favor! Um governo ilegítimo que surge da violação da Constituição brasileira, sem voto, é um governo que não governa, que terá nas ruas um confronto necessário para que esse governo não siga adiante. Com esse governo ungido por um golpe, o Sr. Michel Temer não conseguirá sair às ruas, não terá condição de caminhar pelas ruas do Brasil, porque 204 milhões de brasileiros não aceitarão um governo ilegítimo neste País, principalmente decorrente de um golpe inescrupuloso, indigno e violador daquilo que há de mais importante no Brasil, que são os parâmetros e as regras da convivência democrática.

A consciência democrática acordou. E aqui quero deixar um registro absolutamente emocionado e agradecido a todos os democratas — de esquerda ou não — que hoje estão nas ruas, hoje e há meses, levantando bandeiras plurais da diversidade, defendendo o Estado Democrático de Direito e a democracia brasileira. São pessoas que se dividiram em diversos segmentos e não fazem manifestação em um ou dois domingos, mas manifestações diárias, cotidianas. É muita poesia, é muita música, é muita energia, é muita democracia e é muito grito pela liberdade.

É esse pessoal que está nas ruas e está acampado aqui na Esplanada dos Ministérios. E esse povo, vinculado com diversas opiniões do Brasil inteiro, da arte de rua, desde a banda Seu Pereira até Chico Buarque, dos poetas, dos advogados, dos juristas, dos professores, todos que se manifestam hoje com altíssima representatividade estão nas ruas.



No contraponto, as chamadas manifestações de domingo, duas ou três, e que vão para as redes sociais, são manifestações da intolerância, da exclusão e da criminalização da política. São manifestações de pessoas que se imaginam vitoriosas e que farão crescer o fascismo no Brasil.

É com essa base que V.Exas. querem governar? É com essa base branca, homofóbica, racista, preconceituosa, que leva à intolerância e ao ódio, que V.Exas. querem governar? V.Exas. querem o quê? Cassar os comunistas de novo? É isso que V.Exas. querem? O que V.Exas. querem? Conflagrar o País? Querem impedir que a democracia respire, depois de tão pouco tempo de existência no Brasil, depois de muita luta, muita morte, enfrentamentos e torturas?

Aliás, os torturadores fazem parte dessa base institucional que quer golpear a democracia no Brasil. Alguns Deputados aqui defendem — inclusive, defenderam sempre — a ditadura militar.

Nós temos clareza de que foi uma tentativa de certos órgãos da imprensa, durante todo esse período, dizer que V.Exas. já ganharam. Ora, podemos afirmar aqui com galhardia, altivez e firmeza: V.Exas. já perderam. V.Exas. não terão os 342 votos! V.Exas. não terão os dois terços! (*Palmas.*)

Aliás, hoje a *Folha de S.Paulo*, que tanto os apoiou, já fez um editorial dizendo que o *impeachment* não é o caminho. A *Folha de S.Paulo* já divulgou que o *impeachment* perdeu quórum. O *Globo* já fez isso, imaginem! V.Exas. vejam que não têm mais nenhuma condição de colocar esse sorriso no rosto. Aliás, “*quem ri por último ri melhor*”, já diz o povo. E V.Exas. saberão no domingo o lugar de V.Exas., que é o lugar de quem vai ter que aceitar a derrota, aceitar a democracia.



E saibam que, na segunda-feira, nós estaremos sentados com a Presidenta Dilma programando a agenda do desenvolvimento, da ampliação dos direitos sociais e de um Brasil cada vez mais democrático, cada vez mais livre, cada vez mais libertário, enfrentando todo esse massacre midiático.

Tudo o que V.Exas. fizeram até aqui V.Exas. vão ter que engolir. E vão ter que parar de falar. Têm que lavar a boca para falar da Esquerda brasileira e para falar da Presidenta Dilma. Ela não cometeu nenhum crime, e não há nenhuma razão para ficar na boca de alguns que, incriminados e réus no Supremo, levantam a boca para falar de moral.

Moral é respeitar a democracia, respeitar a Constituição e respeitar o povo brasileiro. Isso é o que V.Exas. não conseguem fazer. Repetem-se ali numa denúncia vazia. Qualquer analfabeto em orçamento aqui sabe que o que se está acusando como crime contra a lei orçamentária é mentira. É uma farsa para esconder os reais objetivos de V.Exas.

Não se enganem: nós vamos ganhar. A democracia vai vencer, e a Presidenta Dilma fica! (*Palmas.*)

*(Manifestação no plenário: Não vai ter golpe! Não vai ter golpe!)*

*(Manifestação no plenário: Vai ter impeachment! Vai ter impeachment!)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputada.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Jorginho Mello, que falará pela Liderança do PR. S.Exa. dispõe de até 7 minutos na tribuna.

**O SR. JORGINHO MELLO** (Bloco/PR-SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna com muito orgulho de ser catarinense, mas não estou feliz com este momento histórico que estamos vivendo. Não estou feliz, porque este é um momento histórico, mas triste, um momento de dificuldades para todos nós.

Este é um momento em que 62% das micro e pequenas empresas do Brasil passam por dificuldade e pioram, segundo informam o Serviço de Proteção ao Crédito — SPC e a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas — CNDL. Duzentas mil micro e pequenas empresas morreram: índice 100% maior do que o do ano passado, 2015.

Na economia, nosso PIB caiu 3,8% em 2015, e há uma projeção de 4,0% para 2016.

Noventa e oito por cento das empresas do Brasil, que são micro e pequenas empresas, aguardam a votação do Projeto de Lei nº 125, de 2007, que enfrenta muita dificuldade para ser votado no Senado. Os empresários, que esperam pelo parcelamento de dívidas em 120 meses, estão quebrando, porque o projeto está no Senado, mas não se tem tempo para votar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, o desemprego chegou a 8,2% em fevereiro, maior taxa desde 2009. A Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo — CNC diz que 253 mil postos de trabalho serão extintos em 2016.





Tomara que esta lição nos traga a possibilidade de crescimento e sirva de exemplo para que Prefeitos e Governadores tenham zelo pelo dinheiro público e tomem cuidado com decretos, suplementações, pedaladas, etc. e tal.

Há pouco recebi da Vereadora Maria Helena Zimmermann, a Kika, de Rio do Sul, a informação de que acabam de ir para a Serasa os nomes de 428 pessoas, porque o Governo deixou de pagar os 425 reais referentes à parcela da Etapa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida — o morador paga 80 reais. Isso é uma vergonha!

Não existe democracia onde imperam a corrupção e a falta de credibilidade do Governo.

É por isso, senhoras e senhores, que vamos varar a noite falando: uns a favor; outros, contra.

Eu tenho muito orgulho de representar o povo do meu Estado, um povo ordeiro, trabalhador. Estou aqui, não alegre, como eu já disse, mas na expectativa de passar o País a limpo.

Chega de ladroagem! O povo não suporta mais! As eleições estão aí. Muita gente vai ser varrida. Muita gente está se achando, mas não está plugada com as ruas.

Esta é a minha convicção. Este é o momento em que nós da classe política precisamos nos afirmar, precisamos melhorar, precisamos saber o que estamos fazendo aqui.

E este domingo que não chega! Mas domingo vai chegar.

Pelo povo que represento, pelo meu Herval d'Oeste, minha Joaçaba, minha Luzerna, pelo oeste da minha Santa Catarina, pelo meu Estado de Santa Catarina,



pelos 140 mil votos que recebi, quero dizer que sou a favor do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff (*palmas*), mesmo discordando do meu partido.

Sou a favor do *impeachment* da Presidente Dilma, para que o Brasil volte a trilhar o seu caminho e volte a ter credibilidade.

Todo e qualquer político pode perder popularidade, mas não pode perder nunca a credibilidade. E esse Governo perdeu a credibilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Líder Jose Stédile, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSB. S.Exa. dispõe de até 6 minutos na tribuna.

**O SR. JOSE STÉDILE** (PSB-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus amigos Deputados e minhas amigas Deputadas, eu não faltei a nenhuma sessão desta Casa. Sempre votei de acordo com os interesses dos trabalhadores, com boa parte dos projetos vindos do Governo, que se diz de esquerda. Votei sempre com os interesses da indústria nacional. Votei sempre para melhorar as condições do Brasil e contra o aumento de impostos, pensando no futuro dos nossos filhos. Aí, eu fico pensando que estão querendo fazer aqui uma luta de direita e esquerda. Eu sou de esquerda.

Meus amigos, imaginem se a atual Presidente da nossa Nação não fosse Dilma Rousseff! Imaginem se fosse qualquer outro e se o PT fosse de oposição! Imaginem se neste cenário nós tivéssemos a denúncia de roubalheira na PETROBRAS, se tivéssemos a denúncia de desvios nos fundos de pensão e se tivéssemos, como houve durante todas as semanas em que estive aqui, uma nova denúncia!

O que é isso, meus amigos? Nós vamos fechar os olhos? O Partido Socialista Brasileiro não vai assinar embaixo da roubalheira do País! Nós temos uma obrigação com o nosso País. Nós temos uma obrigação com as pessoas que estão desempregadas no nosso País. Nós temos uma obrigação com as indústrias do nosso País que estão fechando as portas.



Só na minha cidade, dezenas de empresas fecharam: a Souza Cruz e a Doormann fecharam, entre várias outras. E nós vamos dizer que está tudo bem? Não está tudo bem, não, senhores!

Muitas pessoas dizem que, com Michel Temer, talvez as coisas não mudem. Pode até ser que as coisas não melhorem, mas, com a Dilma, eu tenho certeza de que piora. Nós temos a obrigação moral de dar uma chance à nossa Nação, ao nosso País.

Quero dizer que o nosso Presidente, o falecido Eduardo Campos — não o confundam com Eduardo Cunha —, já havia alertado a Presidência da República, antes da eleição anterior, para a grave crise econômica que deveríamos enfrentar e para a necessidade de adotarmos medidas preventivas. Medidas preventivas não foram tomadas, fizeram exatamente o contrário: quase destruíram o setor elétrico, quase destruíram a PETROBRAS.

Agora, Sr. Presidente, nós só temos uma resposta a dar ao País. A resposta é o *impeachment* da Presidente da República, para buscar um novo caminho. Depois, nós, eu e o meu partido, votaremos pelo afastamento do atual Presidente da Câmara, porque nós temos coerência, nós queremos fazer o que o povo espera de nós: queremos fazer uma limpeza na política brasileira, queremos encontrar um caminho para a economia e uma solução para os desempregados e para o futuro dos nossos filhos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A Deputada Keiko Ota vai continuar falando pelo nosso partido.

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Brasil, quero começar minha fala externando



minha gratidão ao PSB, meu partido, que tanto me orgulha, pela sua postura e amor ao próximo.

Recordo aqui o saudoso Eduardo Campos e suas palavras sábias: “*Se nós nos unirmos ao povo brasileiro, nós vamos vencer e, mais que vencer, temos que garantir que o povo vença*”.

Quero agradecer ao meu Estado de São Paulo, que me deu 215 mil votos. Honrarei cada voto, votando no domingo contra a impunidade, votando “sim” ao *impeachment*.

Quero reafirmar minha decisão pela aprovação do *impeachment* e tentar ajudar meus colegas Deputados que ainda estão indecisos.

Sras. e Srs. Deputados, esta indecisão prejudica o povo brasileiro, que anseia por justiça e dignidade. Nós estamos à beira do maior acontecimento político da democracia brasileira no século XXI. Como podemos nos abster de tamanha responsabilidade, uma vez que nosso papel nesta Casa é exatamente o de representar os interesses do povo brasileiro?

Não devemos nos deixar tomar pelos sentimentos de ódio e de vingança, que nos cegam e nos fazem esquecer a missão pela qual estamos aqui.

Não podemos perder o foco da luta e da defesa da população brasileira. Foi aí que o Governo atual errou. Mexer com o sentimento de um povo, de uma Nação, Sr. Presidente, não é brincadeira!

Não devemos deixar que nosso ego fale mais alto. Isso faz com que não escutemos os anseios da sociedade, fazendo, com isso, com que ela sofra ainda mais.



Um governante precisa equilibrar a razão e a emoção, o conhecimento e a sabedoria. Trata-se de uma causa que leva à paz, à justiça e aos direitos humanos para todos.

Hoje a vontade da maioria é o fim da corrupção e o fim da impunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Líder Deputada Keiko Ota.



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - Para não interromper o tempo do Democratas, prorrogo, antecipadamente, a sessão por 1 hora.

Concedo ao Democratas o seu tempo regimental de 1 hora, começando pelo nobre Líder Deputado Mandetta, de Mato Grosso do Sul.

**O SR. MANDETTA** (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, Parlamentares da 55ª Legislatura, no dia 1º de fevereiro de 2015, ao tomarmos posse nesta Casa, assistimos, durante o rito da posse, à Presidente fazer o compromisso de posse.

Por que esse compromisso se dá nesta Casa? Porque todo funcionário público, ao tomar posse, o faz na frente do seu superior. O superior da Presidente da República é o povo. E esta é a Casa do Povo.

Os 513 Deputados não chegaram aqui a convite de ninguém. Os 513 Deputados vão deparar, neste dia 17, com aquela linha entre o livre-arbítrio e o destino. Não é apenas o seu destino individual, como Parlamentar, que estará em jogo, não é apenas o destino da credibilidade desta Casa que também estará em jogo, mas o destino deste nosso Brasil.

Quando estive nesta Casa, a Presidente fez o seguinte compromisso, meu Líder Pauderney Avelino: *“Prometo manter, defender e cumprir a Constituição”*.

Pergunto a V.Exa., Deputado Cajado: ela cumpriu e manteve a Constituição? Disse — e jurou — a Presidente observar as leis. Observar as leis! A Lei de Responsabilidade Fiscal é ou não é uma lei vigente neste País?

Disse a Presidente: *“...promover o bem geral do povo brasileiro”*. É promover o bem-estar do povo apostar num projeto que se faz refém da lógica de poder de um partido que divide, que maltrata?



Vimos vários Parlamentares denegrirem, diminuírem esta Casa, a Casa do povo brasileiro, apontando a mão e dizendo: *“Esta Casa é golpista”*, porque lhes convém. Vários Parlamentares apontaram a mão para o Juiz Sérgio Moro e disseram: *“O juiz é golpista! A polícia é golpista! O Supremo é golpista! A Globo é golpista! A imprensa é golpista!”*.

Só lhes vale aquilo que lhes agrada! E, quando não lhes agrada, eles enfiam a mão no bolso do povo brasileiro para comprar, e compram! Compram pessoas, compram empreiteiras, compram marqueteiros, compram pessoas profissionais em enganar. O marqueteiro é tão profissional em enganar, que quis enganar a Receita Federal e está preso em Curitiba.

O PT conseguiu despertar o que há de pior na política: a polarização, a estigmatização, o reducionismo e a paixão fanática. O PT agride os meios de comunicação, os trabalhadores e ainda se traveste de Partido dos Trabalhadores. Gente honesta, que acorda às 5 horas da manhã para trabalhar, não acha graça em ter o seu trabalho chamado de “Partido dos Trabalhadores”!

É partido de vagabundo que, ao tungar, ao enfiar a mão no seu bolso e mentir, não sabe honrar o tributo pago pelo povo brasileiro. E mente somente com um objetivo: o objetivo de um projeto de poder.

A Presidente disse: *“Vou fazer o diabo para ganhar as eleições”*. No meu Mato Grosso do Sul, Deputado Mendonça Filho, quando se fala no diabo, o diabo aparece — a tentação, o momento do crime. Ela é formada em Economia e não pode alegar desconhecimento dos fatos.

Uma lei que é basicamente da economia, um Ministro medíocre, um Ministro que disse a ela: *“Não temos dinheiro para manter, mas temos uma saída: vamos*





*forçar o Banco do Brasil, vamos forçar a Caixa Econômica, mesmo que o Conselho diga não, para que eles paguem. E a senhora esconde do Congresso, esconde da população”.*

A mentira está no crime cometido com uma caneta. A população pergunta que crime ela fez. Não é o mesmo crime quando se rouba uma carteira ou quando se mata uma pessoa. É um crime com caneta, que só a Presidente da República poderia cometer. Por isso, ela é a responsável pelas vítimas desse crime.

Quem são as vítimas?

Um Governo que acenou com saúde e entrega hospitais sucateados e a fila da morte; um Governo que prometeu economia e crescimento, e entrega o desemprego; um Governo que ofereceu segurança, e entrega as fronteiras abertas ao *crack* e à morte.

Neste momento, quando ocorre a desilusão, há a decepção. E a decepção dói. O desmascaramento atordoa. As pessoas se olham e veem que a traição sangra. E a reação? De onde vem a reação? O que nos traz aqui? O que nos une como Casa do Povo brasileiro?

Longe de ser uma figura de retórica, o que nos une é exatamente a simbologia das cores. Aqueles que usam verde e amarelo, aqueles que carregam esta bandeira como símbolo, são pais de família, são as escolas, são as pessoas de bem. E aqueles que usam a cor vermelha são a sinecura, a boquinha, o dinheiro por trás, a mortadela.

Vejo o Governo espernear e falar: *“Vão arrumar um voto aqui e outro acolá”*. Parece-me que eles acreditam na máxima daquele tão boquirroto Lula, que dizia haver aqui 300 picaretas.



Compre 300! Ache consciências nesta Casa! Negocie! Rasteje, PT, e lave sua boca ao falar de ética para partidos éticos que estão aqui, de cabeça erguida, fazendo oposição e cortando na própria carne, quando os desafios se lhes impõem, como é o caso do Democratas!

Este momento, nobres Parlamentares, é um momento extremamente tenso da vida nacional. Na segunda-feira, o *impeachment* amanhecerá estampado em todos os jornais. Nós estaremos mirando, nesta ocasião, um desafio, uma solução política. A nossa Constituição não nos coloca outra, senão o afastamento da Presidente da República.

Como disse o pantaneiro sul-mato-grossense Leonardo Leite de Barros: *“Após o impeachment, a classe política deverá pactuar um novo Brasil: reforma política, reforma tributária, reforma da Previdência e uma profunda reforma moral, em que os valores deverão ser resgatados”*.

Desta tribuna, médico e protagonista da saúde que sou, fiz apelos chamando pela vida e lhes trouxe a preocupação de um Governo que negociava o maior bem do seu povo — a vida — a troco de créditos eleitorais, a troco de um punhado de dólares do BNDES em Cuba. Eu disse que a medicina brasileira sofria, e não nos esqueceríamos disso jamais.

Nos consultórios, temos orientado o povo brasileiro, e manteremos sempre a orientação pela ética, pela verdade e pela vida.

Somos nós que estamos com as pessoas a choramingar às nossas portas.

O Governo se perdeu e, ao se perder, só me faz lembrar Ismália, de Alphonsus de Guimaraens:

*“Quando Ismália enlouqueceu,*



*Pôs-se na torre a sonhar.*

*Viu uma lua no céu,*

*Viu outra lua no mar.*

*As asas que Deus lhe deu*

*Ruflaram de par em par.*

*Sua alma subiu ao céu,*

*Seu corpo desceu ao mar.”*

Ismália, vá tarde, na sua loucura, para o fundo do mar, e deixe o Brasil navegar por mares de felicidade!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mandetta, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Claudio Cajado, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, e Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (DEM-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de hoje até domingo, os olhos do Brasil estarão voltados para cada um dos 513 Deputados desta Casa.

Jamais presenciei momento tão dramático na história do País. A partir da próxima segunda-feira, o Brasil não será mais o mesmo, e, para o País que queremos, este Parlamento não poderá faltar à Nação.

Quero, nesta oportunidade, chamar a atenção das Sras. e Srs. Parlamentares para um fato de grande importância: o Poder Constituinte originário, de 1988,



determinou que o afastamento do Presidente da República seria de competência da Câmara dos Deputados e o julgamento do processo, do Senado Federal.

A Constituição Federal deixou claro o viés político dessas decisões. Se assim não o fosse, determinaria que o Supremo Tribunal Federal afastasse e cassasse o mandato presidencial. Ou seja, a Constituição Federal determina que a Câmara dos Deputados inicie o processo de afastamento do Presidente da República e o Senado Federal, se assim for, casse o seu mandato. A competência é do Poder Legislativo, não do Poder Judiciário.

À Suprema Corte cabe, tão somente, resguardar o rito processual, o amplo direito de defesa e o contraditório, o que, aliás, foi feito em três oportunidades, quando decidiu sobre o rito processual e a forma de votação.

Daí por que não cabe mais qualquer recurso ou decisão judicial sobre a decisão que esta Casa tomará no próximo domingo. Afirmando que há juridicidade para afastarmos a Presidente Dilma Rousseff do seu mandato, já que houve, por parte de S.Exa., cometimento de crime de responsabilidade tipificado no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao editar créditos suplementares não autorizados pelo Congresso Nacional.

E mais, cometeu crime ainda maior quando determinou que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal pagassem contas de custeio do Governo Federal, sem que sequer empréstimos fossem contraídos, ou seja, agiu como tomador de recursos de um cheque especial, o que é um grave ilícito. Em se tratando de bancos oficiais, cujo controlador é o próprio Governo Federal, como foi o caso, a ação é ilegal, antijurídica e criminosa, infringindo, portanto, o art. 34 da Lei de



Responsabilidade Fiscal, como, aliás, ficou sobejamente provado no relatório do Deputado Jovair Arantes.

Lamento constatar que este Governo, ao desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, ofendeu a boa governança, fazendo retroceder o progresso e o desenvolvimento social conquistados a duras penas.

Diga-se de passagem, o PT jamais a valorizou ou quis cumpri-la, por nunca ter compreendido que a Lei de Responsabilidade Fiscal é o selo garantidor da estabilidade econômica e consequente estabilidade social.

Por outro lado, dizer que o Tribunal de Contas da União permitia essas pedaladas é um deboche. Ressalte-se que ele as proibia e que os valores maquiados, em 2015, ultrapassaram os 120 bilhões de reais. Daí, sim, a gravidade.

E o pior dos mundos: a defesa feita pelo eminente Advogado-Geral da União, em vez de justificar a criminoso maquiagem fiscal que tentou ardilosamente esconder essa conduta irresponsável e a flagrante incompetência na gestão da coisa pública, apenas disse que outros governos também praticaram atos idênticos, com o argumento de que crimes pretéritos justificam crimes presentes e futuros.

Não por outra razão, a Advocacia-Geral da União não conseguiu ganhar nenhuma das ações propostas perante o Supremo Tribunal Federal.

Por fim, quero aduzir que juristas renomados e entidades como a OAB assinaram petições pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma, demonstrando que houve, sim, crime que legitima esse processo.

Trago também ao debate a crise econômica que abala o País: a inflação está acima de 10%; em 2015, 10 milhões de pessoas ficaram desempregadas; o dólar atingiu o valor impensável de 4 reais; os preços dos combustíveis, da energia



elétrica, dos alimentos dispararam; o País está em depressão, com crescimento negativo que poderá atingir 3,8% do PIB ainda este ano; as agências internacionais de classificação de risco rebaixaram o grau de investimento do Brasil para “nível especulativo”, o que significa dizer que não teremos mais os investimentos estrangeiros para garantir renda e gerar empregos.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: por que chegamos a este ponto? A resposta é esta: pelo simples fato de que o País foi vilmente traído na campanha presidencial de 2014, quando a Presidente Dilma mostrou, demonstrou e vendeu aos brasileiros um país pujante, estável, em dia com os seus compromissos fiscais e monetários. Passadas as eleições, descobriu-se o maior estelionato eleitoral, nunca antes praticado em toda a história republicana. Passadas as eleições, as vísceras mais putrefatas da gestão pública foram expostas, mostrando exatamente o inverso do que foi dito na campanha, e passou o Governo a aumentar preços, elevar impostos e nos levar ao atual desastre econômico.

Quero, ainda, agregar como fator determinante para o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff a gigantesca, sistemática e desenfreada corrupção, escancaradamente provada na Operação Lava-Jato, corrupção essa que permeia toda a administração pública e foi levada a níveis tais que não encontram paralelo na história. Junte-se a isso o aparelhamento do Estado, os bilhões de reais desviados para os apaniguados e áulicos a serviço do Palácio do Planalto, que espoliaram a Nação e fizeram com que o honesto povo trabalhador e todo cidadão de bem rangessem os dentes de tanta indignação.

A Presidente Dilma, qualquer que seja o resultado no próximo domingo, estará inexoravelmente afastada da sua função, já que, se o *impeachment* não



passar, por absurdo que se admita, ela será afastada *interna corporis* pelo PT, já que o ex-Presidente Lula é quem, de fato, irá governar. Será ela uma Presidente decorativa, com função de Estado, mas sem função de Governo. Só assinará papéis, manchando cruelmente a sua biografia.

Contudo, passando o *impeachment*, seu afastamento revelará a completa destruição que ela própria fez da sua base congressual, já que, não tendo sequer 171 votos para permanecer no poder, não terá as mínimas condições de governabilidade.

Aí reside a sua última e crucial penitência, a de não ter feito, após as eleições, um chamamento para uma reconciliação nacional, demonstrando humildade e altivez em pensar no País e no povo. Deveria ter pedido desculpas pelos erros cometidos e pelo nefasto discurso divisor, o do “nós contra eles”.

Poderíamos, juntos, ter trabalhado pela reconstrução, o que particularmente fiz — eu e muitos Deputados da Oposição —, já que votei contra o meu partido, atendendo ao veemente apelo do Vice-Presidente Michel Temer, votei “sim” aos projetos de lei que promoviam o ajuste das contas públicas. Fiz a minha parte. Não agi no “quanto pior, melhor” que movia o PT quando exercia o papel de Oposição, antes de ser Governo.

A Presidente Dilma, diante de sua arrogância, falta de humildade e trato com a política, perdeu todas as oportunidades para superar as crises moral, econômica, política e ética do seu Governo. Poderia, ao final, dar uma demonstração clara de amor ao Brasil, aos brasileiros e às brasileiras, se renunciasse. Em vez de tomar essa decisão, criou com useiros e vezeiros em fazer *marketing*, os marqueteiros pagos pelo seu Governo com dinheiro de caixa dois da corrupção, uma frase de



efeito para mobilizar aqueles que enchem as dependências do Palácio do Planalto e proferem os seus desesperados discursos de adeus.

Sras. e Srs. Deputados, a Nação espera que esta Casa reaja. A Câmara dos Deputados não se furtará ao seu dever cívico e à sua história de luta.

Camões disse que um governante fraco faz fraca a forte gente. O Palácio do Planalto, agora, pedala sem rumo. Perdeu a credibilidade! Tornou-se inerte e paralisou o País.

Ao longo da nossa história, a inteligência dos estadistas legou-nos progresso. E juntos vamos criar o ambiente de mudanças para o nosso melhor destino. Não permitiremos que o sofrimento deste País se prolongue por mais tempo. Não permitiremos que as vozes das ruas, que as inúmeras manifestações de milhares e milhares de pessoas sejam desprezadas por esta Casa.

Finalizo, inspirado no grande músico e poeta Zé Ramalho, que diz que cada um nasce com seu jeito, sua classe, seus estilos; uns nascem para agradar, outros, para brigar; uns, para negociar, outros, para enganar; o mundo é assim mesmo, um é bom, outro, ruim, e eu não tenho jeito a dar; mas, para completar, quem tem mel dá mel, quem tem fel dá fel, quem nada tem nada dá.

Mas uma coisa o Brasil em uníssona voz quer gritar: *impeachment* já!  
(*Palmas.*)

**O SR. MARCOS SOARES** (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, meu Estado do Rio de Janeiro, primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade e aos meus eleitores e ao meu partido, que de forma democrática nos deu, por sorteio entre todos os Deputados, a chance de estarmos aqui hoje, discursando num momento tão





importante da história do nosso País, momento este em que o Poder Legislativo, amparado pela Constituição, precisa exercer funções similares às do Judiciário, que são as de processar e julgar o Chefe do Poder Executivo por crimes de responsabilidade, realizando assim o *impeachment* do seu mandato.

É com muito orgulho, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e telespectadores, que hoje venho a esta tribuna, como Deputado Federal da República, advogado e cidadão, representando o povo do Rio de Janeiro, para encaminhar um voto favorável ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff.

Acompanhei todo o processo de perto. Tenho total esclarecimento e convencimento da minha posição.

A usurpação do poder, prerrogativas e funções do Estado não é intervenção nova. Já existia desde a Grécia antiga. Pensou-se por lá na teoria da tripartição dos Poderes do Estado. Mesmo assim, não se conseguia vislumbrar algo tão difícil, ou seja, o respeito às diferenças e às funções administrativas exercidas pelos Poderes.

Somente com Montesquieu a teoria de vários pensadores foi mais bem explicitada e aceita até os nossos dias. Vejam que a teoria concebida prendia-se a uma monarquia absolutista que imperava na época.

Hoje nos reunimos para exercer uma função excepcional de julgar, exatamente pelo fato de um Poder ter adentrado a seara não concernente às que lhe são afetas e, por conseguinte, ter cometido crime de responsabilidade.

De modo muito simples, conforme a Constituição Federal, cabe ao Congresso Nacional a fiscalização financeira e orçamentária da União. Em outras palavras, cabe a nós, Deputados e Senadores, zelar para que as leis que regem a aplicação do dinheiro público sejam respeitadas.



Engana-se quem acredita que nessa função trabalhamos sozinhos. Temos para nos auxiliar um órgão técnico competente, pautado pela análise criteriosa de tudo que é feito: o Tribunal de Contas da União.

Foi justamente esse órgão técnico que, em outubro de 2015, decidiu, de forma unânime, que houve relevantes irregularidades relacionadas à execução do Orçamento pela Presidente da República.

As irregularidades apontadas pelo TCU somam 106 bilhões de reais. Segundo o Tribunal, mais de 40 bilhões de reais foram sacados pelo Governo das contas do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

Só há um detalhe: um banco público não pode emprestar dinheiro para o Governo. É a lei. E ela existe por uma razão: evitar que o dono do banco passe pela caixa e pegue o dinheiro dos correntistas para consumo próprio. É por essas e outras que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibe operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e um ente da Federação que a controle.

A Chefe do Poder Executivo infringiu dispositivo da Lei Orçamentária ao editar seis decretos no exercício financeiro de 2015 sem autorização do Congresso Nacional. Ela infringiu o descrito no art. 85 da Constituição Federal e os itens 4 e 6 do art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950.

Estaria o Poder Executivo acima da ordem jurídico-administrativa do País? Lógico que não!

Para a configuração desse tipo de crime, bastaria a ordenança ou autorização da Chefe do Poder Executivo da abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal. Contudo, prezados Srs. Deputados, no caso concreto, a participação da Presidente foi direta. Ela mesma assinou, determinou e



descumpriu os termos da LDO — Lei de Diretrizes Orçamento e da LOA — Lei Orçamentária Anual, culminando em todo este processo que estamos apreciando.

Vale tudo para a perpetuação no poder!

Contudo, o cenário político-econômico também corrobora e serve de prova para o impasse que vivemos.

Nobres colegas, a contínua degradação das contas públicas e as escolhas equivocadas da Presidente da República, com expansão do crédito, desonerações fiscais e congelamento de preços, gerou consequências perversas no cenário socioeconômico do País, que se arrastam até hoje, com forte retração da atividade econômica, altas taxas de desemprego, sucessivos rebaixamentos da nota de crédito do País e, o que é pior, a volta da inflação.

Com isso, o resultado nominal acumulado em 12 meses saiu de 3,01% do PIB, em março de 2014, para 10,82%, em janeiro de 2016. O resultado primário acumulado em 12 meses saiu de 79 bilhões de reais positivos, em abril de 2014, para 114,8 bilhões negativos em dezembro de 2015. A dívida bruta do Governo Federal subiu de 53,74% do PIB, em março de 2014, para 67,03% do PIB, em janeiro de 2016. A inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, subiu de 6,41%, em dezembro de 2014, para 10,71%, em janeiro de 2016. A variação do PIB real foi de mais 0,10%, em 2014, e passou para menos 3,8%, em 2015. O PIB trimestral, comparado com os mesmos trimestres do ano imediatamente anterior, saiu de 3,17%, no primeiro trimestre de 2014, para menos 5,9% no último trimestre de 2014.

Comparando-se os dados do crescimento do Produto Interno Bruto mundial dos países emergentes e do Brasil, publicados pelo FMI, vê-se a falta de correlação



entre o desempenho do nosso País e o desempenho do grupo dos países ao qual o Brasil pertence. O PIB nacional foi mais impactado por fatores internos do que por fatores externos. O desemprego saiu de 6,5% no trimestre de outubro/novembro/dezembro de 2014 para 9,5% no trimestre de novembro/dezembro/janeiro de 2016.

Por fim, a classificação de risco soberano do Brasil feita pelas principais agências internacionais que atuam nesse segmento — S&P, Fitch e Moody's — também registrou deterioração. Ainda em 2014, o País sofreu sua primeira queda. A S&P reduziu a nota de BBB para BBB-. Em 2015, vieram as perdas do grau de investimento: em setembro de 2015, pela S&P; em dezembro de 2015, pela Fitch; em fevereiro de 2016, pela Moody's.

E quais as consequências disso tudo? São consequências nefastas. Nós temos hoje um Governo que abusa de errar; um Governo que mente e sempre mentiu para tomar o poder — mentiu sobre a conta de luz, mentiu sobre o combustível, mentiu sobre os alimentos, e hoje vivemos com essa inflação; um Governo que se finge de cego para o clamor da maioria da população, que toma as ruas querendo mudança e querendo uma solução; um Governo que não respeita a vontade da maioria, fazendo com que uma minoria que ele colocou venha a agredir as famílias, incentivando a distribuição de cartilhas homossexuais para crianças puras e indefesas, corrompendo suas mentes e tentando agir contra a natureza que Deus criou; um Governo, Sr. Presidente, que tira dinheiro do seu País para entregá-lo a países com ideologias comunistas e opressoras, enquanto milhões perdem seus empregos e ficam sem saber o que fazer de suas vidas, sem perspectiva de futuro.



Possuímos um país grande, rico em recursos naturais, que possui mais de uma colheita anual, mas, por causa deste Governo incompetente, somos desacreditados internacionalmente.

Este Governo é conhecido como o Governo do “*não sei*”, “*não sabemos*”. Para tudo o que acontece eles dizem que não viram e que estavam sempre na porta ao lado.

Será, senhores, que eles são tão inocentes? Ou são tão incompetentes?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil é maior do que todo esse engano cometido, e tenho a certeza de que vamos reerguer a nossa economia e, posteriormente, a confiança internacional. Mas, hoje, precisamos tomar a decisão certa e não nos esconder. Temos que fazer aquilo que o Brasil espera que façamos.

Não conseguimos acreditar que haja Deputados aqui que irão ao microfone, no próximo domingo, dizer que são contrários ao *impeachment*. Isso mesmo! Irão dizer que a população está errada e que a economia está uma maravilha. Não dá para acreditar nisso! Isso é o mesmo que dizer que a população está contente e que nossa economia está ótima.

Esta é a hora de dar um basta nisso tudo e de construir um Brasil de alicerces firmes, sólidos e seguros.

Qual será a decisão deste Plenário? Eu acredito que seja aquilo com que o povo já sonha há tempos. Lembrem-se, Deputados, cabe a nós cuidar para que as regras que comandam a aplicação do dinheiro público sejam obedecidas. Nós temos a prerrogativa constitucional de agir, e para isso fomos eleitos.



Sigo a palavra de Deus, que diz que tudo quanto vier à nossa mão façamos de bom grado, façamos conforme as nossas forças, porque teremos de dar conta de nossos atos.

Assim, nobres Parlamentares, não tenho a mínima dúvida de que houve crime de responsabilidade da Presidente e que o processo está bem instruído para minha formação e minha declaração de voto.

Gostaria também, Sr. Presidente, de deixar registrado o meu agradecimento à minha Igreja, a Igreja Internacional da Graça de Deus, aos meus assessores, aos meus pastores, Jaime de Amorim e Rogério Postigo, e a todos os que me enviaram mensagens de apoio e carinho, mensagens essas de esperança em um Brasil melhor. Agradeço também à minha família, aos meus irmãos David, André, Daniel e Filipe, à minha mãe, D. Maria Magdalena, e ao meu pai, o Missionário R.R. Soares.

E nestes termos, Sr. Presidente, na exata medida das provas e laudas que constituem o processo e em favor de toda esta Nação, apresento meu voto favorável ao afastamento da Presidente da República.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** (DEM-TO. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de começar lamentando porque, quando me coloquei à disposição para me envolver com política, jamais pensei que pudesse passar por um momento dessa natureza, um momento em que todos perdem, um momento ruim para o País. Preocupa-me muito este momento em que o País está dividido, segregado entre pobres e ricos, negros e brancos, coxinhas e mortadelas, entre “eles” e “nós”.



Eu quero sonhar com um país único, com um país em que exista educação, segurança, saúde e decência para todas as pessoas. Um país que nega seus filhos e que tem milhares de crianças fora das salas de aula precisa se reorganizar, não é um país sério.

Eu gostaria de dizer qual é o meu lugar, de onde eu falo. Tenho respeito por muitas ações que o Governo realiza. Eu, particularmente, participei de várias delas.

Gostaria de dizer que reconheço a importância de programas sociais como o PROINFÂNCIA, o FIES, os programas da educação voltados para o PRONATEC, programas que, inclusive, tornaram este Governo vitorioso nas urnas.

Apesar de ter programas importantes, a educação, no ano passado, perdeu mais de 10,5 bilhões de reais de seu orçamento. Vários programas tiveram cortes, em especial os da área da educação infantil — 81%. Milhares de crianças estão sem creche e sem escola.

Restringiu-se o acesso ao FIES alterando-se as regras de acesso. O FNDE, no ano de 2014, tinha 1,9 milhão de alunos. Neste ano, 311 mil alunos tiveram acesso ao FIES.

Gostaria de continuar falando das creches, em que o corte também foi muito significativo, e das universidades federais, com suas obras e recursos suspensos. Programas como o Ciência Sem Fronteiras e o PIBID — Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência não poderiam sofrer cortes. Tenho certeza de que todos nós, Deputados, inclusive os Deputados do Governo, sempre nos mantivemos na luta pelo não contingenciamento de recursos na área da educação.

O descontrole nas contas públicas provocou uma enorme crise, que todos nós percebemos, porque afetou a vida de todos. Tenho ouvido, muitas vezes, as



peessoas mencionarem que o *impeachment* se deu por uma disputa eleitoral, que um grupo perdeu nas urnas e tenta manipular a situação para ganhar no tapetão, desrespeitando o povo que elegeu esse Governo. Isso não é correto. Não é esse o fato. Os votos recebidos não dão passe livre a ninguém para fazer qualquer coisa.

O cenário de crise é grave: falta credibilidade, escândalos na PETROBRAS — lesaram a empresa que seria a responsável por garantir os 10% do PIB para a educação, um sonho de todos nós que lidamos com essa área. Esse Governo também lesou milhares de trabalhadores com o desvio de recursos dos fundos de pensão. Milhares de famílias estão hoje sem os seus recursos.

Há os que pensam que os crimes aludidos podem se considerados infrações sem maiores conseqüências. Eu refuto esse argumento. Os crimes cometidos revestem-se, sim, de maior gravidade. Eles minaram a credibilidade do País, afastaram investidores, reduziram receitas, geraram desemprego, inflação e, por último, aumentaram a fome do Governo por mais impostos.

Ouvi várias posições e discursos emocionados, cada um defendendo as suas crenças. Mas quero me contrapor a alguns dos argumentos. Não me sinto, não sou golpista ou fascista. O fato de ter posição diferente não me coloca nesse lugar. Eu quero rememorar que muitos dos que falam isso já defenderam o *impeachment* de Presidentes em situações semelhantes. Nem por isso eu os carimbo como golpistas ou fascistas.

O fato de eu ser do Democratas e ser branca não me torna membro de uma elite. Eu sou filha de uma família humilde, de professores que trabalharam a vida inteira em escola pública. Ainda hoje a minha mãe trabalha num CRAS numa região muito pobre de Goiânia.





Não aceito marcas, não estou junto ou defendendo ninguém. Não estou a serviço de ninguém, não fiz acordo ou pacto. Assumi o voto, sim, em favor do *impeachment* porque acredito que as condições para o recebimento dessa peça se fazem presentes: o processo e todo o seu rito, a análise completa. A Presidente terá direito a ampla defesa no Senado Federal.

Muitos argumentam que o *impeachment* do Collor foi diferente porque havia uma CPI. Mas eu quero lembrar que o Tribunal de Contas da União analisou a matéria e mostrou graves problemas, que hoje se repetem: afrontas graves à Constituição, crimes fiscais.

Eu me recuso a tratar o tema como pedalada fiscal. Pedalada é uma brincadeira, é um escorregão. Nós estamos tratando de um país, estamos tratando de crime fiscal! A abertura de créditos suplementares incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário é uma afronta clara ao art. 4º da Constituição; a utilização de bancos públicos e do FGTS para financiar, de forma ilegal, políticas públicas de responsabilidade do Tesouro é também. Decidiu o Tribunal que houve violação ao princípio da legalidade e a princípio constitucional.

Quero lembrar a edição de decretos de suplementação. Muitos dizem que é corriqueiro, que é normal. Não é verdade. Não pode haver decreto de suplementação quando o Orçamento está comprometido, quando a meta fiscal não será cumprida. Tanto era verdade que o Governo editou o PLN 36, em 2014, e o PLN 5, em 2015.

Segundo a Constituição Federal, um dos crimes de responsabilidade diz respeito à questão orçamentária. Então, não é verdade que não existe dano, que não existe crime. Existe, e vários fatores nos mostram isso. Foi o que aconteceu. A



Presidente cometeu crime de responsabilidade quando atentou contra o art. 4º da Lei Orçamentária. Quero lembrar que os crimes ocorreram no dia 27 de julho de 2015 e no dia 20 de agosto de 2015, quando a Presidente assinou decretos de suplementação orçamentária mesmo sabendo que não havia dinheiro novo, que não havia recursos para tal suplementação.

Quero ainda dizer que há vários entendimentos que corroboram essa ilegalidade. É necessário lembrar ainda que foram seis decretos. Houve fraude fiscal, as chamadas pedaladas. Alguns dizem que o mesmo ocorreu com outros Presidentes, o que também não é verdade. Eventuais saldos negativos são compreensíveis. Estamos falando de um Governo que aumentou, sim, programas sociais importantes — e aqui não falo mal dos programas, são programas significativos —, mas os fins não justificam os meios. Não existia recurso disponível para tal ampliação.

Pior do que isso foi o que recentemente ouvi do atual Ministro da AGU: S.Exa. fez questão de destacar que não foi um crédito, que não existia essa relação de créditos adicionais com o banco. Pelo que sei, banco público, banco oficial não tem boleto, não tem caixinha. O dinheiro para manter os programas não foi enviado, não era custo do programa nem custo operacional. Foram 55 bilhões de recursos que não chegaram ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica. Foi dinheiro que o Banco do Brasil teve que tirar de outras fontes, dos investidores privados, de cada um de nós, para manter os programas em funcionamento. Esse dinheiro não existia, o banco teve que continuar honrando os programas.

Hoje cedo ouvi um Deputado dizer: *“Olhe, o programa era importante. A única coisa que aconteceu foi que, às vezes, atrasava-se o repasse”*. Eu não posso pedir



para um pai de família, embora reconheça que ele tenha que manter a sua casa funcionando, que ele não pague o aluguel, que ele vá ao supermercado e dê um cheque sem fundos, porque “o fim justifica esse meio”! O País tem que ser tratado de maneira séria. Por isso, nós temos certeza absoluta de que houve, sim, crime fiscal.

O argumento de que os Governos Estaduais também o fizeram não se aplica ao caso. A legislação é diferente. O alegado não se aplica à realidade de Estados e Municípios.

Eu gostaria, para finalizar, de lembrar que resta claro que a Presidente cometeu, sim, crime de responsabilidade. Nada de pedaladas. De maneira simples: comprou o que não podia comprar, gastou o que não tinha e colocou outro para pagar. Eu quero dizer ainda da seriedade do quadro que nós vivemos neste momento. Tenho certeza absoluta de que nenhum de nós gostaria de enfrentar essa realidade, mas é uma realidade e precisa ser enfrentada.

E é por isso que eu, do Democratas, voto pelo *impeachment*.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é lamentável, mas, quando me coloquei aqui para representar o meu Estado do Tocantins, em especial o setor da educação, não imaginava chegar a essa situação de constrangimento nacional, a um momento em que o Brasil se encontra dividido, segregado entre pobres e ricos, negros e brancos, coxinhas e mortadelas, entre “eles” e “nós”.



Independentemente de onde se fala, de como se enxerga o mundo, a verdade é que nosso povo não está satisfeito com a saúde pública, educação, segurança e trabalho.

Este, hoje, é um país que nega a seus filhos — brancos, negros, amarelos, do campo e da cidade — os direitos fundamentais. Um país que, apesar de sua riqueza, tem grande concentração de renda e possui ainda milhares de crianças e jovens fora da escola. Enfim, vim para esta Casa porque gostaria de ser útil, de fazer a diferença frente a esse futuro.

Qual o meu lugar de enfrentamento? Tenho respeito por muitas ações desse Governo que se consolidaram como boas políticas. De algumas, inclusive, participei da construção. Não ignoro avanços no atendimento de crianças em creches com o programa PROINFÂNCIA. Reconheço os avanços do PROUNI, do FIES e PRONATEC, vários programas de incentivo ao pequeno produtor, moradias populares, programas de um governo que foi vitorioso nas urnas.

Apesar de programas importantes, em 2016 a educação perdeu R\$ 10,5 bilhões no Orçamento. O MEC teve seu limite de empenho para gastos discricionários, excluindo o PAC e as despesas obrigatórias, diminuído em mais de R\$ 4,27 bilhões.

Restringiu-se o acesso ao FIES com a alteração das regras para acesso ao programa. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE registrava 1,9 milhão de contratos de financiamento estudantil. No ano de 2015, o número de contratos foi reduzido para aproximadamente 311 mil. Ou seja, o FIES sofreu uma redução de 98% em 2014.



Houve escassez de recursos e atrasos de pagamentos para os diversos programas sociais. Uma das principais fontes de recursos para a construção de creches e pré-escolas caiu 81% este ano. Passou de R\$ 7,1 bilhões autorizados na Lei Orçamentária de 2015 para R\$ 1,3 bilhão no atual exercício.

Em 2015 as instituições federais de ensino permaneceram em greve por 5 meses. As Universidades Federais estão sucateadas, tendo em vista que foram cortados 47% dos investimentos nas 63 universidades federais do País em 2015 — muitas obras estão paralisadas.

O descontrole das contas públicas provocou uma enorme crise, que todos perceberam, porque afetou a vida das pessoas. Tenho ouvido várias vezes a menção à disputa eleitoral de 2014, que este processo é manipulado, que se trata de ganhar no tapetão, de desrespeito ao povo que elegeu esse Governo. Isso não é correto, não é esse o fato. Os votos recebidos não dão passe livre para toda e qualquer ação.

O cenário é de grave crise de credibilidade, de escândalos envolvendo a PETROBRAS. Lesou-se a empresa que seria uma das responsáveis pela destinação de 10% do PIB previstos para o Plano Nacional de Educação. Seriam 75% dos *royalties* do pré-sal para a educação e 25% para a saúde. Isso agora não existe mais.

Os desvios de recursos dos fundos de pensão lesaram milhares de trabalhadores. Foram bilhões desviados de famílias inteiras.

Há os que afirmam que os crimes aludidos podem ser considerados meras infrações, sem maiores consequências. Refuto esse argumento. Os crimes cometidos revestem-se da maior gravidade, pois minaram a credibilidade do País,



afastaram investidores, reduziram receitas, geraram desemprego, inflação e, por último, aumentaram a fome do Governo por mais impostos.

Gostaria de dizer que ouvi várias posições e discursos emocionados, cada um defendendo suas crenças. Mas quero me contrapor a alguns argumentos:

Não me sinto e não sou golpista ou fascista. O fato de ter posição diferente não me coloca nesse lugar. Eu quero lembrar a muitos que dizem isso o tempo todo que em situações muito semelhantes defenderam o *impeachment* de outros Presidentes. Nem por isso eu os carimbo de golpistas.

O fato de eu ser do Democratas, branca, não me torna parte da elite branca. Sou de família humilde, filha de professores. Minha mãe até hoje trabalha. Foi de escola pública até se aposentar, diretora de creche. Hoje dirige um CRAS em um bairro pobre de Goiânia.

Não aceito as marcas que nos querem impor. Não estou junto ou defendendo ninguém, não estou a serviço de ninguém, não fiz acordo ou pacto. Assumi o voto “sim” ao *impeachment* porque acredito que reúne as condições de recebimento. O processo e todo o seu rito, a análise completa, os direitos de defesa estão assegurados. Muitos argumentam que o *impeachment* do Collor foi diferente porque houve uma CPI que investigou os fatos antes da abertura do processo. Mas não esqueçamos: no ano de 2014 um órgão inteiro, o Tribunal de Contas da União, por unanimidade, reprovou as contas da Presidente em face das flagrantes afrontas cometidas pelo Governo Federal naquele ano. Os crimes fiscais detectados pelo TCU são os mesmos que agora analisamos para o exercício de 2015, quais sejam: abertura de créditos suplementares incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida na LDO, em afronta clara ao art. 4º da Lei



Orçamentária anual; utilização de bancos públicos e o FGTS para financiar, de forma ilegal, políticas públicas de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Decidiu o Tribunal pela violação do princípio da legalidade, de dispositivo constitucional e de vários dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E é a continuidade dessas condutas que embasa a denúncia cuja admissibilidade estamos decidindo.

Em relação à edição de decretos de suplementação em 2015 incompatíveis com a obtenção da meta de superávit, podemos afirmar que essa conduta configura crime de responsabilidade.

Segundo a Constituição Federal, art. 85:

*“São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*

.....

*VI - a lei orçamentária;”*

E foi isso o que aconteceu. A Presidente cometeu crime de responsabilidade ao afrontar o art. 4º da Lei Orçamentária de 2015, que estabelece que a autorização de gastos por meio de decretos somente é permitida se forem compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário.

Os crimes ocorreram em 27 de julho de 2015 e em 20 de agosto de 2015 ao serem assinados pela Presidente ao todo seis decretos de suplementação, que totalizaram R\$ 2,523 bilhões, incompatíveis com a obtenção da meta de superávit primário.



A publicação desses decretos verificou-se em um momento no qual as contas do Governo já estavam seriamente comprometidas e não havia espaço para novas despesas.

Corroborando o entendimento de que os atos eram ilegais, é necessário mencionar que em 22 de julho de 2015, anteriormente à edição dos seis decretos, o Governo já havia formalizado junto ao Congresso sua intenção de alterar a meta de superávit ao enviar a esta casa o PLN 5.

Houve fraude fiscal, as chamadas pedaladas. Alguns dizem que sempre ocorreram, que todos os ex-Presidentes se utilizaram desse expediente. Não é verdade! Eventuais saldos negativos na operacionalização de programas por não ser possível prever o valor exato são aceitáveis. A evolução das operações de crédito de 2014 para 2015 chegou a um total de R\$ 55,6 bilhões — dívidas, recursos usurpados dos bancos públicos e do FGTS.

Não há como negar que nas datas da edição dos decretos o Governo já considerava que a meta de superávit não seria obtida. Configurou-se, dessa forma, o crime de responsabilidade previsto na Constituição Federal.

O argumento de que os governos estaduais também fizeram o mesmo é desleal e inverídico, pois as leis orçamentárias de Estados e Municípios não condicionam a abertura de crédito por decreto à obtenção de metas fiscais.

O Poder Executivo alega que a aprovação do PLN 5/2015 legitimou a edição dos decretos de suplementação. Isso não é verdade.

Ao editar os decretos de suplementação sem observar se esses gastos caberiam no Orçamento do ano o Governo agiu como um indivíduo que não tem





dinheiro para as despesas do mês e possui dívidas elevadíssimas no banco, mas continua gastando desenfreadamente, de forma irresponsável.

Em relação à afirmação de que os atrasos dos repasses aos bancos públicos não são operações de crédito, mas tão somente remuneração de um contrato de serviço, essa não se sustenta.

O Governo financiou políticas públicas inteiras com recursos de bancos públicos, numa operação vedada pelo art. 36 da LRF.

Os valores bilionários atrasados pela União às instituições financeiras ultrapassam facilmente as cifras que seriam referentes a meras taxas de administração dos contratos de prestação de serviço das instituições.

Essas dívidas foram registradas nos balanços dessas instituições como créditos a receber destinados aos programas e não como atraso de meras taxas de administração.

Os bancos públicos foram obrigados a pagar os beneficiários com recursos privados, mesmo sem receber o dinheiro da União, que gastou mais do que tinha, aumentou despesas sem ter de onde tirar dinheiro. Trata-se de financiamento ilegal, usado para mascarar o resultado primário. Não era custo operacional, eram os bancos gerindo e bancando programas do Governo.

O Governo alega que os fins justificam os meios e que, portanto, os financiamentos contraídos junto a instituições públicas foram para financiar programas sociais.

De toda forma, não se discute o mérito dos programas financiados pelos bancos públicos. Mas não se pode ignorar que existem meios legais para o Governo



angariar recursos para suas políticas públicas: o endividamento do Tesouro por meio da emissão de títulos e conseqüente aumento do endividamento público é um deles.

De certo, o Governo optou pelo caminho oculto dos empréstimos junto a bancos públicos, ainda que ilegal essa prática. Ao empurrar suas despesas com a barriga, ao largo da opinião pública, o Governo criava um equilíbrio artificial da situação econômica e ganhava tempo para concorrer nas eleições de 2014. Quando o Governo finalmente reconheceu essas dívidas, presenteou o País com um déficit primário de R\$ 114,9 bilhões.

Diz-se também que os financiamentos da União por instituições públicas sempre existiram e que o TCU nunca os interpretou como ilegais.

Portanto, ao afirmar que a aprovação do PLN 5 retroagiria e regularizaria a edição dos decretos de suplementação, o Governo demonstra dolo ou total desconhecimento dos conceitos de gestão orçamentária e fiscal. Quando o Governo não tem dinheiro suficiente para uma nova despesa, ele está proibido de suplementar o Orçamento e deve solicitar nova autorização ao Congresso Nacional. Não foi o que ocorreu.

Para finalizar, resta claro que a Presidente cometeu crime de responsabilidade, nada de pedaladas, em uma única prática de ludibriar a sociedade com a expansão de programas importantes, como PROUNI, FIES, PRONATEC, PROINFÂNCIA, expansão das universidades.

De maneira simples, comprou o que não podia pagar, gastou o que não tinha e colocou outro para pagar em seu lugar.

Muito obrigada.



*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Mendonça Filho.

**O SR. MENDONÇA FILHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, com alegria e prazer, dou sequência ao horário reservado ao Democratas.

Como se sabe, eu venho de Pernambuco, terra que em vários momentos tem dado uma contribuição muito importante para a história do Brasil, desde o Brasil Colônia até os movimentos libertários que o Brasil viveu ao longo da sua história. Em todos os grandes momentos de afirmação política da vida nacional, Pernambuco sempre esteve muito presente.

É com esse passado, com essa história, com essa tradição pernambucana do Recife, da minha querida Belo Jardim, do meu querido Pernambuco, que eu trago esta contribuição para mais um momento em que o Parlamento brasileiro se dedica a uma discussão nacional.

O Brasil todo clama por providências. O Brasil todo pede ao Congresso Nacional que ouça as vozes das ruas. O Brasil todo reclama uma solução para o impasse político-institucional que, ao contrário do que foi dito pelas forças governistas que têm se revezado na tribuna ao lado, não foi provocado pelas forças de oposição.

Este impasse vivido pelo Brasil hoje decorre, básica e principalmente, da incapacidade de governar de um governo que levou o Brasil ao fundo do poço, de



---

um governo que atolou o nosso País no mar de lama e no esquema, pode-se dizer, de corrupção endêmica.

Muito se disse aqui que faltavam motivos, que faltavam elementos que pudessem caracterizar o chamado crime de responsabilidade praticado pela Presidente Dilma Rousseff. O Ministro José Eduardo Cardozo chegou até a afirmar que a Presidente Dilma Rousseff não teria praticado nenhum dolo nos atos de crime de responsabilidade e que, sem dolo, portanto, não seria possível caracterizar a deliberada disposição de ofender a Constituição, de ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal ou da Lei nº 1.079, de 1950, mais conhecida como a Lei do Impeachment.

É o contrário do que se disse. É justamente o contrário da defesa feita, na tribuna do outro lado, pelo Ministro José Eduardo Cardozo.

O dolo é claro, é deliberado, é evidente. O Brasil todo o percebeu, principalmente durante o ano de 2014, quando a Presidente Dilma buscava a sua reeleição e, adentrando o ano de 2015, violou a Constituição, que estabelece a necessidade de cumprimento permanente das normas constitucionais e classifica, no art. 85, como crime de responsabilidade qualquer ato que atente contra a Constituição.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o Presidente da República ou a Presidente da República, ao tomar posse, tem de vir ao Parlamento, diante de todos nós, fazer o juramento da nossa Constituição. Tem de vir aqui jurar a Constituição, porque o juramento é um compromisso público com a Casa, que representa o povo brasileiro. É a disposição oficial, por parte do Presidente da República, de que vai respeitar a Carta Maior, que rege as regras básicas, as regras elementares da Nação brasileira.



Veio aqui, jurou cumprir a Constituição do Brasil, e a descumpriu. Atentou contra a Constituição. Violou a Constituição. Ultrapassou o limite que define claramente que a competência para a elaboração do Orçamento público é do Congresso Nacional.

Violou também as regras que estabelecem a responsabilidade fiscal, ao contratar empréstimos em bancos oficiais, como a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Brasil. Isso é pouco? Cento e poucos bilhões de reais é pouco? Não é pouco.

Aí, a população que está em casa, a classe média, o trabalhador, se pergunta: *“O que eu tenho a ver com isso? Como um crime praticado pelo Presidente da República, ou, no caso, a Presidente da República, me afeta diretamente?”*

Afeta da seguinte forma. Quando se viola o Orçamento público, quando se desrespeitam as regras básicas de responsabilidade fiscal, automaticamente está se fazendo com que o povo pague a conta no final. E o povo está pagando uma conta altíssima, meu caro Relator, Deputado Jovair Arantes. De que forma? Com uma inflação fora de controle, uma inflação que corrói o poder de compra da população brasileira; com juros nas alturas — quem vive pendurado no banco ou no cartão de crédito não aguenta pagar tanto juro no Brasil —; com a maior recessão da história republicana do País, desde 1901.

Jogaram o Brasil na pior recessão da história, por conta das violações praticadas e da irresponsabilidade definida a partir da falta de liderança e de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff.

É isso que justifica o *impeachment*.



Há mais, há muito mais. A Presidente Dilma permitiu que o seu Governo foi dominado pela corrupção. Não me venham dizer que foi um caso aqui ou acolá, um caso perdido, que um departamento da PETROBRAS foi saqueado ou roubado! Foram quatro diretores presos, quatro diretores indiciados pela Operação Lava-Jato! Isso ocorreu porque houve, no mínimo, omissão por parte da direção maior do nosso País.

Isso se repete na ELETROBRAS, se repete nas obras da Copa, se repete na área da saúde, se repete na área da educação e se espalha por toda a administração pública.

É o poder público que está contaminado de cabo a rabo, como se diz na minha terra. Isso é inaceitável! Não vamos tolerar e admitir isso. Nós vamos definir, sim, a vontade do povo brasileiro. No próximo domingo 17, vamos destituir constitucionalmente, por meio do *impeachment*, a Presidenta Dilma Rousseff.

Há de se ter pressão população! A população tem que ir às ruas fazer o que recentemente fizeram milhões de brasileiros: 4 ou 5 milhões de brasileiros, nas ruas do País, disseram: *“Basta de PT! Chega de PT!”*.

O PT continua, infelizmente, praticando a má política nos quartos de hotéis, como faz o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aqui em Brasília, recebendo Deputados, prometendo e entregando pedaços do Estado para sustentar um governo falido, corrupto e insuportável para o povo brasileiro.

Vamos derrubá-lo! A força do povo vai ecoar no plenário desta Casa!

Esta Casa vai fazer prevalecer a vontade maior da nossa população!

Fora, Dilma!

Fora, PT, no domingo 17! (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Jhonatan de Jesus, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

**O SR. JHONATAN DE JESUS** (Bloco/PRB-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou aqui hoje para dizer que o Partido Republicano Brasileiro apoia, sim, o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Nós entendemos que, no episódio das pedaladas fiscais, houve, sim, dolo aos cofres públicos, com a contratação nos bancos que fazem parte do Governo Federal. Essa operação é considerada ilegal, porque o Governo Federal não pode adquirir empréstimos da União. Isso é considerado crime de responsabilidade, vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Dr. Miguel Reale Junior, que esteve hoje nesta Casa; o Dr. Hélio Bicudo, um dos fundadores do PT; e Janaina Paschoal mostraram claramente onde estava o crime. Está no art. 85 da Constituição, nos seus incisos VI e VII; está na Lei de Responsabilidade Fiscal, nos arts. 36 e 38; está no art. 10 da Lei nº 1.079, de 1950.

A Lei de Responsabilidade Fiscal diz:

*“Art. 359-A. Ordenar, autorizar, realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa”.*

O Brasil passa hoje por uma das suas maiores crises, no âmbito econômico, político e moral, de toda a sua história. As pedaladas fiscais foram, sim, de pleno conhecimento da Presidente da República, desde 2014. Isso se repetiu em 2015, quando se manteve a edição de decretos não numerados.



---

No dia 16 de março, o PRB tomou uma decisão consensual na sua bancada: entregou o Ministério do Esporte, deixou a base de apoio da Presidente Dilma e se posicionou de forma independente no Congresso Nacional.

O Presidente Marcos Pereira disse, ao anunciar a sua decisão e a do Partido Republicano Brasileiro: *“É irrevogável a nossa decisão, por entendermos que a Presidenta Dilma não tem mais um norte para liderar o Brasil neste momento de crise. Ao agir com independência na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o PRB promete à República Federativa do Brasil que vai votar as matérias que fizerem bem ao País e vai dizer ‘não’ àquelas matérias que prejudicarem a Nação. O PRB é a favor do Brasil.”*

Este Deputado que está aqui hoje representa 22 votos do PRB, que vai votar, por unanimidade, a favor do *impeachment*.

Povo do Estado de Roraima que nos acompanha, nós vamos dizer “sim” ao impedimento da Presidente Dilma, para podermos dar um rumo melhor à Nação brasileira, ao povo brasileiro, que está nas ruas. Como diz o ditado: *“A voz do povo é a voz de Deus”*.

Vamos à votação no domingo!

Obrigado, Sr. Presidente.





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Andre Moura, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC.

**O SR. ANDRE MOURA** (Bloco/PSC-SE. Como Líder. Sem revisão do orador.)  
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subir à tribuna deste Parlamento no dia de hoje é para mim e, tenho certeza, para todos nós Parlamentares, sem dúvida, um momento histórico, em que nós vamos ter a oportunidade de contribuir para passar este País a limpo.

Nós do Partido Social Cristão, eu, na condição de Líder, vimos aqui, em primeiro lugar, para deixar claro que defendemos a família brasileira. Lutamos, de forma perseverante, para que o direito do cidadão de bem não seja aviltado, para que sua honra não seja ultrajada e para que as suas esperanças não sejam escarnecidas.

A bancada do PSC, Sr. Presidente, vem a este plenário na sua integralidade. Cem por cento da bancada está aqui para reparar um dano que há muitos anos vem revoltando milhões de brasileiros das mais diversas classes sociais e culturais.

Comparecemos de forma unânime para votar a favor do *impeachment*, 100% da nossa bancada.

Sr. Presidente, temos a certeza de que nós precisamos, com a consciência tranquila, devolver ao povo o orgulho de ser brasileiro. Nós representantes do povo temos aqui esta missão.

Muito se ouve falar, por parte dos governistas e defensores do Partido dos Trabalhadores, que se trata de um golpe. Porém, tal alegação é falaciosa. Não condiz com a realidade do nosso País, pois todo o processo está fundamentado na Constituição. Ele está, acima de tudo, apoiado pela mobilização social de um povo



---

que chegou ao seu limite. E entendemos que *impeachment* não é golpe. *Impeachment* é justiça.

É nossa missão de representantes do povo neste Parlamento estar em perfeita sintonia com o que deseja, sonha e clama o povo brasileiro.

Os últimos pronunciamentos, por exemplo, da Presidente da República, têm sido completamente desprovidos de autocrítica, há neles ausência de veracidade.

Portanto, temos certeza de que nós estamos aqui para fazer o que é correto, para fazer o que é melhor para o nosso País. A popularidade e a confiança deste Governo acabaram. Essa falta de popularidade e essa falta de confiança fazem com que, diretamente, de forma impiedosa, a população brasileira pague um preço muito alto.

Todas as evidências apresentadas até agora demonstram que o esquema de corrupção liderado por este Governo que aí está é o maior de toda a história do Brasil e um dos maiores da humanidade. É exatamente por isso que precisamos dar um basta em tudo de errado que vem acontecendo no nosso País.

Eu tenho certeza de que, neste momento histórico, este Parlamento, com as mulheres e os homens de bem que aqui representam o povo brasileiro, não vai fugir da sua missão de resgatar o orgulho do povo brasileiro e de, acima de tudo, restabelecer a estabilidade econômica do Brasil para retomar o crescimento.

Este momento histórico, infelizmente desfavorável, que hoje vivemos servirá de aprendizado para as gerações futuras.

*Viva o impeachment!*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Para falar como Líder, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Garcia, pelo Democratas.

**O SR. RODRIGO GARCIA** (DEM-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de lembrar a todos que em 1992, eu, com 18 anos de idade, funcionário desta Câmara Federal, assisti a um momento histórico para o Brasil: o *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Aquela foi uma decisão que mudou o Brasil, e mudou para melhor.

Sr. Presidente, quis o destino que, 24 anos depois, agora como Deputado Federal, representando o meu Estado de São Paulo, com a satisfação de ter tido a sexta maior votação nominal do Brasil, eu participasse mais uma vez de uma decisão histórica, que esta Casa deve tomar no próximo domingo.

Estamos diante de uma enorme responsabilidade. Não fazemos isso com alegria ou com satisfação, mas o fazemos cumprindo uma responsabilidade que todos nós Deputados Federais juramos cumprir, na ocasião da nossa posse, que é respeitar a Constituição do Brasil. E é respeitando a Constituição que, no próximo domingo, eu e meu partido votaremos “sim” ao *impeachment* da Presidente Dilma.

Votaremos “sim”, porque entendemos que a Presidente cometeu crime de responsabilidade, amplamente comprovado pelo Tribunal de Contas da União e pela Comissão do Impeachment, que esta Casa instalou nos últimos meses. No entanto, além do crime de responsabilidade, o mau uso do dinheiro público, a malversação do dinheiro público, a má aplicação do dinheiro público causa para a sociedade brasileira, nos dias de hoje, um enorme problema para a vida das pessoas, principalmente aqueles mais humildes.



A fraude está comprovada pelo nosso Tribunal de Contas da União. O que chamamos hoje de pedalada fiscal não é apenas um desvio de conduta da Sra. Presidente da República no tocante à execução do seu Orçamento. Isso gerou para a sociedade brasileira, principalmente para aqueles mais humildes, a volta da inflação; gerou a perda do poder de compra do trabalhador brasileiro; gerou principalmente o desemprego, Sr. Presidente. O que nós vivemos hoje é verdadeiramente uma falta de esperança em relação ao futuro do Brasil.

Não bastasse o crime de responsabilidade, a fraude ao Orçamento brasileiro, que é o que julgaremos no próximo domingo, nós temos ainda um contexto muito maior para avaliar sobre o Governo que está aí: esse Governo está afundado em corrupção.

Todos os dias nós assistimos, de maneira triste e surpreendente, a um novo escândalo. Os escândalos que já chegaram à Presidência da República, a pessoas próximas do Governo da Presidenta Dilma e principalmente ao seu partido, o PT.

Esses escândalos, que todo dia entristecem a sociedade brasileira, seguramente fizeram com que a Presidente da República perdesse a capacidade de governar o Brasil. E presidencialismo, Srs. Deputados, não funciona sem Presidente. É isto, infelizmente, o que nós vivemos hoje em nosso País: uma Presidenta que perdeu sua capacidade de governar.

Por isso, no próximo domingo eu, ao lado do Democratas, votarei “sim”, representando São Paulo, mas, principalmente, a vontade da grande maioria da sociedade brasileira.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Evair de Melo, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Damião Feliciano, para falar como Líder. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jardim, para falar como Líder.

**O SR. ARNALDO JARDIM** (PPS-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o crime de responsabilidade está suficientemente caracterizado, mas a burla que levou a esse procedimento foi comprometer a responsabilidade fiscal.

Eu quero chamar a atenção de todos para aquilo que é a devida explicação ao povo brasileiro: o PT recebeu a herança bendita da estabilidade econômica e do fim da inflação e liquidou com essa herança no período do seu Governo.

Hoje nós vivemos um momento de recrudescimento da inflação, e o processo de distribuição de renda alardeado no País foi totalmente comprometido. Programas que eram emancipatórios e distributivos se tornaram simplesmente assistencialistas, e tudo isso recuou agora, com a reconcentração de renda que o descontrole fiscal fez ocorrer em nosso País.

Alardeou-se um crescimento econômico, mas a realidade é a desindustrialização do País. O setor de alumínio acabou, o setor de siderurgia está comprometido, e só o nosso setor agropecuário resiste, e mesmo assim por conta própria e a duras penas.



O Governo alardeou que ia ser responsável pela manutenção da PETROBRAS e denunciou aquilo que dizia ser uma intenção de lesa-pátria — a venda da estatal. O que fez o Governo? Liquidou a PETROBRAS.

O Governo alardeou a tentativa de constituir campeões nacionais; distribuiu 270 bilhões de reais pelo BNDES. Que virtuosidade isso acrescentou à nossa economia? Nenhuma.

O Governo procedeu a isenções tributárias, e isso não se traduziu em nenhum processo de retomada do crescimento. É esse o legado que o PT deixa.

E o PT está feroso, está muito aceso neste momento, pela iminência daquilo que é a sua vontade: voltar a ser Oposição.

O *impeachment*, que nós defendemos e que este Congresso decidirá, em nome do País, não significará a solução de problemas. Virá um período duro, de ajuste, de reconstrução do País. E o PT, irresponsável como é, está querendo fugir disso, e já alardeia agora o seu sentimento oposicionista.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Ezequiel Teixeira, pelo PTN.

**O SR. EZEQUIEL TEIXEIRA** (Bloco/PTN-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um momento histórico para cada cidadão deste imenso País. Não podemos aceitar o assombro que estamos vivendo. As pessoas estão desacreditadas diante de tanta corrupção, tanto roubo e tanto desrespeito para com a coisa pública, mas a mudança é possível. Vamos libertar o Brasil!

Os crimes de responsabilidade eleitoral, de desobediência e de improbidade administrativa da Presidente Dilma Rousseff não podem ficar impunes. O Brasil não pode mais pagar pelo plano de perpetuação no poder arquitetado pelo Partido dos Trabalhadores, que insiste em instalar um sistema maligno de corrupção.

A Presidente Dilma não tem mais competência para ocupar a presidência da República. Sua gestão já está falida. A crise que vivemos é fruto da incompetência, da demagogia, da arrogância, da prepotência e do despreparo. E nós não vamos mais pagar a conta desse desgoverno.

O golpe praticado por este Governo desemprega a cada hora — pasmem V.Exas. — 300 brasileiros, colocou um fim na estabilidade econômica e aumentou a inflação, afetando o orçamento de 94% dos brasileiros, povo este que faz malabarismo diariamente para comprar o básico, sendo obrigado a mudar até mesmo os hábitos de consumo. Queremos andar é para a frente e não retroceder, como está acontecendo.

O processo de impedimento da Presidente deve ser aprovado por esta Casa e tão logo recebido pelo Senado Federal, que tem o compromisso com a verdade e



com a verdadeira representação dessas pessoas que clamam nas ruas por dias melhores.

Não desistiremos do Brasil! Não desistiremos do homem trabalhador, da mulher digna e trabalhadora que cuida dos filhos, do jovem sonhador que quer construir uma vida bonita e próspera, do idoso que já batalhou tanto e quer apenas envelhecer de forma plena, digna e em paz.

Chega de interferência deste Governo no exercício do poder familiar. Não podemos admitir essa doutrina absurda da iniciação sexual de nossas crianças e a disseminação do comunismo. A resolução desse Governo que permite que meninos usem banheiros de meninas na escola é esdrúxula e deve ser deposta junto com esse Governo.

Quero, com o meu voto, deixar um legado de integridade e honra para as futuras gerações. Essa faxina contra a corrupção está apenas iniciando. Temos que banir todos aqueles que agem contra o interesse legítimo do povo. Meu compromisso é com Deus e com as famílias do nosso querido Brasil.

Basta de corrupção! *Impeachment* já!





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Convido o PRB para fazer a sua discussão.

Os Deputados inscritos são: Márcio Marinho, Ronaldo Martins, Vinicius Carvalho, João Campos e Marcelo Squassoni, pelo tempo de 60 minutos, que será interrompido ao fim da sessão e reiniciado na próxima sessão.

**O SR. RONALDO MARTINS** (Bloco/PRB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, neste momento vivemos a angústia e a apreensão sobre o destino do nosso País, em meio a tantas mazelas no cenário político e econômico.

A primeira palavra que trago a esta tribuna é realmente de lamento, um lamento pela democracia colocada em xeque, pela desordem social e política, pela desesperança e pela perspectiva negativa que cerca os próximos anos de um país tão maravilhoso quanto o Brasil.

Lamentamos, por todos os fatos, desventuras e erros que nos trouxeram a este momento, às vésperas de uma votação que pode afastar a Presidente da República, eleita pelo voto direto da população no ano de 2014.

Definitivamente, não há o que comemorarmos aqui, pois estamos escrevendo uma página lamentável da nossa história, da nossa democracia tão recente. Jamais, em tempo algum, aqueles que zelam pela democracia, que buscam o bem da coletividade poderiam deleitar-se em meio a um processo de impedimento de chefe de uma nação.

Mas temos a obrigação formal, Sr. Presidente, moral e cidadã de cumprir o mandato que nos foi dado pelo voto livre, legítimo e popular. E no cumprimento



---

deste mandato representativo incumbe-nos a missão de tomar a melhor decisão para o nosso País.

A grande questão nacional a ser resolvida por esta Casa e pelo Senado Federal é dar resposta e consequência aos desmandos de um Governo que há muito tempo vem padecendo, imerso em arrogância, prepotência e erros. Muitos erros.

A Câmara dos Deputados e seus membros vêm sendo duramente atacados nos últimos meses, atacados em sua honra, em sua dignidade, em sua liberdade de manifestar-se, de cumprir o seu papel institucional.

Também as pessoas, os cidadãos, em suas vidas privadas, nas redes sociais, nos locais de reunião, em via pública, vêm sendo submetidos a tentativas criminosas de intimidação.

Querem à fina força impor, Sr. Presidente, a vontade de um séquito de pessoas, partidos, ajuntamentos de classes, que nos últimos 13 anos vêm se esmerando em usurpar do poder o seu sustento.

Agridem, difamam, utilizam-se do aparato bancado pelo Governo Central para tratar as pessoas como se fossem infantes, que não sabem o que é melhor para sua vida, para o futuro do País.

“Coxinhas”, “traidores”, “reacionários” e “golpistas” são apenas alguns termos que os verdadeiros golpistas e traidores desta Nação vêm utilizando para atacar os brasileiros que não coadunam com o seu ideário enviesado.

Tão liberais, tão democráticos, mas sempre armados com uma palavra de ordem, com uma frase feita, com um ódio de onde destilam uma superioridade, uma moralidade que não têm.



Os verdadeiros golpistas deste País se escondem por trás do manto vermelho da discórdia, do discurso de divisão, de cisão, de uma suposta guerra permanente ao capital, às elites, o mesmo capital por que lutam e atropelam o próprio discurso para, enfim, gozarem, às escondidas, dos prazeres de uma elite disfarçada de proletário.

Os verdadeiros golpistas que estão no centro e na periferia deste Governo agonizante, Sr. Presidente, revelam-se por meio de suas contas bancárias repletas do dinheiro sujo, subtraído do suor dos trabalhadores e trabalhadoras.

Os golpistas do mensalão, dos escândalos, afloram todos os dias nas páginas dos jornais, enlameando a imagem do País perante o mundo e ferindo de morte a dignidade da nossa gente, que não compreende o motivo de lhes faltar saúde e educação de qualidade.

Os golpistas, Sr. Presidente, que ainda se locupletam dos recursos da PETROBRAS, dos bancos públicos, dos favores aos companheiros e aos amigos de última hora destruíram a imagem e o vigor de uma gigante do petróleo mundial. Saquearam, pilharam, negociaram, no mercado negro, com o patrimônio do povo brasileiro.

Apontam o dedo para todos que pensam diferente; o mesmo dedo sujo que embolsa bilhões de reais sem a mínima preocupação se o povo mais simples, desassistido, terá condições de comprar um remédio, de pagar a sua conta de luz, muitas vezes aumentada pela incompetência e pela subserviência ao setor elétrico.

Quisera o bom Deus, senhoras e senhores, Líder Márcio Marinho, que o grande brasileiro e fundador do nosso partido, PRB, o nosso querido José Alencar Gomes da Silva, tenha partido sem saber que o projeto que ele ajudou a construir,



Deputada Rosangela Gomes, quando aceitou a missão de ser Vice de Lula, foi rebaixado ao mar de lama que vemos hoje.

Desgoverno! Instituições que não cumprem o seu papel! Gestão judicializada! Este é o nosso lamento, a nossa dor, senhoras e senhores.

O voto que vamos proferir no domingo, Sr. Presidente, é o voto da fé e da esperança do povo brasileiro. A Sra. Presidente da República cometeu, sim, crime de responsabilidade quando atropelou as prerrogativas exclusivas deste Poder; quando aceitou que seus auxiliares trilhassem o caminho da contabilidade criativa, que, para o mal, criou um monstrego contábil, impossível de justificar, utilizando-se de expedientes proibitivos, vedados pela lei, metendo a mão nos recursos dos bancos públicos para maquiar suas contas, para driblar metas fiscais dispostas em lei.

Vamos votar de acordo com o que reza a Constituição Federal. Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados, amparados pela lei e ao lado do povo. Vamos votar contra o golpe, contra os verdadeiros golpistas.

O PRB segue unido neste intento, Sr. Presidente. Vamos trabalhar para que o povo brasileiro possa voltar a andar de cabeça erguida, para devolver-lhe dignidade e honra.

E que nos próximos meses, nos próximos anos, Sras. e Srs. Deputados, possamos ajudar na reconstrução de um país com mais direitos para os trabalhadores; com mais garantias sociais; mais proteção para as famílias; sem corrupção, sem desmandos; sem ódio. Vamos refazer a Nação brasileira, juntar os cacos e construir um futuro melhor!

*“Verás que um filho teu não foge à luta”.*

Deus abençoe o Brasil! *(Muito bem. Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Deputado Vinicius Carvalho, antes de conceder a palavra a V.Exa., vou interrompê-lo, com 51 minutos, para encerrar esta sessão e convocar a 4ª Sessão Extraordinária.



**V - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 084.2.55.O  
Data: 15/04/2016

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 4176

---

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 084.2.55.O**  
**Data: 15/04/2016**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 4ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, sexta-feira, dia 15 de abril, às 23h52min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 084.2.55.O**

**Data: 15/04/2016**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 23 horas e 51 minutos.)***